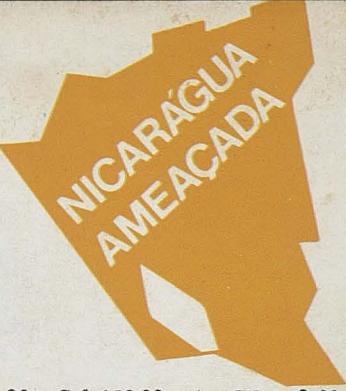


**cadernos do
terceiro
mundo**



Dezembro/1981 - Esc. 60\$00 - Kz 60,00 - MT 60,00 - PG 60,00 - CV 60,00 - Cr\$ 150,00 - Ano IV - nº 39



ANGOLA
EXCLUSIVO REPORTAGEM
NOS CAMPOS DE BATALHA

SOCOTRAM

Sociedade de Comercialização e
de Transformação de Madeira

**NOSSAS
MADEIRAS,
POR SUAS
QUALIDADES
EXCEPCIONAIS,
SÃO O
TERCEIRO
PRODUTO
DE EXPORTAÇÃO
DO PAÍS**

Para qualquer informação,
escrevam à:

SOCOTRAM
C.P. 184 - Bissau, Guiné - Bissau
Tel.: 3805 ou 2802

ANGOLA

Café de Angola
um gosto a liberdade

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 – Luanda • Telefone 73671/2/3 • Teleg. "IN CAFE" • R.P.A.

aos leitores aos leitores aos leitores aos leitores

De Angola à América Central

A menção especial que o júri do Prêmio Herzog de Anistia e Direitos Humanos concedeu a "cadernos do terceiro mundo" é um marco importante nos anos de lutas da nossa revista em defesa do que consideramos os verdadeiros direitos humanos. Cada um dos nossos companheiros em mais de quarenta países de todos os continentes, dos nossos colaboradores e também dos leitores que nos apóiam é parte desse esforço, consagrado agora por um prêmio, cujo nome exalta a fidelidade aos princípios, à coerência revolucionária e à sensibilidade pelos direitos do homem que foram características de Vladimir Herzog.

A notícia pormenorizada do fato aparece na nossa seção de Comunicação. Nas outras páginas desta edição, nossos antigos e novos leitores encontrarão uma atualização do quadro diplomático-militar em Angola após a invasão sul-africana. A guerra continua, mas as agências transnacionais de notícias preferem tentar sepultá-la no esquecimento internacional, para que os povos não tenham como se inteirar do crime quotidiano que os racistas sul-africanos perpetraram contra a Angola revolucionária. Pablo Piacentini, da nossa equipe de direção, esteve no sul da Angola, onde a brutalidade da guerra é um dado de todos os dias. Ele traduz na sua reportagem o que viu e sentiu. E complementa seu trabalho com uma pesquisa sobre o comportamento de quatro importantes jornais sobre a cobertura da guerra.

Outro tema central da edição é Nicarágua e a América Central. O artigo de Neiva Moreira não é apenas uma denúncia mas um apelo à mobilização e ao esforço de todos para impedir a invasão norte-americana na região, em particular em El Salvador.

Por fim, uma nota contábil. O preço atual da revista e das assinaturas já se tornou absolutamente antieconômico. Tempos de inflação. Tempos de Delfim Neto. Tivemos de fazer portanto um pequeno reajuste, o mínimo possível dadas as atuais circunstâncias. Nossos leitores têm dado à Campanha de Assinaturas uma resposta positiva. Esperamos que continuem a fazê-lo, para que possamos cobrir as evidentes carências da nossa distribuição.

CARTAS LETTERS CARTAS

Terror

Recebi, através de amigo que passou pelo Brasil, alguns exemplares dessa prestigiosa revista, o que me trouxe saudades do tempo em que **tercer mundo** era feita na Argentina. O horror e o terror quotidiano que vivemos foi implementado pela mais terrível crise econômica já vivida pela Argentina. Continuem na luta. P.T.T., Buenos Aires, Argentina.

Rearticulação

A oposição chilena procura sua rearticulação, com todos os problemas gerados pela constante e brutal repressão. A polícia de Pinochet ainda não ganhou, com todo esse tempo de ditadura, o mínimo de sofisticação e de preparo. Mas a estupidez sempre foi o apanágio do fascismo. W.R., Valparaíso, Chile.

Amazônia

Fiquei impressionado com o especial "O assalto à Amazônia", muito bom mesmo. Gostaria que melhorassem a distribuição aqui em Sorocaba, pois é uma dificuldade encontrar um exemplar da revista. Hector H. da Silva, Sorocaba, Brasil.

Chico Viana

Gostaria que fosse parabenizado oficialmente o jornalista Francisco Viana pela excelente matéria que nos mostra a crise econômica que passa atualmente o nosso país ("No fundo do poço"), publicada no mês de setembro/81. Sendo, inclusive, o canal definitivo que me alertou para a necessidade em assinar essa publicação. Wander de Barros, Rio de Janeiro, Brasil.

Perplexidade

(...) Eu e meus amigos ficamos perplexos com a quantidade de informações que a revista contém, enfocando com brilhantismo a situação caótica em que vivem os países do Terceiro Mundo. (...) Creio que os amigos vão tomar as devidas medidas com a divulgação da revista. Jair Balbino, Salvador, Brasil.

Estímulo e mobilização

(...) Além disso, a forma como têm denunciado o imperialismo e outras formas de dominação e exploração tem servido de estímulo e mobilização dos povos para a derrota das forças da reação e do fascismo. Renato Matusse, Chokwe, Moçambique.

Para a frente

(...) Os parabéns, há muito devidos, por estarem publicando no momento a melhor revista brasileira de informação. Vão em frente porque precisamos dessa revista. Uma sugestão: ampliar o Telex e o Panorama Tricontinental e também uma reportagem sobre o Egito pós-Sadat, Líbia e Kadhafi, Chade e Sudão. José F. Marins Lugon, Belo Horizonte, Brasil.

Guia

Acusamos a recepção dos dois exemplares do guia do terceiro mundo, edição 1981, à qual agradecemos. Cabe-nos, no entanto, elogiar a boa qualidade do trabalho apresentado, fato que confere aos cadernos do terceiro mundo a popularidade que conquistou no nosso país. Dias dos Santos, Revista "Novembro", Luanda, Angola.

Guianas

As antigas "Guianas" mereciam um melhor tratamento de parte da nossa revista. O desconhecimento daquilo que se passa nesse ponto estratégico da América Latina obriga-nos a suposições que muitas vezes fogem ao real, pois os poucos dados sobre a região são fornecidos pelas grandes agências informativas, com todas as deturpações e jogos de interesses habituais. Ramón Gutiérrez, Quito, Equador.

Torrijos

Excelente a nota sobre a morte de Torrijos. Esse herói panameño merecerá o respeito eterno de todos nós. Wilson Menéndez, Bogotá, Colômbia.

Intercâmbio

Inácio Barbosa

Caixa Postal nº 14475, Luanda, R.P. de Angola

Hector Hugo da Silva

Rua Padre Bartolomeu de Gusmão, 65 — Vila Santana, 18100 Sorocaba — SP, Brasil

Luiz Gonzaga da Silva

Caixa Postal 82
59000 Natal — RN, Brasil

Renato A. Gavazzi

Rua Cesário Mota, 54
18130 São Roque — SP, Brasil

Paulo Zerafino Neto

Rua Quintino Bocaiuva, 200
18100 Sorocaba — SP, Brasil

Onofre Gonçalves Filho

Praça Augusto Gonçalves, 471
35680 Itauna — MG, Brasil

Nesta edição

Editorial

5 A guerra esquecida da África Austral

Matéria de capa

8 Angola especial, *Pablo Piacentini*

No front de combates em Cahama

Como a imprensa esqueceu a guerra

A tática de ganhar tempo na Namíbia

América Latina

28 Uruguai: Abertura em apuros, *Emilia Hernández*

36 Guatemala: Começa a corrida eleitoral, *Martin Morazán*

Dossiê Nicarágua, *Paulo Cannabrava Filho*

39 A desestabilização em marcha acelerada

A lei de emergência contra a sabotagem econômica

O alvo também é El Salvador

O controvertido bispo de Manágua

Opinião

56 Deter a agressão, *Neiva Moreira*

Estratégia

58 A hegemonia pela força, *Luis Rodrigues dos Santos*

Ásia

63 Filipinas: Os moros anunciam

um governo provisório, *Beatriz Bissio*

Norte/Sul

74 E agora a "Bomba C", *Carlos Castilho*

Comunicação

80 O tempo dos sinais, *Enrique González Manet*

87 Panorama Tricontinental

Cultura

92 A dura luta pela sobrevivência, *Maria Gobelli*

96 Humor, *Willy*



Bayardo Arce



A luta de libertação dos moros

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro – Juan Somavia
Henry Pease García
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett

Revista Mensal
nº 39
dezembro – 1981
Preço de capa: Cr\$ 150,00
Números atrasados: Cr\$ 150,00

● *Edições em português*

BRASIL

Diretor e Editor
Neiva Moreira

Diretor Administrativo
Altair L. Campos

Secretário de Redação
Carlos Castilho

Representantes
Cícero Sena (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60.086 – CEP 05.033

Arte
Carmem Saporetti (editor)
Samara e Amaury dos Anjos

Tradução
Vanize Campos

Revisão
José Carlos Gondim
Cláudia Guimarães

Assinaturas
Marília Mourthé

Documentação e Arquivo
Lídia Freitas

Composição
Ronaldo Fonseca

Distribuição
Homero Souza

Fotolito
Colorio Stúdio Gráfico Ltda
Rua 2 de Fevereiro, 33 – Encantado

ANGOLA – CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU – MOÇAMBIQUE
PORTUGAL e SÃO TOMÉ e PRÍNCIPE

Editor
Altair L. Campos

Redação
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos

tricontinental editora ltda.
Calçada do Combro, 10/19
telefone: 32 06 50 – Lisboa – 1200

Birô Africano
Angola
Eduardo Segui – Luis Henrique
Caixa Postal 3.593 – Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito – João Escadinhha
Rua da Kongwa, 153 – Maputo

● *Edições em espanhol*

MÉXICO – AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE e CARIBE

Editor
Roberto Remo

Gerente Geral
Gerónimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a. c.
calle California, 98A – Coyoacán
México, 21 DF – telefone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF

BOLÍVIA – CHILE – COLOMBIA
EQUADOR – PERU – VENEZUELA

(Edición Andina)
Publicada por DESCO: Centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru – Telephone. 724-712

● *Edições em inglês*

ESTADOS UNIDOS – CANADÁ
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESAS NO TERCEIRO MUNDO

Editor
Fernando Molina

Editor Consultivo
Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 – México, DF.

editora terceiro mundo ltda.
Rua da Glória, 122 – grupo 105/106
Tel.: 242-1957
CEP 20.241 – Rio de Janeiro – RJ
Registro na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual nº 81.341.400
Registro no INPI nº 013.539
Registro no SCDF/SP/DPF
nº 2.195 – P. 209/73

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas APSI (Chile), África (Espanha), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

Circulação em 68 países

Alemanha Ocidental – Angola – Argélia – Argentina – Austrália – Áustria – Bangladesh – Belize – Bélgica
Bolívia – Brasil – Cabo Verde – Canadá – Checoslováquia – Chile – Colômbia – Costa Rica – Cuba
Dinamarca – El Salvador – Equador – Espanha – Estados Unidos – Etiópia – Finlândia – França
Granada – Guiana – Guiné-Bissau – Honduras – Iêmen Democrático – Índia – Indonésia – Ira – Iraque
Iugoslávia – Jamaica – Japão – Kuwait – Líbano – México – Moçambique – Nicarágua – Nigéria – Panamá
Paraguai – Peru – Portugal – Porto Rico – Quénia – República Dominicana – Saara – São Tomé e Príncipe
Seychelles – Sri Lanka – Suécia – Suíça – Suriname – Santa Luzia – Tailândia – Trindade-Tobago –
Uruguai – União Soviética – Venezuela – Vietnã – Zâmbia – Zimbábue.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL – Empresa Distribuidora Livraria UEE, Avenida Luís de Camões, 111, Luanda, BE.
BELIZE: Cathedral Book Center, Belize City. **BOLÍVIA:** Tecolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. **BRASIL:** Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 – Rio de Janeiro. **CANADÁ:** Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto – The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St. West, Toronto. **COLÔMBIA:** Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. **COSTA RICA:** Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. **CHILE:** Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. **EQUADOR:** Edicionesociales, Córdoba 601 y Mendubro, Guayaquil – RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205. Quito Ed. Jamilllo Artega, Tel. 517-590, Reg. Sendip Pex 1258. **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador – El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. **ESTADOS UNIDOS:** New World Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois – New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois – Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N.Y. 10010 – Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 – Librería del Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 – Papirus Booksellers, 2915 Broadway at 114 St. New York, N.Y. 10025 – Tom Mooney Books, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 – Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA – Red and Black, 4736 University Way, Seattle – Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. **FRANÇA:** Centre des Pays de Langues Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. **GRÃ-BRÉTANHA:** Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. **HOLANDA:** Atheneum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. **HONDURAS:** Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. **ITALIA:** Paesi Nuovi, Piazza di Montecitorio 59/60, Roma – Feltrinelli, Via di Babuino, 41 Roma – Alma Roma, Piazza P. Paolo, 4-A, Roma – Spagna, Via Monserrato, 35/6, Roma – Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. **MÉXICO:** Unión de Expedidores y Vendedores de Periódico, Humboldt No. 47, México 1, D.F. – Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D.F. – Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D.F. – Metropolitana de Publicaciones, Librería del Cristal e 100 livrarias em todo o país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. **NICARÁGUA:** Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Cassas No. 80, Quinta Soledad, Manágua, Nicarágua. **PANAMA:** Librería Cultural Parameña, S.A., Ave España 16, Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1. **PORTUGAL:** Dijornal, Rue Joaquim Antônio de Aguiar 66, Lisboa. **POR-TO RICO:** Librerías La Tertulia, Avenida Marín Esq. Ave González, Rio Piedras – Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th Inf. Station, Rio Piedras, P.R. 00929. **REPÚBLICA DOMINICANA:** Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo – DESVIGNE, S.A., Ave. Bolívar 354, Santo Domingo. **RE-PÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:** Gunther Hopfenmüller, Jeringstr. 155, 2102 Hamburgo. **S. TOME E PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUÉCIA:** Wennergren-Williams AB, S-10425, Stockholm. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechosso a Pte. Brion, Caracas.

A guerra ignorada da África Austral

A caravana que transportava os jornalistas em busca de uma guerra estava a oito quilômetros de Cahama, o posto de defesa militar angolano mais próximo das forças sul-africanas. Surgiu um avião inimigo e bombardeou a coluna. Entre outros, um inglês recebeu um ferimento leve.

O homem era um dos muitos jornalistas ocidentais que realmente acreditavam que o exército sul-africano tinha como única missão e objetivo em suas incursões em Angola o declarado oficialmente por Pretória, a aniquilação das bases militares da Swapo. Por isso uma colega francesa, olhando a ferida, disse sorrindo: "Então, você é um swapo?"

Isto aconteceu a 4 de setembro e a ironia cruel quis demonstrar ao jornalista de um dos maiores centros de informação do mundo que poderia ocorrer-lhe uma morte equivocada, ser vítima de um ataque que, segundo a versão que circula no Ocidente, não devia ter acontecido, porque esta é uma guerra ignorada. A invasão da África do Sul a Angola foi ocultada pelos órgãos de informação que, supõe-se, vendem tudo o que é notícia. E não há notícia mais vendável que a guerra. Mas desta vez as agências e os demais meios de informação fizeram uma exceção proposital. Vejamos, primeiro, como.

A invasão e os intensos bombardeios na província do Cunene, que faz limite com a Namíbia, começaram em 23 de agosto. Se durante os primeiros dias estes acontecimentos ocuparam um lugar importante nos meios de informação de quase todo o mundo, o seu conteúdo consistiu, na maioria dos casos, numa deformação da realidade. Não se relatou a verdade — a África do Sul invadiu Angola, atacou alvos civis e militares, ocupou cidades desta nação independente, matou centenas de pessoas, causou enormes danos econômicos — o que se ofereceu foi uma versão pretendidamente equilibrada dos fatos.

Isto é, as agências, para falarmos dos meios de informação mais influentes, fizeram circular a informação oficial sul-africana — a da potência atacante — e a angolana — a do país atacado — num relativo pé de igualdade. Para o leitor isto significava que havia forças sul-africanas combatendo no sul de Angola, segundo o governo de Luanda no marco de uma agressão bélica unilateral; e

segundo o governo de Pretória em legítima defesa, para aniquilar as bases militares da Swapo em Angola usadas para hostilizar o regime vigente na Namíbia.

Os telegramas noticiosos não proporcionavam o contexto desta situação. Omitiam sistematicamente o fato de que o governo de Pretória é ilegítimo (segundo os próprios princípios da democracia ocidental) pois é regido pela negação do direito de votar à maioria africana; que esse poder racista ocupa ilegalmente a Namíbia, um fato que é reconhecido pelas Nações Unidas; que a Swapo é a única representante do povo da Namíbia e como tal é reconhecida internacionalmente; e que a finalidade da guerra da África do Sul contra Angola consiste na pretensão de suplantar o governo de Luanda por uma facção guerrilheira — a Unita — armada e financiada pela minoria branca sul-africana para implantar seu domínio na Namíbia de uma maneira duradoura através de grupos namibianos subordinados a Pretória. Isto é, entender o império branco capitalista sobre essa região imensa e riquíssima — sobretudo em minerais — da África Austral, convertendo as aspirações de independência e de igualdade dos africanos numa farsa dirigida por uma ínfima minoria de brancos neocolonialistas, um projeto que conta com o benéplácito do presidente norte-americano Ronald Reagan.

Não era de se esperar que as agências ocidentais dessem às suas informações este contexto. Mas sim que dessem continuidade às suas coberturas e procurassem verificar as afirmações de ambas as partes. Não foi assim.

Em 30 de agosto, depois de ter efetuado bombardeios maciços na região, encerrado pela pressão internacional e pela convocação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o governo sul-africano anunciou ao mundo a sua retirada de Angola.

A declaração de Pretória recebeu ampla cobertura publicitária, juntamente com o desmentido de Luanda. Mas, a partir desse momento, virtualmente, não se falou mais sobre o tema. A guerra deixou de ser notícia. Os leitores, telespectadores e ouvintes deixaram de receber notícias sobre uma invasão de cuja causa não haviam sido informados e que continuava em curso. Um leitor

habitual do mundo ocidental, da mesma forma que aquele do Terceiro Mundo dependente — e é fácil comprovar esta afirmação se interrogarmos qualquer um que reúna essas características — tinha, digamos a um mês depois da anunciada retirada, a impressão de que a guerra cessaria.

As tropas de Pretória somente haviam efetuado um recuo tático. Fixaram suas maiores unidades motorizadas na fronteira com a Namíbia e mantiveram o controle da vasta área que se estende à margem esquerda do rio Cunene, assentados em várias bases de helicópteros previamente construídas no território namibiano. E não somente conservaram seu domínio militar nessa área, ocupando cidades e aldeias, mas também com seu esmagador poder aéreo, durante todo o mês de setembro, o mês de outubro, e parte de novembro continuaram bombardeando e ocupando outras cidades e aldeias, matando civis e militares que defendiam suas populações.

E durante setembro e outubro, a imprensa ocidental continuou ignorando essa guerra, limitando-se a publicar algumas linhas sobre os acontecimentos mais destacados e oferecendo as mais diversas versões sobre os fatos, com pasmagenta "neutralidade".

Sob um ponto de vista estritamente informativo, não se consegue justificar esse desinteresse. Pelo contrário, na invasão de Angola temos todos os ingredientes que possam atrair a imprensa, e não somente porque há uma guerra em curso. Em Angola estão milhares de soldados cubanos equipados com sofisticado armamento soviético. Vieram em 1975 para sustentar a independência do país, quando colunas de tanques sul-africanos violaram a fronteira de Angola e se aproximaram de Luanda, a mais de mil quilômetros da fronteira com a Namíbia.

Desde essa época até hoje, as tropas sul-africanas perpetraram inumeráveis violações do território angolano e cometem numerosas agressões bélicas.

Mas desta vez existe algo mais. Os efetivos sul-africanos penetraram profundamente no solo angolano, mais de duzentos quilômetros, e se aproximaram das defesas cubanas. Ante a proximidade das forças de Pretória, um comunicado oficial do governo de Cuba anunciou que ordenaria repelir a agressão se os atacantes se encontrassem com as defesas cubanas.

Sabe-se que se os cubanos entrassem em ação com seu poderio aéreo — os angolanos carecem até agora de aviação militar — com sua artilharia e com seus blindados, isto significaria a generali-

zação da guerra na África Austral. Ninguém pode prognosticar, mesmo aproximadamente, o que significaria a generalização do conflito. Mas a entrada em ação dos cubanos e suas armas soviéticas pode motivar uma resposta militar norte-americana, pois o governo Reagan respalda Pretória e a Unita e defende a posição de que os cubanos devem sair de Angola. Uma generalização da guerra na África Austral, com os angolanos e seus aliados cubanos avançando até a fronteira com a Namíbia, fazendo com que os invasores recuem para trás dela, daria a Reagan um pretexto para intervir militarmente na zona. Ou para golpear, em represália, diretamente Cuba, que se sente ameaçada e colocou meio milhão de milicianos armados para defender a ilha de uma agressão norte-americana, que acreditam seja provável.

Por isto, a África Austral e particularmente a fronteira entre a Namíbia e Angola é um dos pontos mais tensos do planeta e, como o Oriente Médio, é um dos lugares críticos em que um conflito bélico pode desencadear a guerra mundial. É, portanto, uma fonte noticiosa de grande magnitude.

Qualquer observador de um jornal ocidental destacado em Angola durante estes meses de guerra poderia ter informado seu público quantas vezes — e não foram poucas — esteve a um passo de produzir-se um conflito.

Tentemos agora explicar o silêncio em torno desta guerra. A razão imediata é que não há, virtualmente, correspondentes ocidentais acreditados em Luanda. A maior parte dos jornalistas ali acreditados pertencem aos meios de comunicação dos países socialistas. Eles enviam ampla informação sobre a guerra, mas sua identidade ideológica os converte, para a imprensa ocidental, em fontes "parciais" e não dignas de crédito.

Todas as agências ocidentais acreditaram no passado correspondentes em Luanda, mas não aceitaram as regras do jogo exigidas pelo governo angolano, e os jornalistas foram expulsos. Em consequência, três das quatro grandes agências (*Associated Press*, *United Press* e *Reuter*) que em conjunto são responsáveis por mais de 80% da circulação de notícias do mundo, não têm correspondentes em Angola. A única entre as quatro grandes presente em Luanda é a agência *France Press*, mas sua cobertura não tem caráter permanente.

Além da *AFP*, alguns meios de imprensa quiseram realizar coberturas diretamente de Angola e obtiveram autorização do governo de Luanda para isso; mas em tais casos — equipes de televisão,

correspondentes de grandes jornais — não se tratava de transmitir notícias propriamente ditas, mas sim de fazer serviços especiais.

É um fato, independentemente do juízo que isso mereça, que as agências ocidentais não vão modificar suas próprias regras, como também não o fará o governo angolano. Então Luanda continuará "descoberta" por parte das grandes agências e portanto os meios de comunicação do Ocidente e do Terceiro Mundo não vão dispor de informação diretamente originada de Angola, ao mesmo tempo em que continuarão recebendo informação procedente da República da África do Sul, onde, aí sim, estão acreditados seus correspondentes.

Isso explicaria em parte este silêncio sobre a guerra. Mas só em parte. Porque é menos explicável ainda que os comunicados emitidos pelo Ministério da Defesa de Angola, que narravam os atos bélicos, não tenham sido publicados pelas grandes agências e divulgados pelos meios de comunicação do Ocidente e do Terceiro Mundo.

Não se queria que esses meios de informação adotassem a versão angolana, mas simplesmente que reconhecessem os comunicados do Ministério de Defesa, apresentando-os como a versão de uma das fontes do conflito.

É bem verdade que não podiam receber diretamente os comunicados, mas o seu conteúdo lhes chegava às mãos indiretamente. Por exemplo, todas as grandes agências e os grandes órgãos de informação têm correspondentes acreditados em Moscou e estes tinham acesso à Agência Tass e à imprensa soviética, que reproduziam permanentemente os comunicados angolanos.

O noticiário oficial de Angola também é recebido em Lisboa. Durante a fase inicial da invasão, a maior parte das denúncias e comunicados angolanos foram divulgados a partir da capital portuguesa, provando assim que quando estão interessadas, as agências e meios de comunicação internacionais podem ter acesso a informações diretas.

Mas optou-se pelo silêncio, e a opinião pública não foi informada sobre esta guerra. Uma resenha dos veículos de imprensa internacionais mostraria uma desproporção impressionante sobre a importância real — e portanto noticiosa — dos acontecimentos no sul de Angola e o resultado informativo.

Se a opinião pública tivesse tido um conhecimento real dos fatos, e inclusive de sua projeção em termos de ameaça à segurança do planeta, os governos ocidentais — e o dos Estados Unidos em particular — teriam se sentido pressionados, o

veto à resolução de condenação à invasão sul-africana no Conselho de Segurança teria sido mais difícil para Reagan, e o seu apoio ao regime de minoria branca de Pretória bem mais custoso politicamente.

Exatamente por isso, a Casa Branca não está interessada na difusão destes fatos. Washington não considera a luta da Swapo uma guerra justa, tendo qualificado publicamente os guerrilheiros como "terroristas", ao mesmo tempo em que apóia as atividades da África do Sul e da Unita. Ambas procuram a desestabilização do governo de Angola, pensando que uma eventual retirada das tropas cubanas facilitará este objetivo.

Desde Nixon e Kissinger, até Reagan e Haig, a ala dura do establishment norte-americano sente e afirma que o movimento de libertação angolano significou uma "posição perdida" para o Ocidente, que no entanto não se resigna a perdê-la para sempre.

No campo político e militar, esta nostalgia imperialista foi derrotada pelo MPLA e por seus aliados, ainda que com um alto custo. Mas os ataques prosseguirão. A tensão na África Austral não cessará até que a Namíbia se torne independente e enquanto na República da África do Sul não impere a igualdade entre negros e brancos.

A África do Sul agrediria Angola mesmo que a Swapo não existisse, pois o regime de Pretória não se conforma que esta jovem nação seja uma posição ganha para o socialismo, um regime que lhe é antagônico, da mesma forma que ao governo Reagan.

Convém aos círculos imperiais que esta guerra seja ignorada e que a invasão seja ocultada. E temos que reconhecer que nesse aspecto — no da batalha informativa — conseguiram um triunfo. É precisamente por isso que *Cadernos do Terceiro Mundo* sentiu-se obrigado a fazer um grande esforço tendente a apresentar uma detalhada informação sobre a situação atual na África Austral, dedicando-lhe uma reportagem especial.

Para isto, enviamos a Angola nosso diretor adjunto, Pablo Piacentini. Durante quinze dias, ele recolheu o material que publicamos nesta edição e que inclui, entre outras reportagens, uma visita ao posto avançado das defesas angolanas, na cidade de Cahama, e uma pesquisa sobre a forma pela qual quatro importantes jornais ocidentais trataram a guerra na África Austral. São os dados levantados neste trabalho que provam estatisticamente o que afirmamos no editorial, sobre esta guerra ignorada pela imprensa europeia e norte-americana.

ANGOLA

A guerra continua



Um mês depois do governo sul-africano ter anunciado a retirada de suas tropas que invadiram Angola, o enviado especial dos "cadernos do terceiro mundo" constatou o contrário. Pablo Piacentini esteve em plena zona de guerra, ouviu os soldados e chefes militares angolanos envolvidos em combates e testemunhou os efeitos da permanência das tropas invasoras na província de Cunene.

Porque, então, a imprensa ocidental deixou de falar sobre a guerra em Angola? Para responder a esta pergunta nosso enviado complementou o seu trabalho com uma pesquisa no noticiário internacional de importantes jornais. E descobriu uma omissão proposital das informações fornecidas pelo governo de Luanda, ou seja, a cobertura dos acontecimentos do ângulo favorável ao exército invasor.





ANGOLA

No front de combates em Cahama

As tropas sul-africanas continuam ocupando um terço da província de Cunene, numa área de aproximadamente 25 mil quilômetros quadrados. Foi o que constatou em meados de outubro o enviado especial Pablo Piacentini. Eis o seu relato na zona de combates.

Éramos 13 jornalistas e chegamos de Lubango no dia 13 de outubro. Um jornalista português cruzava os dedos e dizia que o fazia para acalmar os maus augúrios, pois havia ouvido na cabine do piloto que a torre de controle indicara ao nosso avião a posição 13.

O aeroporto estava fortemente militarizado. Estava cercado por baterias antiaéreas camufladas.

No trajeto para Lubango e durante nossa permanência na cidade, a mobilização militar era a característica de um estado de guerra. Havia contínuos deslocamentos de efetivos militares em caminhões e jipes, sirenes, patrulhas e, em cada saída da cidade, vimos numerosos postos militares ao longo das estradas e muitas baterias camufladas.

Lubango é a capital de Huila, província que se limita ao sul com Cunene. Esta província, de 75.995 quilômetros quadrados,

limita-se, por sua vez, em sua fronteira austral, com a Namíbia. O território que se estende à margem esquerda do rio Cunene, e que compreende cerca de um terço da província, encontra-se ocupado pelas tropas sul-africanas, apesar do governo de Pretória ter anunciado a 30 de agosto sua retirada de Angola. As tropas retiraram-se só parcialmente e mantinham-se durante e após nossa visita nessa parte do território angolano, efetuando diariamente vôos de reconhecimento e bombardeios a cidades e aldeias dessa área e ainda mais longe.

No dia 16 de outubro, às duas da madrugada, partimos para Cahama, a uns 200 quilômetros para o sudeste. Em Cahama está instalada a unidade militar angolana mais próxima às posições do exército sul-africano, e os dias de espera em Lubango foram em função de que, por razões de segurança (ou de ordem militar), somente no dia 15 o comando

nos deu a autorização definitiva para nosso deslocamento.

Cahama é o centro de comunicações para onde convergem todos os caminhos dos povoados situados ao sul, perto da fronteira com a Namíbia, daí a sua importância.

Para estes deslocamentos de civis escoltados por soldados, preferem-se as horas noturnas, a proteção da escuridão. Mas o comandante de Cahama dir-nos-á pouco depois que a aviação inimiga havia operado nessa área duas noites antes e que poderia aparecer no caminho, ou ali mesmo, a qualquer momento. Era uma questão de sorte, disse, e que não havia condições de garantir a segurança de ninguém. E por essa razão, permitiria que nosso regresso se fizesse durante o dia. Tivemos sorte; não chegamos a ver nem mesmo um avião.

A cidade que não se rendeu

O trajeto entre Lubango e Cahama é um mostruário dos efeitos da guerra que a África do Sul desfecha contra Angola. Vêem-se edificações civis destruídas pelos bombardeios aéreos, de casas a choças, e veículos incendiados no acostamento da estrada. A estrada era de asfalto, e havia buracos grandes e pequenos que ainda não houvera tempo de tapar.

Cahama é uma pequena cidade, ou melhor dito, era. Quase todas suas construções estão por terra. Há crateras por toda parte. As bombas e a metralha deixaram suas marcas onde se ponha os olhos.

O major Joaquim Antônio Lopes Farrusco é o comandante da unidade. Farrusco tem fama de um valor a toda prova e de grande capacidade de comando. "Não conhece o medo", nos disseram vários de seus subordinados.

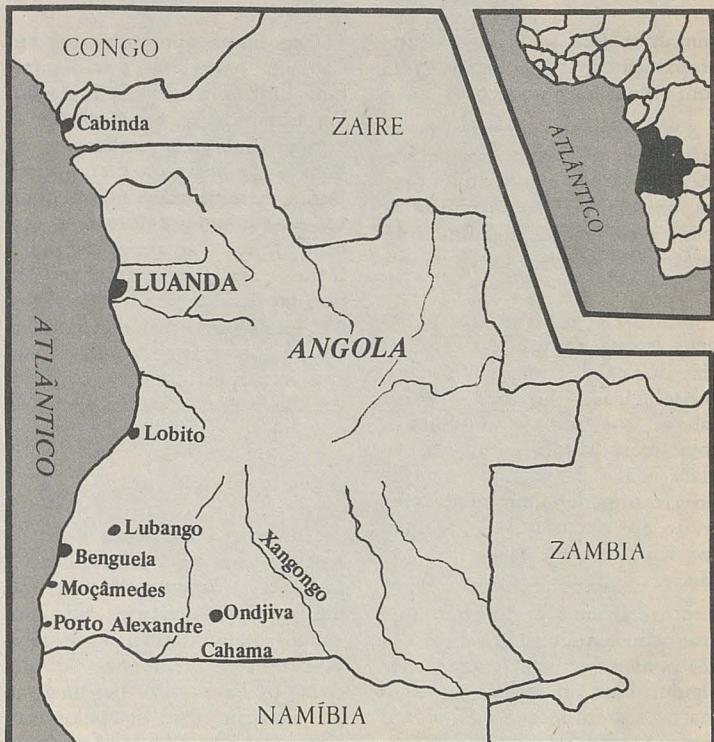
O certo é que, apesar dos violentos ataques, Cahama não se rendeu e permaneceu como uma praça-forte da resistência das



Luta-se em Cahama desde agosto

Fapla (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola).

O major contou aos jornalistas: "Os bombardeios começaram aqui no dia 23 de agosto, às dez da manhã e prosseguiram sem cessar até as 15 horas. Cahama esteve durante 22 dias consecutivos sob bombardeios. Foram muito intensos, impossibilitando até a circulação de uma simples bicicleta durante os primeiros dias. Mas há ações todos os dias. São 'patrulhas com caças livres'. Fazem reconhecimentos aéreos e, se encontram algum objetivo, aniquilam-no. Para eles, os objetivos tanto podem ser militares como civis. Fazem prisioneiros, interrogam-nos e torturam-nos, arrasam quimbos (aldeias de choucas), roubam. Vejam esse quimbo arrasado onde morreu uma família inteira, e digam-me se tem algo a ver com objetivo militar. Isto começou a 23 de agosto e ainda não terminou. Agora há somente uma pausa relativa, mas





pensamos que se trata de uma preparação para uma investida com golpes mais poderosos".

Os militares nos mostraram as ruínas do município, as instalações sanitárias, a casa dos motores, os depósitos do povoado. De todos esses edifícios, o único de caráter militar era o do comando da brigada.

Farrusco mostrou-nos também o que sobrou das residências dos oficiais angolanos e dos conselheiros soviéticos. "Vocês sabem que temos conselheiros soviéticos. Estão comigo e viviam nessas casas. Cada uma de nossas brigadas tem assessores, como por exemplo os conselheiros militares do major Afonso Maria, comandante de Ondjiva. Capturaram-nos e disseram que eram conselheiros da Swapo. Vocês podem verificar se aqui havia alguma base da Swapo ou alguma base de mísseis Sam-2, como também afirmaram".

Nas horas que passamos em Cahama, os militares não puseram limites à nossa circulação. Perguntamos se eram certas as versões sobre a utilização de bombas de napalm e de fragmentação. Assentiram e nos fizeram ver uma grande cratera num terreno arenoso, ao redor da qual a terra estava queimada. Também nos mostraram casas demolidas das quais haviam ficado paredes em pé com grandes manchas negras na superfície. Eram os restos das bombas incendiárias, de napalm.

A guerra de guerrilhas

Durante a conversa, o major Farrusco fez uma referência importante. Contamos-lhe que no dia anterior havíamos tido um encontro com um oficial do estado-maior, em Lubango, e que este nos havia dito que na zona de Ondjiva, tomada pelos sul-africanos, segundo a informação

disponível, as forças angolanas se encontravam agora em operações.

— Pode confirmar essa informação?, perguntamos.

— Sim. Continuam na região, embora tenham que efetuar retiradas, pois não têm equipamentos militares para enfrentar os adversários.

— Isso é uma espécie de guerra de guerrilhas?

— Sim, uma intensificação da guerrilha. A partir de Xangongo, rio abaixo, temos alguns grupos operando.

— Na retaguarda do inimigo?

— Na zona que o inimigo ocupa atualmente. Como todos sabem, nosso exército tem somente cinco anos de história. Não temos grandes unidades para enfrentar a situação criada no país. Mas não é menos certo que as Fapla, mesmo com suas dimensões, vão ultrapassar a situação que nos impuseram, custe o que custar. Uma das ações adotadas



A região dos combates em Cahama (no alto à esquerda) é muito desfavorável ao Exército angolano, que está exposto aos helicópteros sul-africanos.

Quando nosso enviado Pablo Piacentini esteve na área, a escolta dos jornalistas localizou dois soldados (acima e à direita) que enfrentaram as tropas invasoras e depois ficaram perdidos na selva, feridos e sem comida

consiste na incrementação da guerrilha por algumas unidades. E se for necessário, intensificarei aqui, pessoalmente, a guerrilha. Os sul-africanos parecem estar convencidos de que, aniquilando as duas unidades das Fapla, poderão conquistar o território de Angola. Enganam-se. Bastaria que se lembressem dos longos anos que lutamos contra o colonialismo português para que compreendessem que se trata de uma ilusão.

Ainda que os oficiais se abstêm de dar mais dados sobre esse ponto, basta o que foi dito para se extrair uma conclusão significativa sobre a situação militar: as unidades regulares para-

ram a ofensiva do exército sul-africano, ainda que este, valendo-se da área que controla no Cunene e de sua supremacia aérea, golpeie com bombardeios uma zona mais extensa. Mas, ao mesmo tempo que mantém posições com unidades regulares, as Fapla infiltraram "comandos" na área controlada pelo inimigo, fustigando-o com uma espécie de guerra de guerrilhas.

O resgate

Tínhamos percorrido uns 40 quilômetros a partir de Cahama, de volta para Lubango, e eraerto de dez horas da manhã, quando vimos no lado direito da estrada um soldado que, a duras

penas, conseguia manter-se de pé. O tenente Francisco Gomes, chefe da caravana, deu ordem para parar, e como nos encontrávamos na janela da direita, ficamos frente a frente com o jovem. O que mais nos impressionou foi sua expressão transtornada.

O soldado, Paulo Dala, 22 anos, balbuciou ao tenente que seu grupo havia tido um encontro com o inimigo, que havia caminhado três dias para chegar até ali, e que na selva estava um seu camarada.

Deitaram Paulo em um jipe, deram-lhe de beber, e o veículo partiu com o tenente e com os jornalistas que conseguiram su-

Padres e hospitais na mira de Pretória

Em nosso alojamento em Lubango, um local da Cruz Vermelha improvisado como moradia, a sorte nos fez encontrar Inácio Raimundo, comissário comunal de Nehone, que a 8 de outubro foi alvo de um bombardeio sul-africano. O fato teve especial difusão, porque os aviões destruíram a missão católica de Kafima e mataram o sacerdote angolano Miguel Manico.

Inácio, de 31 anos, veio a Lubango para internar cinco feridos e levar um jipe, pois o seu foi destruído pelas bombas. "Não vais camuflar o novo?", lhe perguntamos. "Não — respondeu —, vou descapotá-lo completamente para ver o inimigo ainda longe".

Inácio conta ainda: "Os sul-africanos haviam chegado antes, a 10 de julho. Desceram de helicópteros e ocuparam o povoado. O objetivo deles nesse momento era só de reconhecimento. Eu estava no povoado e me refugiei dentro de uma casa que por sorte não revistaram. Quando eles che-

gam, a primeira coisa que fazem é perguntar pelas autoridades para extraírlhes informações".

"Os militares sul-africanos queriam beber água — continua Inácio — mas a bomba d'água, localizada na missão, da mesma forma que a do posto médico, estava queimada. Quiseram repará-la, mas não conseguiram. Então ameaçaram: 'Se quando voltarmos estiver funcionando, vamos bombardeá-la'. Levaram tudo, até bicicletas e máquinas de costura, que diziam ser da Swapo, bem como remédios. Voltaram a 8 de outubro".

"Realizaram o primeiro ataque às 13,15 horas e o segundo às 16,05, com dois Impala e foguetes. Devem ter-se dado conta que a bomba funcionava porque havia gente em volta dela. O padre Manico a tinha reparado. Faz três anos que temos seca e essa bomba era vital para a vida da comunidade, que tem uns seis mil moradores. Quando as bombas caíram, o padre Manico estava reparando seu automóvel e

uma explosão o matou. A missão tem também três monjas, duas delas estrangeiras. Além dos onze feridos, houve oito mortos, um deles uma criança de poucos meses. Destruíram a missão, e com ela a bomba d'água e o hospital".

Esse ataque preciso à missão pode ter sido uma represália por terem os sul-africanos suspeitado que foram enganados quando lhes negaram água. Mas este seria somente um detalhe macabro dentro de uma estratégia premeditada e orientada a impossibilitar um mínimo de vida normal às populações, assim como destruir a economia regional.

Uma das condições para que os habitantes permaneçam nos seus povoados é que contem com assistência sanitária. Em consequência, o exército de Pretória incluiu os hospitais entre os alvos militares.

O posto médico da missão de Kafima, situada a uns 200 quilômetros da fronteira com a Namíbia, não é um caso isolado. O

bir para resgatar o extraviado. Antes disso, o tenente Gomes ordenou que os veículos e as pessoas fossem devidamente camuflados, e pusémo-nos como deveríamos fazê-lo caso irrompesse a aviação sul-africana: as viaturas em coluna, dentro dessa selva cheia de claros e com relativas possibilidades de não serem vistas do alto; os homens dispersos, ocultos sob os arbustos mais altos.

O soldado Bartolomeu Lino deixou-se cair quando suas forças se esgotaram e não pude deixar de pressentir que ali iria morrer. O lugar era o pior possível, uma clareira na selva onde nada o protegia contra o sol. Cobriu-

hospital de Ondjiva foi bombardeado em 28 de agosto e em seguida ocupado por tropas sul-africanas. Em 6 de outubro foi metralhado pelos aviões que voltaram.

O pessoal médico e o auxiliar, como todos os civis, foram amedrontados pelo fogo adversário. Muitos deles procuraram refúgio em outras cidades, enquanto os ataques inutilizavam as instalações. O hospital de Ondjiva deixou virtualmente de funcionar.

No hospital de Tchiulo os atos de intimidação foram tão violentos que não somente o pessoal médico, como também doentes que não deviam abandonar seus leitos, puseram-se em fuga.

É difícil confundir-se médicos e doentes com guerrilheiros da Swapo. Para Pretória, a Swapo é um objetivo e ao mesmo tempo um pretexto para uma bárbara agressão ao território, à economia e à população de Angola.



Milhares de angolanos perderam tudo o que tinham e foram alojados provisoriamente em campos de refugiados. O problema agora é alimentá-los.



se com a manta que levava na mochila e abraçou seu fuzil automático.

Assim encontraram-no quatro horas depois, após o penoso percurso de Paulo pelos sete quilômetros que o separavam da estrada e no quarto de hora que demoraram em localizá-lo.

Que terá pensado e experimentado o soldado Bartolomeu quando entreabriu os olhos e viu um tenente das Fapla e as duas câmeras cinematográficas apontadas para si, enquanto começava a entender que estava salvo?

A narração do soldado Paulo — Bartolomeu não podia e nem devia falar — e os dados fornecidos pelo tenente, possibilitaram a reconstituição do episódio.

Os dois formavam parte de um grupo de cinco soldados dedicados a operações guerrilheiras dentro de áreas controladas pelas forças sul-africanas. Tratava-se da intensificação da guerrilha revelada pelo major Farrusco, sem suspeitar que uma singular coincidência nos traria um testemunho vivo.



O exército angolano enfrenta agora uma dupla tarefa: intensificar a resistência contra os invasores e apoiar a população atingida pela guerra



Os cinco estavam escondidos na mata, onde foram surpreendidos por um helicóptero inimigo. Um deles foi morto, mas os restantes conseguiram fugir, dois numa direção e dois noutra. Isto acontecera a 13 de outubro, às cinco da manhã, e em pouco tempo Paulo e Bartolomeu haviam perdido o rumo; não sabiam onde se encontravam e nem como sair da selva na direção de um lugar seguro.

Foram três dias e algumas horas de caminhada. Do ponto de ataque, Mucope, até a estrada, há 63 quilômetros em linha reta, mas com as voltas que deram, tiveram andado mais de 100 quilômetros.

Estavam desidratados e extenuados. Gomes avaliou que não teriam ultrapassado vivos esse dia ensolarado, embora admitisse que, com muita sorte, pudessem ter durado até a noite.

Satisfeito mas sóbrio, o tenente fez-nos notar que, na fuga, os dois haviam perdido seus calçados, mas haviam conservado as mochilas e haviam entregue os fuzis a seus camaradas. Imaginamos o peso que terá tido, para esses homens esgotados, o fuzil e os carregadores, além da carga da mochila, a cada passo que davam.

Desde nossa chegada a Angola, tinha lido e ouvido reiteradamente dos chefes militares a exaltação do "moral elevado" — em boa tradução, a decisão de enfrentar o inimigo — das Fapla. Poder-se-ia tomar com reservas essas afirmações, como algo relativo e destinado a ajudar psicológicamente em uma guerra desigual. Não obstante as poderosas motivações dos angolanos, a superioridade militar sul-africana poderia jogar decisivamente na direção contrária.

Depois de ver o soldado Paulo, cambaleante, mas postado na estrada com o seu fuzil, e a recuperação de Bartolomeu, armado, dissiparam-se as nossas dúvidas.



ANGOLA

Como a imprensa esqueceu a guerra

Uma pesquisa realizada no noticiário de quatro dos mais importantes jornais do Ocidente revelou uma clara tendência a omitir informações divulgadas pelo governo de Angola. Isto ficou particularmente nítido antes da invasão sul-africana e depois que o governo de Pretória anunciou a retirada de suas tropas.

Cinquenta e dois por cento das informações divulgadas por quatro dos mais importantes jornais do Ocidente tiveram como fonte informações fornecidas pela África do Sul e Estados Unidos. O lado angolano foi utilizado em apenas 22,9% dos casos, enquanto que as fontes soviéticas só foram consultadas em 3,07% do noticiário sobre a invasão sul-africana. Os 21,4% restantes tiveram origem em informantes localizados em outros países.

Estes dados, que revelam uma clara parcialidade no que se refere às fontes de informação e, portanto, também no que toca à forma de abordar a invasão do território angolano, tiveram como base uma ampla pesquisa nas edições dos jornais *Le Monde* (francês), *New York Times* (norte-americano), *La Repùblica* e *Il Tempo* (ambos italianos) durante os meses de agosto e setembro.

Os quatro jornais deram sempre mais importância às fontes sul-africanas originárias de Pretória, numa percentagem de 35,7% do noticiário geral da guerra, ou dos EUA com 16,3%.

Como África do Sul e Estados Unidos de maneira geral coincidiram nas versões sobre o conflito, torna-se evidente porque as fontes de ambos os países dominaram mais da metade de todo o material publicado, enquanto as versões angolanas e soviéticas (também em geral coincidentes) conquistaram apenas 25,97% do total do noticiário.

O trabalho comparativo foi dividido em três fases: a primeira antecedeu o ataque sul-africano e teve como principal objetivo analisar a forma pela qual foram tratadas na imprensa ocidental as advertências angolanas sobre a iminência de um ataque inimigo; a segunda parte engloba o período entre o início das operações, em 23 de agosto, até o dia 30 do

mesmo mês, quando a África do Sul anunciou uma suposta retirada de suas tropas; e, finalmente, a terceira parte analisa o noticiário posterior ao anúncio sul-africano, e se detém especialmente na falta de importância atribuída pelos jornais em questão às denúncias angolanas de que a invasão continuou.

Antes da guerra

O vespertino francês *Le Monde* é mundialmente conhecido como um jornal preocupado com a imparcialidade e a isenção na busca de suas fontes. O *Le Monde* publicou nos dias 13, 14 e 23 de agosto notícias sobre o aumento da tensão militar ao longo da fronteira entre Angola e Namíbia, sem no entanto fazer menção aos comunicados emitidos nos dias 14 e 22 em Luanda sobre a iminência de um ataque sul-africano em larga escala.

O *New York Times*, tido como o jornal mais poderoso e mais influente do mundo, publicou uma notícia, com uma coluna, em 3/4 de página, na sua edição do dia 12 de agosto. O material do NYT dizia que a África do Sul estaria enfrentando dificuldades para atacar Angola devido à instalação de bases de mísseis soviéticos na cidade de Lubango. Esta informação foi recolhida em Pretória pelo correspondente do jornal na África do Sul, sem qualquer referência às denúncias angolanas. Nos dias seguintes, até a data de 26 de agosto, o *New York Times* publicou notas sobre o aumento do poderio bélico sul-africano e notas diversas sobre a África do Sul, sem fazer novamente referências à situação em Angola.

Já o *La Repùblica* não deu nenhuma informação sobre a crise na África Austral entre os dias 10 e 25 de agosto. O *La Repùblica* é de orientação centro-esquerdista e em geral dá boa cobertura sobre assuntos do Terceiro Mundo. O *Il Tempo*, o outro jor-

Quase 100 mil pessoas ficaram desabrigadas por causa dos bombardeios sul-africanos



nal italiano usado na pesquisa, também não publicou nada sobre as advertências angolanas e os preparativos sul-africanos para a invasão.

Os comunicados

Entre os dias 23 de agosto e 3 de setembro, o governo angolano emitiu cinco comunicados sobre a invasão sul-africana. O primeiro comunicado, divulgado no dia 24/8, dava conta do avanço em larga escala das tropas sul-africanas, revelando a existência de colunas de blindados, ao mesmo tempo em que denunciava ataques aéreos contra a cidade de Cahama. No dia 27/8, um segundo comunicado dá conta de novos ataques e bombardeios aéreos nos dias 25, 26 e 27. O terceiro comunicado oficial do governo angolano, divulgado no dia 29/8, denuncia que a invasão visa impedir uma solução negociada para o caso da Namíbia, apela para os países da Organização da Unidade Africana (OUA) para que ajudem a repelir o ataque sul-africano e faz um

A região sul, a mais rica de Angola,
foi a mais atingida pela agressão



relato dos combates nas províncias de Cunene, Huila e Kuando-Kubango.

O quarto comunicado, datado do dia 31/8, revela contra-ataques de forças angolanas em várias localidades e anuncia a derrota de um caça *Mirage* sul-africano. E, finalmente, no dia 3/9, o governo de Angola desmente as afirmações do Ministro da Defesa da África do Sul de que as tropas invasoras haviam se retirado. O comunicado diz que depois do anúncio feito no dia 30/8 foram realizados ataques contra Cahama e Caluvango, ao mesmo tempo em que a infantaria sul-africana continuava ocupando as localidades de Ondjiva, Xangongo, Môngua, Mupa, Caluengue e Cuamato, com um total de 11 mil homens. Isto tudo no dia 2/9, sem falar nos vôos de reconhecimento.

A terceira fase da pesquisa aborda o noticiário dos quatro jornais depois do dia 7 de setembro, dia em que o governo angolano divulgou um comunicado no qual afirma que nos dias 4 e 5 foram registradas 19

violações do espaço aéreo de Angola por 25 aviões sul-africanos, que sobrevoaram as cidades de Cahama, Kiteve, Cuvelai, Xangongo, Humbe e Evale. No dia 5/9 houve um ataque aéreo contra um grupo de jornalistas em Cahama. No mesmo dia houve outro ataque, desta vez contra uma coluna militar na estrada entre Lubango e Cahama.

No comunicado do dia 22/9, Angola denuncia a possibilidade da África do Sul estar tentando criar um "Estado-tampão" na zona ocupada, criando na área um governo para o qual pediria reconhecimento internacional e que seria também convocado a participar das negociações sobre o futuro da Namíbia. O comunicado salienta que no dia 11/9 ocorreram 12 violações do espaço aéreo, fato que voltou a acontecer nos dias 12, 13 e 16. No dia 15/9 tropas terrestres sul-africanas apoiadas por aviões atacam a cidade de Changalala. No dia 18/9, novamente as tropas sul-africanas penetram em território angolano e promovem um massacre na localidade de Maco-

cote, situada a 20 km de Xangongo.

Le Monde

Entre os dias 26 de agosto e 11 de setembro, as fontes utilizadas no noticiário do jornal francês *Le Monde* foram as seguintes:

Luanda: 23,2%
Pretória: 40,3%
EUA: 5,1%
URSS: 1,0%
Outros: 30,0%

A última informação do *Le Monde* publicada sobre as atividades bélicas em Angola entre os dia 11/9 e 30/9 apareceu no dia 16 de setembro. Nos dias posteriores, o jornal continuou informando sobre a região, especialmente sobre a questão da Namíbia, mas não houve mais noticiário sobre a frente militar. O comunicado de Luanda no dia 22/9 foi ignorado.

Esta omissão chama atenção, já que o jornal sempre criticou as agressões sul-africanas e, a partir de suas fontes próprias de informação, sempre pôs em

dúvida a veracidade das afirmações de Pretória sobre a retirada de tropas. Logo, a publicação do comunicado do dia 22/9 seria coerente com a linha do *Le Monde*.

No dia 26/9, por exemplo, uma nota do correspondente do jornal em Joanesburgo citava declaração do ministro da Defesa Magnus Malan, na qual o dirigente sul-africano não eliminava a idéia de uma reedição da "Operação Proteu" (nome de código para a invasão de Angola). Mas as denúncias concretas de Angola, nos primeiros dias de setembro, não foram publicadas pelo jornal.

Na cobertura do vespertino parisiense devem ser assinalados dois fatos: o primeiro, é que sua informação prévia à invasão colocou seus leitores em alerta sobre o que iria acontecer, com base em informações disponíveis na África do Sul. O *Le Monde* foi o único entre todos os jornais pesquisados que teve este mérito. Certamente, se o jornal tivesse recebido (se é que não os recebeu) os comunicados prévios

de Luanda, os leitores poderiam ter tido uma idéia mais completa da situação.

É impossível saber se a agência *France Press* e outras agências baseadas em Lisboa foram as responsáveis pela omissão, ou se o jornal deliberadamente não os publicou.

O outro aspecto é relativo ao tratamento dado à captura e morte de militares soviéticos. No dia 3/9, o *Le Monde* publicou uma manchete de primeira página no seguinte teor: "Pretória revela os nomes dos oficiais soviéticos mortos e capturados". Naquele momento, com efeito, esta informação era importante sob o ponto de vista jornalístico, e portanto, merecia perfeitamente uma manchete destacada. Mas depois disto, quando foi registrado o reconhecimento soviético das mortes e capturas, bem como da exigência de devolução do sargento preso e dos corpos dos militares mortos, o *Le Monde* não deu mais destaque a estas informações, que faziam parte da campanha sul-africana para exa-

gerar a importância da presença soviética na região.

Se o jornal francês tivesse seguido a linha de outros jornais ocidentais, ele teria engrossado a campanha publicitária sul-africana. A presença de conselheiros soviéticos em Angola é parte de um acordo entre duas nações soberanas, sem qualquer conteúdo escandaloso como pretendiam as autoridades de Pretória. Neste sentido, o tratamento dado pelo *Le Monde* foi correto e se constituiu numa exceção, pois foi um dos pouquíssimos jornais que não deformaram este aspecto do conflito.

Mas, em geral, a imprensa ocidental foi muito sensível aos termos da propaganda sul-africana. Bastava o governo de Pretória mencionar alguns temas básicos como "expansionismo soviético", ou outros do tipo "oficiais soviéticos comandam a guerrilha da Swapo", para que os jornais europeus e norte-americanos passassem a dar amplo destaque para estas afirmações, minimizando a verdadeira notícia: a invasão por terra e ar, com batalhas san-



O bloqueio das informações reduz a ajuda internacional a Angola

O Ocidente ignora
o drama dos
refugiados
angolanos



grentas, por um regime racista que ocupa ilegalmente uma nação, contra outra reconhecida universalmente como soberana e independente.

New York Times

Entre os dias 26/8 e 20/9 (quando o *New York Times* menciona pela última vez o conflito em Angola, com base em notícias de Moscou), as fontes de informação do jornal norte-americano obedeceram os seguintes critérios de origem:

Luanda: 15,5%
Pretória: 32,2%
EUA: 41,6%
URSS: 1%
Outros: 9,3%

A característica mais importante da cobertura do *New York Times* é a importância predominante que deu à posição norte-americana em relação à invasão sul-africana. A mesma linha foi seguida nos editoriais. Trata-se de um enfoque coerente com a posição hegemônica da superpotência, apesar de que no caso do NYT foram publicadas várias

críticas à posição de Reagan no episódio.

Apesar da abundância de recursos de que dispõe o NYT, ele não fez nenhuma advertência prévia sobre os antecedentes da invasão, mesmo levando em conta os avisos feitos anteriormente por Angola e os preparativos da África do Sul. Por isto a invasão foi recebida com surpresa pelos leitores do *New York Times*. A notícia publicada no dia 12/8, na qual o general Malan afirmava que as bases de radar no sul de Angola dificultavam os ataques sul-africanos, não chegou a ser elemento suficiente para dar uma idéia da importância do que estava por acontecer.

Na cobertura geral, o noticiário proveniente de Pretória corresponde a mais do dobro do que veio de Luanda. Isto é uma consequência do fato do correspondente do NYT estar baseado em Joanesburgo. Pode-se argumentar que nos despachos vindos da África do Sul, o jornal procurava levar em conta as versões angolanas e as contradições sul-africanas. Mas uma análise

mais geral do noticiário do NYT mostra que os correspondentes do jornal, bem como o noticiário das agências, sempre se mostraram mais receptivos às versões de Pretória do que às de Luanda.

La Republica

O jornal centro-esquerdista italiano utilizou as seguintes fontes para cobrir entre os dias 26/8 e 8/9 a guerra em Angola:

Luanda: 29,5%
Pretória: 27,8%
EUA: 9,1%
URSS: 0,8%
Outros: 31,9%

O *La Republica* não publicou informações prévias à invasão. Durante o conflito ele utilizou o noticiário angolano e sul-africano quase na mesma proporção (o jornal não tem correspondente nem em Angola, nem na África do Sul). Logo depois do anúncio da retirada sul-africana, o *La Republica* deixou de cobrir a guerra e não fez qualquer referência ao comunicado angolano do dia 7/9. No dia seguinte, no entanto, o jornal publicou a declaração

do governo de Pretória de que as tropas invasoras já haviam regressado às suas bases.

Il Tempo

Entre os dias 26 de agosto e 14 de setembro, o jornal conservador da Itália usou as seguintes fontes em seu noticiário:

Luanda: 23,7%
Pretória: 42,6%
EUA: 9,7%
URSS: 9,5%
Outros: 14,4%

Além de não publicar nenhuma informação prévia aos ataques, o matutino italiano deu mais importância às versões sul-africanas do que às denúncias formuladas pelo governo de Luanda. Através de uma seleção bastante parcial, o *Il Tempo* en-

dossa a posição sul-africana de que a invasão teve como objetivo perseguir "terroristas" da Swapo. Assim, o jornal claramente deixou de lado o fato mais importante da notícia (a invasão) para dar destaque especial às justificativas do ataque. No caso do *Il Tempo* houve uma inversão de valores. A propaganda foiposta em primeiro lugar e a informação em segundo.

A desinformação

Entre os dias 14 e 22 de agosto, o Ministério de Defesa de Angola divulgou comunicados com denúncias de grande importância e de grande teor informativo. Mesmo levando em conta que os jornais muitas vezes se mostram desconfiados diante dos comuni-

cados emitidos por países em guerra (os antecedentes de propaganda são muitos), a comprovação posterior deveria ter dado a estes veículos de informação a certeza de que o governo de Luanda não estava recorrendo ao recurso fácil da publicidade.

Durante os primeiros dias de combate, após a invasão do dia 23 de agosto, o noticiário de maneira geral foi tratado com relativa imparcialidade, não obstante os notórios antecedentes criados pela África do Sul, com sucessivas violações do espaço aéreo angolano e ataques a povoados na fronteira com a Namíbia. Esta relativa imparcialidade só foi rompida por alguns comentários editorializados.

Durante este período, logo no início da guerra, se observa que

O boicote dos comunicados

□ Estes são os principais comunicados do governo angolano divulgados depois do final do mês de agosto e que praticamente foram ignorados pela opinião pública internacional:

3 de setembro: O Ministério da Defesa da República Popular de Angola desmentiu as afirmações do ministro da Defesa de Pretória, general Magnus Malan, segundo as quais as tropas sob o seu comando retiraram-se do território angolano antes da reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas (o anúncio da retirada sul-africana foi formulado a 30 de agosto).

O comunicado de Angola denunciou as seguintes ações bélicas da África do Sul:

31 de agosto: Uma esquadrilha de oito aviões do tipo *Impala* bombardeou novamente o povoado de Cahama, lançando bombas de 500 quilos, foguetes e canhões de 30 milímetros.

1º de setembro: Dois aviões destruíram um veículo na estrada de Cáluvango.

2 de setembro: Novo bombardeio sobre Cahama.

Também nesse dia a infantaria motorizada inimiga continuou ocupando os povoados de Ondjiva, Xangongo, Môngua, Mupa, Caluengue e Cuamatô, com forças estimadas em 11 mil homens.

Registrou-se um total de 56 vôos de reconhecimento feitos por 103 aviões do tipo *Mirage* e *Im-*

pala, além de helicópteros, sobre Cahama, Cuvelai, Cassinga, Tchamutete, Kiteve, Nehone, Porto Alexandre e Tchibemba.

7 de setembro: O comunicado afirmou que, ao contrário do anúncio de retirada, os sul-africanos continuaram a invasão e aumentaram as agressões militares contra Angola, bombardeando além de objetivos militares, centros civis e vitais para a economia nacional. Foi também denunciada a cumplicidade do governo dos Estados Unidos manifestada através do voto do Conselho de Segurança da ONU, que impediu a condenação da invasão sul-africana.

Além de continuar a ocupação dos referidos povoados, os sul-africanos voltaram a bombardear Cahama no dia 3 de setembro.

Nos dias 4 e 5 foram registradas 19 violações aéreas realizadas por 25 aviões militares em Cahama, Kiteve, Cuvelai, Xangongo, Humbe e Evale.

No dia 5 do mesmo mês, quatro aviões *Mirages* atacaram uma coluna que conduzia jornalistas nacionais e estrangeiros a Cahama, causando ferimentos em dois jornalistas e um militar. No mesmo dia a aviação inimiga atacou uma coluna militar no caminho entre Lubango e Cahama destruindo um carro-pipa.

o governo sul-africano conseguiu, parcialmente, desviar a atenção do público, agitando a questão soviético-cubana. O sistema de informação transnacional está de tal maneira condicionado a este recurso que acabou sendo por ele envolvido facilmente. Assim, quando houve a captura e morte de oficiais soviéticos, este fato ofuscou temporariamente a ocupação e os combates no sul de Angola.

Na fase principal dos combates, Angola denuncia e Pretória responde, sendo ambas as versões destacadas no vários jornais. Mas no momento em que a África do Sul anuncia a retirada de suas tropas, a situação muda radicalmente. Este é o aspecto mais lamentável da cobertura,

uma vez que as denúncias angolanas depois de 1/9 têm indiscutível valor jornalístico, ainda mais levando-se em conta que Luanda já havia provado desde a fase anterior à guerra que os seus comunicados estavam baseados na realidade.

O fato das agências ocidentais não terem correspondentes em Angola é um obstáculo relativo e superável. A Angop, agência informativa angolana, tem poucos contatos com os centros de informação do Ocidente, porque foi criada recentemente. Mas quando os jornais europeus e norte-americanos quiseram, eles usaram o material originado de Angola, como foi constatado no final de agosto e começo de setembro. O acesso à Angop não é difícil porque todo o seu mate-

rial é distribuído em Lisboa, onde as principais agências ocidentais têm correspondentes. Mas, apesar disto, o material da Angop não foi usado antes da invasão e depois da África do Sul ter anunciado a sua suposta retirada. O que houve, então, foi falta de vontade de usar o material de Luanda.

Já que os antecedentes mostraram ser impossível negar o conteúdo informativo das fontes angolanas, conclui-se que o sistema informativo transnacional está montado de maneira a favorecer objetivamente a nação agressora e prejudicar a agredida. A África do Sul faz parte do chamado bloco ocidental e seu governo defende a hegemonia norte-americana. Angola, que não apoia estes princípios, escolheu

22 de setembro: Após denunciar a permanência das tropas sul-africanas em parte do solo angolano e assinalar os avanços das Fapla sobre algumas cidades anteriormente ocupadas, o comunicado do Ministério da Defesa formulou advertência de importância internacional:

"... não se descarta a hipótese de grandes investidas do exército racista da África do Sul, com o objetivo de criar o chamado 'Estado-tampão'..."

Tratava-se de uma referência ao projeto atribuído ao regime de Pretória e que consistiria na ocupação permanente de parte do território angolano, com o propósito de estabelecer um governo constituído por seus aliados da Unita. Uma vez proclamado o "Estado-tampão" o governo solicaria reconhecimento internacional e participação nas negociações sobre a Namíbia na qualidade de "Estado fronteiriço". Obviamente esse governo defenderia os pontos de vista de Pretória, que ocupa a Namíbia.

As ações militares sul-africanas denunciadas no comunicado foram as seguintes:

11 de setembro: Doze violações do espaço aéreo angolano e bombardeio sobre os refugiados na selva em redor de Cahama.

12 de setembro: Oito violações aéreas por meio de 21 aviões.

13 de setembro: Lançamento de foguetes sobre a localidade de Chicusse e 13 violações do espaço aéreo.

15 de setembro: Apoiadas por aviões e helicópteros, tropas terrestres atacaram a localidade de Changalala cometendo massacre contra a população, roubando várias cabeças de gado e outros bens. Ataque aéreo à localidade de Lilamba.

16 de setembro: Dez aviões violaram cinco vezes o espaço aéreo.

17 de setembro: Outras violações do espaço aéreo, sem especificação do número, com 11 aviões.

18 de setembro: Tropas sul-africanas, montadas a cavalo e outras de infantaria utilizando cães, cometeram massacre e incendiaram a localidade de Macocote, situada a 20 quilômetros a oeste de Xangongo. Foram também registradas quatro violações do espaço aéreo com nove aviões.

O extenso comunicado denunciou várias ações de grande envergadura, tais como a destruição de pontes, colocação de minas, destruição dos hospitais de Môngua e Xangongo.

16 de outubro: O comunicado denunciou que no dia 6 foram registrados violentos bombardeios sobre as localidades de Ondjiva e Nehone. Nesta última foi destruída a missão católica e morto o padre Miguel Manico, com um total de 21 mortos.

Dois aviões violaram três vezes o espaço aéreo no dia 8 de outubro, e três aviões 48 horas depois.

O comunicado destaca ainda que apesar do emprego de esquadrilhas de aviões e helicópteros no ataque à cidade de Ondjiva, as Fapla mataram dois soldados inimigos, obrigando a fuga dos demais.

o socialismo e luta pela descolonização. Esta parece ser, na verdade, a razão fundamental para os desequilíbrios que acabamos de mencionar no noticiário internacional.

O argumento de que as denúncias angolanas partiam de um dos lados da guerra também não cabe aqui. Diante de uma acusação importante, as agências e os correspondentes estrangeiros baseados na África do Sul têm a possibilidade e o dever profissional de pedir confirmação das mesmas às autoridades sul-africanas.

O fato de que um acontecimento desta magnitude seja aceito como notícia, e portanto como verdadeiro, apenas quando a África do Sul participa da informação, mostra como funcionam os mecanismos de escolha de notícias no sistema informativo transnacional. A maior parte dos jornais europeus e norte-americanos defende na teoria os valores em jogo na África Austral: autodeterminação, inviolabilidade territorial, democracia, descolonização, negação do racismo e defesa da paz. Isto vale para muitos proprietários e para a grande maioria dos jornalistas.

Mas a análise da cobertura da invasão sul-africana mostra uma contradição entre os princípios teóricos e a prática informativa. Os editores, redatores, repórteres e correspondentes – responsáveis indiretos por esta distorção – deveriam refletir sobre as insuficiências e defeitos dos mecanismos que operam dentro do sistema informativo transnacional, pois é possível modificá-los, desde que haja um interesse real.

Os profissionais da informação sabem que, apesar da importância que tem o dono de um jornal, rádio ou televisão, esse controle não é suficiente para impedir os jornalistas conscientes de seu dever profissional de divulgar os fatos reais e o que está por trás deles. (Pablo Piacentini). □



Além dos milhares de angolanos atingidos pelos ataques sul-africanos,



cresce o número de namibianos que cruzam a fronteira em busca de ajuda





ANGOLA

A tática de ganhar tempo na Namíbia

Angola está pagando o preço pelo apoio à guerra pela independência da Namíbia. Um preço que as potências ocidentais desejam ser alto e pago a longo prazo, apesar dos protestos em todo o mundo

Albano Volkmer

No começo de outubro, um dos principais planejadores da política africana do Departamento de Estado, Paul Wolfowitz, admitiu publicamente, com uma certa ingenuidade, que se depender dos Estados Unidos a questão da independência da Namíbia somente será resolvida "dentro de uns dois ou três anos". Wolfowitz foi o primeiro alto funcionário norte-americano a admitir que a posição oficial de Washington é ganhar o máximo de tempo possível na solução do problema gerado pela ocupação ilegal da Namíbia pela África do Sul.

Isto explica as dificuldades e a lentidão com que o chamado Grupo de Contato está encaminhando uma solução alternativa para o impasse político-diplomático na África Austral. O Grupo de Contato é formado por Estados Unidos, França, Inglaterra, Alemanha Ocidental e Canadá, cinco nações ricas que

resolveram tentar por conta própria alcançar a independência da Namíbia, sem alterar a dominação econômica branca sobre esta ex-colônia alemã no sudoeste da África.

O grupo está encaminhando ao governo de Angola, da África do Sul e aos partidos racistas em Windhoek (capital da Namíbia) um plano prevendo a realização de eleições com sufrágio universal direto, a elaboração de uma Constituição que elimine a discriminação racial e o *apartheid* impostos pela África do Sul e garanta os interesses econômicos brancos no país. A proposta dos cinco inclui ainda o estabelecimento de uma zona desmilitarizada ao longo da fronteira entre Angola e Namíbia, patrulhada por forças da ONU.

O plano não chegou a despertar um grande entusiasmo nos governos africanos porque a ONU já decidiu há mais de 10 anos, por maioria esmagadora de

votos, que a ocupação da Namíbia pela África do Sul é ilegal. Mas mesmo governos como o de Angola decidiram aceitar a discussão do plano proposto pelo Grupo de Contato, diante da crescente agressividade dos sul-africanos e da total passividade das chamadas grandes potências ocidentais face a um dos mais flagrantes casos de hipocrisia diplomática da história da ONU.

Há um clima geral de ceticismo diante da proposta apresentada por Estados Unidos, França, Inglaterra, Alemanha Ocidental e Canadá. Não porque Angola e a Swapo rejeitem as proposições apresentadas pelo grupo dos cinco, mas porque nada garante que elas sejam aceitas pela África do Sul de forma honesta e real. O governo de Pretória já aceitou negociar com o Grupo de Contato uma vez, e surpreendentemente abandonou as discussões sem dar satisfações a ninguém. Pretória não aceita a ONU, acusando-a de ser "parcial" porque reconhece a Swapo.

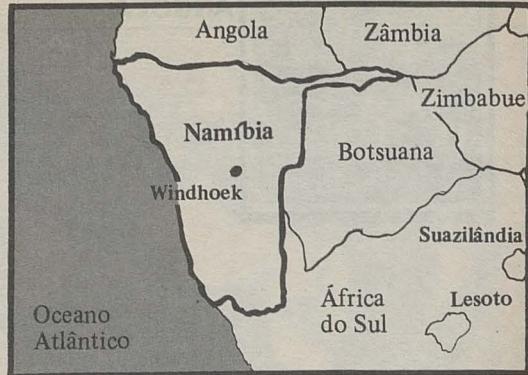
Acontece que as relações entre o Grupo de Contato e a África do Sul são muito fortes, tanto política como economicamente. O presidente Reagan, por exemplo, não faz segredo de seu apoio ao regime sul-africano, considerado por Washington como "um baluarte" contra o comunismo. Por isto, a etapa atual de negociações não chega a provocar esperanças entre os países africanos diretamente envolvidos no conflito. Depois da última invasão sul-africana de Angola, o pessimismo ficou maior ainda.

Basicamente, os EUA não têm pressa no sul da África porque o Departamento de Estado sabe que, durante os próximos cinco anos, os norte-americanos não podem romper a dependência que têm em relação aos minerais estratégicos da África do Sul. Por isto não vão contrariar os interesses racistas, mesmo que isto isole Washington de todos os governos negros da África. Os

Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha Ocidental e Canadá controlam a maior parte dos interesses econômicos transnacionais instalados na Namíbia. Logicamente não é possível para que os arranjos para uma eventual independência da ex-colônia alemã não alterem drasticamente esta situação.

Assim, a margem de manobra dos cinco fica na dependência de uma moderação que o regime de Pretória não mostrou até agora e nem dá sinais que adotará no futuro. Salvo se houver uma mudança súbita na posição norte-americana garantindo, por exemplo, o fornecimento de combustível nuclear à África do Sul, que permitirá aos racistas desenvolver abertamente a sua bomba atômica.

A Namíbia, com uma superfície de 824 mil km², tem a maior mina de urânio do mundo e enormes reservas em diamantes



Dentro deste quadro é fácil prever que as negociações se arrastarão porque é do interesse dos membros do Grupo de Contato dar aos africanos a impressão de que os cinco tentam romper o impasse, ao mesmo tempo em que mostram uma tolerância

suspeita em relação ao imprevisível jogo diplomático de Pretória. E enquanto tudo isto ocorre, a África do Sul continua sem maiores constrangimentos invadindo Angola, Botsuana e Zâmbia.

□

Meio bilhão de dólares para ocultar a verdade

A tentativa de bloquear, ou pelo menos adiar por mais uns dois ou três anos a solução do problema da Namíbia, é na verdade um negócio que envolve vários milhões de dólares e um complexo sistema de pressões políticas e econômicas, tanto nos Estados Unidos como na Europa. Nos EUA, o principal organismo encarregado de fazer propaganda a favor da manutenção do domínio sul-africano na Namíbia é uma entidade chamada US-SWA/Namibia Trade and Cultural Council, dirigida por um certo Gerrit Viljoen, que já foi administrador geral da Namíbia, nomeado pelo governo de Pretória.

Esta organização está profundamente ligada ao partido branco DTA (Democratic Turnhalle Alliance), que se opõe a um governo de maioria negra eleito pelo voto direto. Na verdade, a DTA (Aliança Democrática Turnhalle) não exclui a possibili-

dade de se formar um regime racista rebelde semelhante ao de Ian Smith, na antiga Rodésia, ou pelo menos ser um sócio branco numa coalizão com grupos negros subordinados à África do Sul. Em qualquer uma das hipóteses, a DTA coloca no entanto como essencial a manutenção da tutela do regime de Pretória sobre o território namibiano.

O US-SWA/Namibia Trade Council já promoveu, somente em 1981, a visita de mais de 400 políticos, empresários e jornalistas norte-americanos à Namíbia. Entre eles se encontram Robert Billings, diretor executivo do grupo ultradireitista Maioria Moral; Gustav Hauser, dirigente da Organização de Veteranos de Guerra dos EUA e da ultradireitista Legião Americana. O Trade Council é generosamente financiado pelo governo sul-africano, segundo revela o boletim *Africa Confidential*, editado em Londres.

Outro importante grupo que tenta comprar votos de políticos norte-americanos contra a independência da Namíbia é o escritório *Shipley, Smoak & Ackerman*, com sede em Washington. Shipley foi assessor dos ex-presidentes Eisenhower e Richard Nixon, além de ter organizado o baile da posse do presidente Reagan. É ele que assina as centenas de cartas enviadas semanalmente aos parlamentares norte-americanos, delegados na ONU e jornais dos EUA exaltando as virtudes da hegemonia racista na Namíbia. O escritório de Washington é o principal responsável pela campanha de desinformação finanziada pela África do Sul sobre as atividades de Swapo (Organização Popular da África do Sudoeste), movimento liderado por Sam Nujoma e que luta pela independência da Namíbia.

Os dirigentes do escritório *Shipley, Smoak & Ackerman* estão exigindo judicialmente na



A Swapo acha que sem a guerrilha não terá chances de chegar a uma solução negociada justa na Namíbia

Corte Federal dos Estados Unidos que o Departamento de Estado suspenda as contribuições norte-americanas à ONU, porque o organismo reconheceu a Swapo como único representante legal do povo da Namíbia. A ação judicial visa criar o maior número possível de dificuldades para o governo Reagan nas tentativas de resolver o impasse político na África Austral, criado pela ocupação ilegal da Namíbia pela África do Sul.

O grupo de pressão a favor dos interesses racistas sul-africanos nos Estados Unidos é formado ainda pela firma *Baskins & Sears*, que estava registrada no Departamento de Comércio dos Estados Unidos como representante do governo de Pretória. Um dos dirigentes da empresa é John Sears, ex-chefe da campanha eleitoral de Ronald Reagan. John Sears recebe, segundo *Africa Confidential*, a soma de meio milhão de dólares por ano apenas para comprar votos e artigos na imprensa a favor da África do Sul.

Fora dos Estados Unidos, a DTA promove os interesses racistas através dos escritórios do *Namibia Information Service*, com representantes em Londres, Paris e Bonn. Nestas três capitais europeias foram contratados relações públicas muito bem pagos para cooptar jornalistas, políticos e personalidades influentes. No Reino Unido, os interesses sul-africanos são representados pela firma de relações públicas *Lloyd-Hughes Associates Ltda.*, dirigida por Sir Trevor Lloyd Hughes, ex-secretário de imprensa do ex-primeiro-ministro Harold Wilson.

Sir Trevor Lloyd Hughes recebeu do regime racista branco de Pretória uma soma maior do que 200 milhões de dólares para organizar viagens de políticos simáticos à causa sul-africana. Outra tarefa deste grupo de pressão é tentar justificar as agressões militares contra Angola, num quadro de guerra fria, bem como procurar influenciar a imprensa européia contra a luta de libertação nacional promovida pela

Swapo, e apoiada por todos os governos anti-racistas da África.

As somas milionárias gastos pelo regime de Pretória para tentar apresentar uma "face aceitável do racismo" coincidem sintomaticamente com o silêncio da maior parte da imprensa européia sobre as ações militares sul-africanas não só contra Angola, mas também contra Botsuana. Nos últimos oito meses, o governo do presidente Quett Masire denunciou nove invasões do território de Botsuana por tropas racistas brancas. Nenhuma destas agressões mereceu destaque na imprensa européia, que em geral optou por acreditar na versão sul-africana, que preferiu qualificar os invadidores ora como simples "funcionários do serviço de proteção da fauna", até geólogos e simples assistentes sociais. O que o governo de Pretória nunca se deu ao trabalho de explicar é porque estes geólogos e assistentes sociais sempre responderam com tiros quando eram localizados por guardas fronteiriços de Botsuana. □

A abertura em apuros

Após treze anos de mordaça, a "maioria silenciosa" uruguaia
começa a descobrir formas inéditas de expressão.
Mas os militares ainda não deixaram claro se a "abertura"
significa a redemocratização ou a institucionalização
da ditadura

Emilia Hernández

Com ritmos carnavalescos, um conjunto musical convoca os jovens "a redobrarem suas esperanças"; os familiares dos desaparecidos rezam e jejuam em defesa de seus filhos, maridos ou netos sequestrados em Buenos Aires; os semanários da oposição clamam pela anistia e pela liberdade de imprensa; centenas de estudantes concentram-se diante da reitoria da universidade para protestar contra as restrições ao seu ingresso no ensino superior; operários de várias fábricas e empregados bancários coletam milhares de assinaturas para suas listas de reivindicações; empresários elevam a voz contra a política econômica e os criadores de gado transformam numa manifestação de protesto a tradicional Feira da Primavera, ao não convidarem as autoridades para a inauguração de sua exposição de reprodutores, que sempre foi o acontecimento do ano para as páginas sociais da grande imprensa conservadora.

Este é o Uruguai da primavera de 1981. Quase não se parece com o mesmo país que, há poucos meses, dizia-se, tinha somente como perspectivas "a prisão, o desterro ou o enterro".

E isto não era exagero, dos quais está cheio o exílio, mas a conclusão obrigatória de qualquer observador imparcial de um país que o *New York Times* qua-

lificou como "a câmara de torturas da América Latina". Um Estado policial, que chegou ao extremo de fichar cada um dos quase três milhões de uruguaios (incluindo algumas centenas de milhares de emigrados e exilados) em seus computadores, e dividir a população nas categorias A, B e C (simpatizantes, indiferentes e oposicionistas), reservando para os primeiros os empregos e favores públicos e decretando para os últimos uma espécie de morte civil, com proibição de votar até nas suas cooperativas de habitação ou de assistir à festa de casamento de sua afilhada (que, se for realizada em lugar público, requer a apresentação prévia da lista de convidados, assim como das músicas que serão executadas).

Tudo isso está mudando e, no dizer de um correspondente estrangeiro, "pouco a pouco, o Uruguai sai das catacumbas", não porque assim queiram as autoridades, mas simplesmente porque o povo começou a perder o medo.

Como no velho conto infantil, os uruguaios descobriram que o rei estava nu. Quem gritou essa verdade, que todos viam, mas que ninguém se atrevia a comentar em voz alta, não foi um inocente menino, mas o plebiscito de 30 de novembro de 1980, onde a proposta militar de institu-

cionalização do regime decorrente do golpe de Estado de 1973 foi derrotada por uma votação esmagadora de quase 60%.

A nova "roupa" do regime

Numa tentativa de encobrir as vergonhas de um regime desmoralizado, o condomínio de generais, brigadeiros e almirantes que governa o país decidiu desfazer-se da marionete civil que ocupava a Presidência e substituí-lo por um general da reserva, cuja função seria a de conduzir uma longa transição para a democracia. No último domingo de novembro de 1984, de acordo com o novo "cronograma", haverá eleições gerais para designar o governo que dirigirá o país a partir de 1º de março de 1985.

Nesse interim, deverá ser confeccionada uma nova roupagem para vestir o sistema, de acordo com a seguinte ordem: novo estatuto de partidos políticos, nova legislação eleitoral e uma nova Constituição.

Como os alfaiates da corte resultaram em meros enganadores, que fizeram os militares acreditar nas douradas virtudes do projeto submetido a plebiscito em novembro, era necessário encontrar outras soluções. A contragosto, foi decidido retirar do congelador alguns políticos tradicionais (os "corruptos e dema-

gogos”, que tanto vilipendiaram os braços militares). Foram tor- nadas sem efeito cerca de 200 cassações de direitos políticos e teve início o “diálogo político”.

Os militares têm bem claro o modelo a seguir: a moda norte-americana recomenda uma "democracia forte e estável", com partidos políticos imunes a toda infiltração subversiva, e um presidente obrigado a atuar com o consenso dos três comandantes-em-chefe no que diz respeito à "segurança nacional", esta última definida de tal forma que abrange praticamente todas as decisões importantes nas esferas política, econômica, social e cultural.

O problema é que isso se parece muito com o projeto derrotado em novembro. O enviado especial de *cadernos do terceiro mundo* perguntou ao doutor Enrique Tarigo, diretor do semanário *Opinar*, se o que se procurava “era um caminho diferente para obter o mesmo resultado”. Enrique Tarigo, figura “presidenciável” do Partido Colorado, e que emergiu do anonimato com grande popularidade depois de ter defendido brilhantemente na televisão, em debate, o voto pelo “Não”, respondeu:

— Quando os militares quiseram de fato institucionalizar o regime no ano passado, o fracasso foi tão estrondoso que não acredito que, racionalmente, queiram reincidir nesse procedimento. Não devemos pensar, naturalmente, que os militares desejam dar uma guinada de 180 graus, mas creio que devemos acreditar que eles vão negociar uma saída com os partidos políticos, negociação que terá suas peculiaridades, que terá coisas que não existiram no nosso regime de direito anterior, mas que será uma saída aceitável, em termos gerais, para a maior parte dos cidadãos.

Os políticos uruguaios vêem-se, obrigados pelas circunstâncias, a usar uma linguagem elíptica e a

Montevideo,
Jueves 15 de Octubre
de 1981
Año I - N° 46
Ns. 10,00

Opinar

Elecciones internas: no hay razón para demorar

En
esumen

La Convención es, para los Partidos, el momento y el lugar de la unión y el del combate. Eduardo Paz Aguirre lo recuerda. En su nota en la página 5.

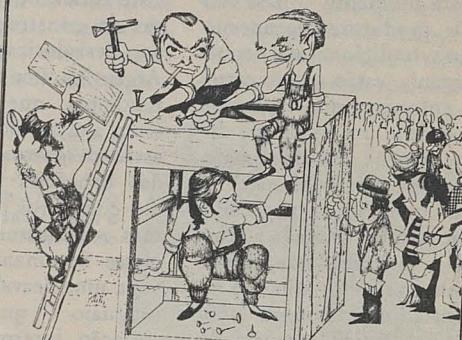
Luis Hierro
Gambardella analiza
el peculiar destino
de los liberales
condenados a estar
constantemente
amenazados por los
extremos

Existe un cambio
auténtico en la
política económica
del actual gobierno?
Al es la pregunta que
foco Danilo Astori
en su columna de
página 3.

Dra. Adela Reta,
página 10 ofrece
opinión y su
áisis acerca de uno
los temas más
dramáticos del
momento: la infancia
realida.

Luis Guntin, en
lina 12, analiza
situación de Espíto
po del asesinato de
lat. Perspectivas
un país ante
desaparición
enta de su líder

PAÍS de Madrid
as habituales
mas /de la 15
19). Esta temen-
tacemos la
ación por Bernard
el Levy Josen
yo rebeldé, de la
lación en
itorio afgano de
lo Kabul Libre,
era amistosa de i-



“Opinar”, jornal oposicionista, várias vezes fechado

leitura nas entrelinhas converteu-se na segunda paixão nacional, depois do futebol. Mas a mensagem é clara. A menos que façam concessões importantes, os militares não obterão dos dirigentes partidários os votos necessários para vestir decentemente o rei.

O esquema do diálogo político uruguaió é muito simples: uma linha horizontal divide o campo em dois setores. De um lado, os dirigentes políticos aliados ao "processo" e que se pronunciaram pelo "Sim". Do outro, os dirigentes políticos democráticos que votaram "Não". Outra linha vertical divide ambos pela metade em *blancos* e *colorados*, os dois partidos tradicionais do país.

Há *blancos* colaboracionistas (sua figura mais notória é o ex-presidente Aparício Méndez, ainda que seu desprestígio pessoal e idade avançada o impeçam de

cumprir algum papel relevante no futuro) e *colorados* que votaram "Sim" (encabeçados pelo ex-lutador e ex-presidente Jorge Pacheco Areco, atual embaixador uruguaio em Washington). Do outro lado está a maioria do Partido Blanco, liderada do exílio por Wilson Ferreira Aldunate, e a maioria dos *colorados*, dividida em seis facções.

O preço do passé

O jogo consiste em mover a linha horizontal (a mudança de cores não altera nada, além de ser inconcebível para as tradições políticas uruguaias) de modo a ampliar o terreno oficialista até que o lado governamental chegue a 51% dos votos. Os políticos procurarão cobrar o maior preço possível pelos seus "passes". Os militares, por seu lado, regatearão o máximo para

pagar o mínimo indispensável por esses votos imprescindíveis a legitimação de qualquer projeto que elaborem.

O pano de fundo desse diálogo político é a crise do modelo econômico, neoliberal, calcado naquele que Martínez de Hoz aplicava na Argentina e, segundo tudo indica, condenado a produzir a curto prazo uma catástrofe econômica, similar à que vive neste momento o país vizinho. Os produtores agropecuários, base tradicional da economia uruguaia, estão na bancarrota (ver entrevista que se segue). O campo deve um bilhão de dólares aos bancos privados (maioritariamente transnacionais) e não tem condições de pagar essa dívida se não for mudada a atual política econômica, que com o dólar subvalorizado atinge o setor exportador e favorece a importação. A única resposta do governo foi suspender os embargos e penhoras aos devedores, refinanciar parte da dívida (cerca de 100 milhões de dólares) e devolver alguns impostos de exportação.

Nada disso oferece soluções reais para os fazendeiros e, definitivamente, os bancos continuam sendo os favorecidos. De

nada serviria aos banqueiros desapropriar todos os devedores, pois não teriam a quem vender tanta terra e maquinárias desvalorizadas. Esses mesmos banqueiros já estão pagando uma quota suficientemente alta, pois os compradores uruguaios não poderiam pagar os automóveis importados; e os apartamentos de luxo construídos para os argentinos no balneário de Punta del Este foram devolvidos às empresas de construção após sucessivas desvalorizações do dólar na Argentina. Por outra parte, os fazendeiros, que há poucos anos eram a classe dominante do país, estão desgostosos pois suas dívidas bancárias foram refinanciadas com juros de 25% ao ano... mas em dólares. Dessa forma, a classe dominante que tanto advoga uma desvalorização do peso uruguai — que melhoraria sua situação interna através da exportação dos produtos agropecuários — ver-se-ia, ao mesmo tempo, defrontada com o aumento de sua dívida para com os bancos.

E quanto aos impostos devolvidos pelo Estado (ou seja, pelo povo, que pagará impostos substitutivos), os produtores rurais nem verão a cor do dinheiro

pois, automaticamente, irão para os cofres dos bancos credores.

A construção civil, paralisada em Punta del Este, força a transferência de milhares de operários desempregados para Montevidéu, cidade onde também não encontram trabalho, contribuindo, assim, para a queda dos níveis salariais.

Verão quente

Sem mercado interno e sem turismo (devido à desvalorização do dólar, o Uruguai é hoje um dos países mais caros do mundo), a indústria e o comércio também vêm-se em apertos. O verão (austral) será "quente" em tensões sociais. Mas os uruguaios conseguem ser irônicos e no momento em que este artigo está sendo escrito (meados de novembro) programava-se um singular "Dia do Sorriso", para comemorar o aniversário da vitória da oposição. Em Montevidéu corre de boca em boca a palavra-de-ordem de sair à rua no dia 30 de novembro... passeando pela central avenida 18 de Julho com um sorriso nos lábios...

Não se sabe o que os militares uruguaios farão para reprimir essa singular manifestação, de mi-

PODE SURGIR UM 3º PARTIDO

Uma das primeiras consequências visíveis do "diálogo" promovido pela Comissão de Assuntos Políticos das Forças Armadas (Comasp) com os partidos políticos tradicionais seria a criação de um terceiro agrupamento partidário, formado por blancos e colorados, que apóiam o continuismo.

A idéia foi divulgada pelo conselheiro de Estado e ex-ministro do Interior, coronel (da reserva) Nestor Bolentini. Consultado a respeito, ele não eliminou a possibilidade de que o presidente Gregório Álvarez possa ser convidado a integrar o novo partido. "Seria a primeira vez que membros dos Partidos Colorado e Nacional apoiam soluções comuns", afirmou Bolentini.

"Acho que a atitude dos partidos tradicionais não é adequada ao momento histórico, porque

cria obstáculos que dificultam o avanço do processo, em vez de acelerá-lo", disse o ex-ministro. Mas o que para o coronel Bolentini são "obstáculos ao processo", na verdade são as reivindicações dos dirigentes blancos e colorados mais consequentes, que levaram até os militares, através do Comasp, a exigência de retorno ao estado de direito, bem como a vigência das liberdades democráticas e o direito de livre associação política. O projeto dos militares aparentemente não levava em conta esta atitude dos setores mais representativos do Partido Nacional e do Partido Colorado, coerentes com a tradição histórica dos dois partidos uruguaios.

Desta maneira parece claro que os militares estariam interessados em lançar um esquema partidário próprio, com base em políticos civis que se mostram mais fiéis aos comandos castrenses do que aos seus partidos políticos de origem.

lhares de pessoas pacíficas e soridentes cumprimentando-se pela rua. Mas há indícios de que nada enfurece mais o autoritarismo do que saber-se encerrado por uma maioria silenciosa que não pode ser acusada de terrorista ou subversiva.

A teoria dessa "resistência pacífica" que os uruguaios estão desenvolvendo hoje ainda não foi escrita, mas na prática o povo vai inventando formas inéditas de expressão e militância. Um "NOvembro"*, aparentemente mal escrito, relembra num jornal a vitória do plebiscito e os automobilistas se cumprimentam ligando seus limpadores de pára-brisas em dias ensolarados, num gesto idêntico ao do dedo indicador que diz "não".

No domingo de 27 de setembro realizou-se numa igreja uma jornada de jejum pelos uruguaios desaparecidos na Argentina (muitos deles sequestrados e assassinados a mando das Forças Conjuntas Uruguaias). Na mesma época, o recém-fundado Serviço Paz e Justiça (ver quadro) mandou celebrar uma missa em memória do prisioneiro político Horácio Ramos, morto na prisão (provavelmente em consequência

das torturas). Por promover uma atividade similar, um mês antes, um padre de outra igreja foi interpelado pelas autoridades militares. "Não vejo por que a Igreja deva impedir que alguém venha aqui rezar por seus familiares", foi a irrepreensível resposta do sacerdote.

O Ministério do Interior resolveu vingar-se quando, na paróquia dos Capuchinhos, realizou-se uma assembleia de estudantes de Medicina. Várias dezenas deles foram detidos, dois estudantes continuam incomunicáveis e

Tentando neutralizar a "resistência passiva" dos uruguaios, o general Alvarez (em baixo) apelou para a repressão fechando jornais como o *Democracia*

se desconhece o local da prisão. A reunião só discutia o texto de uma carta solicitando às autoridades universitárias a redação de um plano de estudos (do qual a Faculdade de Medicina surpreendentemente necessita) e de maiores recursos para sua escola.

As "cartas abertas", expondo reclamações defendidas com dezenas, centenas e às vezes milhares de assinaturas, são um novo método de luta que propagou-se rapidamente dos meios estudantis para os locais de trabalho. E assim já expressaram suas reivindicações os bancários (solicitam-



do aumentos proporcionais ao crescimento dos lucros de seus patrões), os trabalhadores da entidade petrolífera estatal Ancap (pronunciando-se contra a projetada venda do organismo à transnacional Texaco, numa atitude que teria agrado outrora aos militares nacionalistas), os montadores de automóveis, os têxteis da "Alpargatas" e inclusive os operários de dezenas de pequenas fábricas, que nem sequer estavam organizados quando existia um sindicalismo legal.

A febre "epistolar" chega ao cidadão comum, e são dezenas os que a cada semana escrevem suas opiniões (obrigatoriamente acompanhadas de nome e número de documento) nas páginas de correspondência dos semanários oposicionistas convertidas sem dúvida nas mais corajosas — e nas mais lidas — do atual jornalismo uruguai.

Referimo-nos ao jornalismo legal, já que também é notória nas últimas semanas a revitalização da imprensa clandestina, dos cassados partidos de esquerda e das também ilegalizadas Conven-

ção Nacional de Trabalhadores e Federação de Estudantes Universitários.

A canção popular, a pesquisa da realidade nacional em círculos de estudos, a simples aglomeração em grupos recreativos ou desportivos, ou seja, tudo o que significa manter viva a "sociedade civil" à margem do controle estatal é um desafio ao sistema autoritário.

Operação Setembro

E o sistema reage com uma raiva surpreendente. Assim, a chamada "Operação Setembro" foi desencadeada pelas Forças Conjuntas (as três armas mais a polícia), simultaneamente, no início do novo período presidencial "de transição". Montevidéu voltou a ser palco das *razzias*, operações "pente-fino", invasões domiciliares, prisões na rua, patrulhamento ostensivo, fechamento de jornais. Os computadores, realimentados com novas fichas, fornecem nomes de supostos sindicalistas ou militantes políticos. São presos, torturados

e, num novo refinamento das técnicas repressivas, obrigados a assinar um compromisso de colaboração... e depois libertados. Na alternativa de trair seus companheiros ou voltar a ser detidos, a maioria deles opta pelo exílio. Ninguém os detém na fronteira. É um "inimigo" a menos, posto fora de combate sem que por ele protestem os organismos internacionais de defesa dos direitos humanos. Chegam dezenas de refugiados a cada semana nos escritórios do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), no Rio de Janeiro, cansados, humilhados, submetidos à tortura da própria consciência intranquila pelo destino dos companheiros cujos nomes tiveram que "cantar" sob a pressão de choques elétricos, e perseguidos pelas suspeitas dos outros exilados, que sabem muito bem que alguns entre eles são colaboradores ou informantes infiltrados pelo temível "Departamento 4" de Informação e Inteligência.

Não é sadismo. Não. É um plano cuidadosamente preparado, cuja meta é realizar a "aber-

PAZ E JUSTIÇA

O Serviço Paz e Justiça na América Latina acaba de se estabelecer organicamente no Uruguai. É a primeira entidade dedicada especificamente à defesa dos direitos humanos que funciona no país e sua constituição foi saudada com alegria por instituições similares do mundo todo, que há muito tempo têm o "caso Uruguai" como uma preocupação permanente em suas agendas.

"Paz e Justiça" ganhou notoriedade internacional no ano passado, quando seu coordenador-geral, o arquiteto argentino Adolfo Pérez Esquivel recebeu o Prêmio Nobel da Paz. No entanto, desconhece-se que o Serviço foi criado precisamente em Montevidéu em uma reunião realizada em maio de 1968, no marco do Movimento Internacional de Reconciliação, que trabalha desde a Primeira Guerra Mundial "pela fraternidade entre todos os povos".

O serviço Paz e Justiça identifica-se com um "compromisso cristão" ecumênico, que inclui

católicos e protestantes. Mas declara-se aberto a todo aquele que, independentemente de sua religião, ideologia ou militância política compartilhe sua "opção preferencial pelos mais pobres" e sua luta "pela sagrada, inalienável e irrenunciável dignidade de todo homem e de todos os homens".

O sacerdote Luis Pérez Aguirre, coordenador nacional de "Paz e Justiça" no Uruguai, explica que "se hoje tentamos fazer no Uruguai aquilo que Paz e Justiça já vem fazendo em tantos países da América Latina, é porque também aqui a dor daquele que sofre injustiças nos faz sofrer, e o sofrimento dos que sofrem violências também nos faz sofrer". E convoca a todos a "juntarem forças e talentos para que nos humanizemos e erradiquemos tudo que possa tornar vis as pessoas".

O endereço de "Paz e Justiça" no Uruguai é na Avenida General Flores 4050, e seu telefone é o 23-4235.

tura" que os Estados Unidos recomendam (segundo Reagan e Haig...) depois que já não mais houver oposição democrática capaz de aproveitá-la.

Ainda restam no Uruguai generalmente minimamente realistas, que sabem que é impossível silenciar eternamente os 60% dos cidadãos que votaram "Não". Um deles é o brigadeiro Borad, que em outubro passado se empenhou na tese — junto aos outros 24 membros da Junta de Oficiais Generais — de que uma real transição para a democracia no Uruguai exigia como pré-condição a supressão de todas as cassações e o retorno ao país do líder do Partido Blanco Wilson Ferreira Aldunate. Borad foi afastado do seu cargo e o coronel Silva Ledesma, presidente do Supremo Tribunal Militar, anunciou à imprensa que Ferreira seria preso assim que pusesse os pés no território uruguai.

O setor militar, que em 26 de março deste ano desbaratou uma tentativa de golpe da ultradireita e elegera presidente o general Gregório Alvarez, está hoje dividido. De um lado estão os que defendem o diálogo, o funcionamento imediato dos partidos políticos (a esquerda excluída, certamente) e o retorno aos quar-

téis, como única forma de evitar a decomposição da instituição militar, corroída pela corrupção, pela polêmica interna e pelo desprestígio diante do povo. Do outro estão aqueles que adiam qualquer resolução para depois de fevereiro... quando a passagem obrigatória para reserva de doze generais obrigará a recomposição de toda a cúpula do poder — e suas correlações atuais — e quando, segundo eles, a repressão tenha voltado a controlar as pressões populares através de uma abertura mais ampla do que aquela que estão dispostos a conceder.

O presidente Alvarez parece que se alinha com estes últimos. "Desprezo — declarou a 24 de outubro — os que pretendem reivindicar as práticas corruptas, demográficas, de uma pseudodemocracia já superada".

Foi uma ducha fria para muitas esperanças exageradas que acreditavam ser possível desarmar, em poucos meses, o enorme mecanismo montado por 13 anos de estado de sítio, e oito de ditadura.

Mas, no verão, um banho frio também pode ser um bom reanimador. A causa da democracia no Uruguai, que conseguiu o apoio explícito — e inédito —

das quatro "internacionais" políticas do planeta (social-democrata, democrata-cristã, liberal e comunista), conta no interior do país com uma maioria absoluta de seguidores e enfrenta um modelo econômico (que não seria possível sem autoritarismo e vice-versa) rejeitado por operários e industriais, comerciantes e consumidores, fazendeiros e pecuaristas, estudantes, intelectuais, empregados... Tudo isso acontece num país com arraigada tradição democrática, partidos políticos com raízes e forte tradição de sindicalismo classista.

Só falta então que o programa mínimo comum (que não existe como documento, mas está presente nas posições de *blancos*, *colorados* e da esquerda, que convocaram a votar pelo "Não": liberdades políticas e sindicais, anistia, Assembléia Constituinte, mudança da política econômica) se converta em um projeto nacional alternativo que transforme o "Não" à ditadura em um "Sim" afirmativo de velhos valores de convivência democrática a serem resgatados e novos esquemas de luta e trabalho solidários a serem construídos. Não se trata de vestir o rei, mas de tomar de assalto e derrubar definitivamente a Bastilha. □

Um país à venda

“A situação da agropecuária é a pior da história do país”, declarou a *cadernos do terceiro mundo*, em Montevideu, o engenheiro-agrônomo Horacio Terra, dirigente da Federação Rural que representa a maioria dos pecuaristas uruguaios. Para superar a crise, os proprietários rurais uruguaios exigem modificações na política econômica de cunho liberal e adotam posições contrárias ao regime militar, dado que “o principal é a liberdade”.

“Aqueles que, como eu, trabalham no campo há 35 ou 40

anos — explica Terra — nunca presenciaram uma situação pior que a atual. A produção agropecuária deteriorou-se paulatinamente nos últimos sete ou oito anos”, isto é, desde que os militares assumiram o governo do país.

A deterioração sofreu a influência de fatores externos, como a queda do preço da carne, em 1973, seguida de uma crise mundial da lã (a carne e a lã são os principais produtos tradicionais de exportação uruguaios e as matérias-primas de grande parte das exportações “não tradicionais”).

Contudo, o preço da carne foi recuperado pouco tempo depois e os mercados da lã tenderam a estabilizar-se, razão pela qual Terra sustenta que as dificuldades atuais “devem-se pura e exclusivamente à direção econômica do regime”.

A partir de 1978, propalou-se no campo a filosofia do liberalismo econômico que já estava sendo aplicada em outros setores. Assim como ocorreu na Argentina e no Chile: a produção agropecuária ficou dependente da oscilação dos preços no mercado internacional, de acordo com o

princípio de que o Estado deve-ria evitar a intervenção na econo-mia. "Entretanto — comenta Terra — quando esses preços su-biram em demasia foram toma-das medidas para rebaixá-los, contrariando, de certa forma, a política preconizada."

Nosso entrevistado afirma que isso não significa que ele es-teja de acordo com as medidas li-berais adotadas em agosto de 1978 que, segundo seu critério, foram "uma reação pouco razoável diante da péssima condução anterior da política econômica do país". Reconhece, porém, que "diversos setores agropecuá-rios receberam, lamentavelmen-te, com alegria as medidas de 1978, embora nenhum país do mundo, nem sequer aqueles que recomendam políticas liberais para os demais, aplicam dentro de suas fronteiras um regime tão liberal".

Terra considera um contra-senso o fato de que "quando os países mais organizados e pode-rosos aplicam uma política de es-trito dirigismo estatal em sua economia agrária, o Uruguai — que é um país pequeno cuja pro-dução agrícola se defronta com inter-medários monopolistas e oligopolistas — pretenda aplicar uma política de mercado e fron-teiras livres".

O mercado internacional de matérias-primas, como a carne e a lã, está sujeito a oscilações re-pentinas que um pequeno expo-rtador como o Uruguai não pode prever nem controlar. "Só as recebemos, as sofremos e as pade-cemos", o que impossibilita a planificação do produtor "com um mínimo de estabilidade para desenvolver-se e aperfeiçoar-se".

Os pecuaristas na oposição

Em consequência dessas polí-ticas, os proprietários uruguaios perderam terreno diante do setor econômico mais beneficiado: os bancos privados nacionais e in-ternacionais, aos quais os produ-

tore agropecuários deviam, em setembro de 1981, uma quantia calculada em um bilhão de dóla-res. "Os produtores não podem pagar essa dívida a curto prazo", explica Terra. "E os juros altíssi-mos sobre esses empréstimos geram complicações". A situação tende a piorar, pois o "endividamen-to foi provocado pela baixa rentabilidade do setor, que nos últimos oito anos foi, inclusive, na maioria das vezes, negativa".

Só é possível melhorar a pro-ductividade aumentando a produ-ção ou melhorando os preços. Não se consegue aumentar a produ-ção no campo da noite para o dia e o preço internacional não depende da vontade do governo uruguai. Assim, os pecuaristas reivindicam insistente-mente uma desvalorização da moeda que au-mente o valor interno de suas ex-portações.

Essa posição foi manifestada abertamente no congresso da Federaçao Rural realizado há poucos meses na cidade de Durazno, em que os pecuaristas marcaram uma atitude oposicionista.

Horácio Terra não tem es-pe-ranças de que o novo governo, sob o comando do general Gre-gório Álvarez, possa introduzir mudanças, já que a equipe eco-nômica continua sendo a mesma: "É provável que sejam tomadas algumas medidas, mas o proble-ma de fundo se encontra na dou-trina econômica aplicada. En- quanto se pretenda transformar o país numa praça financeira, as possibilidades da produção agropecuária tradicional são cada vez mais limitadas".

"O Uruguai todo está à ven-da", enfatiza Terra. "Os campos uruguaios são hoje em dia mais baratos que em qualquer lugar do mundo. E a mesma coisa acontece com as vacas e com as ovelhas. Os investidores estrangeiros compram, pois eles podem esperar, tendo em conta que essas situações são conjunturais e se modificarão a longo prazo". O governo não parece estar preocu-

pado com essa estrangeirização. Ao contrário, "o que se pretende é, precisamente, receber dólares para cobrir o déficit da balança comercial. Caso essa situação se prolongue, teremos daqui a pou-co no campo as mesmas ovelhas e vacas, mas seus donos serão todos estrangeiros, empresas transnacionais e grandes grupos financeiros".

A liberdade em primeiro lugar

Essa é uma linguagem dura le-vando-se em conta que os produ-tores rurais representam um se-tor tradicionalmente conserva-dor da sociedade uruguai. E a res-posta do governo também foi dura. Ele proibiu a realização do con-gresso da Federação Rural na ci-dade de Montevideu, capital do país. "A razão apresentada era a de evitar perturbações durante o Congresso por parte de agitado-res externos, mas ninguém acre-dita nesse argumento. Simples-mente, temeu-se que um aconte-ciamento tão importante (assis-tido por cerca de dez mil produ-tores) pudesse se transformar em maciça manifestação oposicio-nista".

Quais foram as propostas do Congresso? "Declarou-se, essen-cialmente, que hoje em dia ne-um produto uruguai é com-petitivo no mercado internacio-nal, porque os dólares obtidos, tra nsformados em pesos, não são suficientes para cobrir os custos de produção. Nos últimos anos, o governo alcançou um sucesso relativo no combate à inflação, graças a uma política de restri-ção monetária e de um severo con-trole do tipo de câmbio. O peso foi desvalorizado a um rit-mo inferior à metade do aumen-to do custo de vida no Uruguai. Dessa forma, o país manteve-se à margem dos mercados, enquan-to que os uruguaios têm facilida-des de viajar ao exterior e com-prar artigos importados. Em con-sequência, o setor agropecuário está debilitado, a indústria vai no



O tema político tem prioridade para os pecuaristas que começam a conceber a volta à normalidade institucional como um pré-requisito imprescindível para superar suas dificuldades

mesmo caminho, e, em suma, os assalariados e as classes mais modestas estão pagando os ônus de uma situação absurda: um país pobre, com uma produção arruinada e um Estado rico, cujas despesas são as maiores de sua história."

Esse panorama poderia ser modificado com uma abertura política? Terra responde: "Não gosto de duvidar das intenções das pessoas e portanto prefiro acreditar na sinceridade dos militares que prometeram voltar a suas funções específicas e restituir ao povo uruguai o direito que nunca devia ter perdido, isto é, o direito de eleger suas autoridades".

"Aqueles que viveram o clima de angústia destes oito anos — acrescenta — aferram-se à esperança de que estas horas negras estão chegando ao fim. Contudo, não posso afirmar que vejo um horizonte aberto, mas apenas uma pequena résstia de luz que



passa por uma porta entreaberta". O tema político tem prioridade e os pecuaristas começam a conceber a volta à normalidade institucional como um pré-requisito imprescindível, visando a superar suas dificuldades, dado que, num governo com representação popular, não teriam ocorrido abusos a favor da concentração da riqueza, em benefício de pequenos grupos financeiros e das grandes empresas. Muitos deles acham que apesar dos defeitos, erros e até vícios, o regime democrático uruguai dava aos seus cidadãos um ambiente de segurança e respeito, mas tudo isto foi perdido nos últimos oito anos.

Para Horácio Terra a "primeira coisa a reconquistar é a libe-

dade, a segurança e o completo respeito às normas jurídicas e institucionais. O regime atual diz ter alcançado estes dois objetivos, mas a verdade é que tudo isto é falso. Não há lugar onde exista mais paz do que num cemitério. O país passou por uma tremenda repressão. Muitos foram obrigados a emigrar, sofreram maus tratos nas prisões ou perderam empregos por questões políticas. O povo foi aterrorizado, mas não perdeu a coragem. Em novembro, o voto negativo no plebiscito foi uma demonstração de audácia única no mundo. Apesar de todos os meios à disposição do governo, 60% dos uruguaios atravessaram a barreira do medo e aplicaram a maior derrota ao regime, desde 1973."

Começa a corrida eleitoral

As Forças Armadas resolveram antecipar o início da campanha eleitoral lançando um general para as eleições presidenciais de março de 82. Mas Reagan parece que prefere um civil

Martin Morazán

Na gíria jornalística da Guatemala, a expressão "fafa" significa "reportagem ou notícia paga, pró ou contra alguém". Por isto, quando vários jornais de direita começaram a publicar com suspeita unanimidade artigos elogiando a figura do então ministro da Defesa, general Angel Aníbal Guevara, sobraram poucas dúvidas quanto às ambições políticas do militar de ultradireita. Nem mesmo a mulher do general escapou às "fafas", porque subitamente ela saiu do anonimato para ser elogiado por suas "múltiplas atividades filantrópicas".

A Constituição da Guatemala estabelece que os candidatos à Presidência da República só podem permanecer em cargos públicos até seis meses antes das eleições. Demonstrando um precário senso teatral, Aníbal Guevara tentou fazer suspense até o começo de outubro, com declarações evasivas sobre seus planos políticos. Chegou a dizer que nenhum partido o procurara, mas salientou sintomaticamente que "não seria ele quem impediria o lançamento de seu nome".

Na verdade o show eleitoral já estava em marcha. O quinzenário *Notícias de Guatemala* ob-



O general Lucas García deixa o poder em março mas a luta pela sucessão já começou

servou sarcasticamente: "A pantomima continuou se desenvolvendo, com o surpreendente surgimento de 'comitês guevaristas' que chegaram a se autodenominar revolucionários". Foram as "fafas" que lançaram um pouco mais de luz sobre as então obscuras intenções do general. Segundo alguns jornais da capital guatemalteca, as "bases de vários

partidos estariam apoiando o militar, em oposição às direções partidárias".

Por isto não houve surpresa nenhuma quando Angel Aníbal Guevara renunciou ao Ministério da Defesa, um dia antes do prazo fatal para descompatibilização. Até mesmo em sua renúncia, o ex-Ministro da Defesa procurou ser teatral, justificando o seu afastamento como um "sacrifício pela causa nacional", sem chegar no entanto a comover muitos dos atônitos eleitores guatemaltecos.

As contradições da direita

A candidatura do general Angel Guevara se constitui numa pura e simples imposição das Forças Armadas, provocando o surgimento de contradições agudas entre setores da burguesia burocrática e da burguesia tradicional, ambas aliadas incondicionais do regime atual. Estas contradições vão desde as diferenças quanto à forma de encaminhar o "show eleitoral", até os critérios para escolha dos candidatos (que atributos cívicos e pragmáticos eles devem ter) e as disputas diretas quanto à partilha dos despojos do governo atual.

De acordo com o *Notícias de Guatemala*, a Casa Branca vem acompanhando de Washington a evolução da campanha eleitoral na Guatemala: "As manobras atuais — segundo o jornal — refletem as pressões imperialistas de Ronald Reagan no sentido de que desta farsa eleitoral surja um governo que pelo menos represente os poucos eleitores que irão às urnas, e que de alguma maneira possa salvar o enorme desprestígio interno e externo do país".

As contradições apareceram também na imprensa, especialmente a conservadora. O jornal *La Prensa Libre*, por exemplo, alertou seus leitores para a ameaça de uma nova fraude e para o que representaria o continuísmo

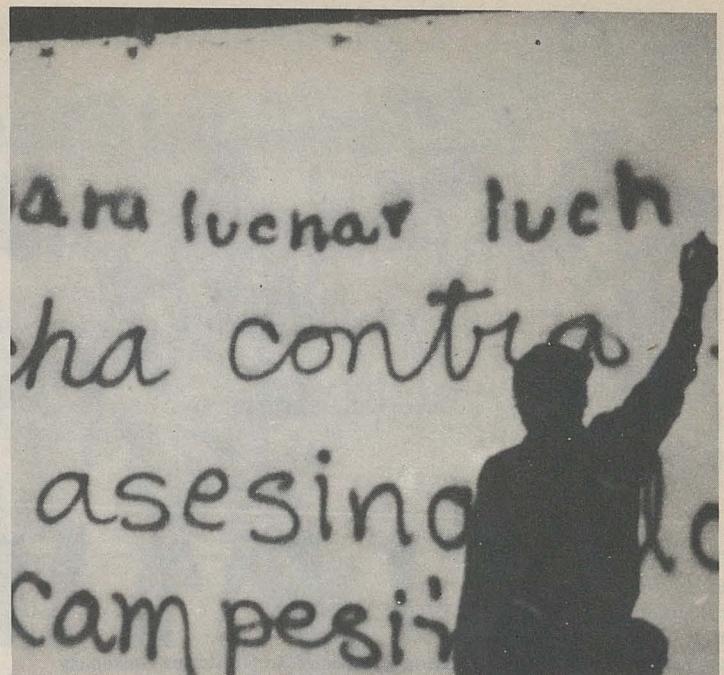
militar para uma população "farta da incompetência, do roubo e do crime desenvolvidos ao seu ponto máximo" pelos sucessivos regimes militares. Um dos principais colunistas desse matutino, Antonio Nájera, foi um pouco mais adiante ao afirmar que a imposição de Guevara Rodríguez "podia prejudicar os bons propósitos do presidente Reagan em nos ajudar".

A falta de consenso não se encerrou nessas expressões, chegando a um confronto quase direto. *La Prensa Libre* realizou, por outro lado, duas enquetes entre seus leitores: uma, para determinar se preferiam como presidente um civil ou um militar; e outra, para estabelecer as opções entre os seis candidatos mencionados até o momento. O resultado da primeira enquete – publicado sob uma enorme manchete – anuciou que 76% do público leitor se inclinava por uma personalidade civil. A segunda enquete deu como resultado que Guevara Rodríguez só havia recebido 1,07% dos "votos".

Apesar de tudo, a candidatura do representante do exército seguiu seu curso, sem levar em conta as divergências de alguns setores que até a véspera eram aliados incondicionais. Com o ex-ministro da Defesa instalado na presidência, a burguesia burocrática que atualmente detém o poder na Guatemala, vê garantida a continuidade de sua hegemonia e, portanto, o prosseguimento dos polpidos negócios fraudulentos que a tornam cada dia mais poderosa ante os adversários da mesma laia.

O governo Reagan e as eleições de 1982

Embora o general Romeo Lucas García tenha declarado em várias ocasiões que se inclinava por um candidato civil e um governo de "centro-esquerda" (sic) para governar o país a partir de



76% dos eleitores guatemaltecos preferem um presidente civil em 82

julho de 1982, prevaleceu a pressão dos oficiais superiores em oposição à oficialidade jovem, ao governo dos EUA e a seu homem de confiança, o general Carlos Arana Osorio, presidente no período 1970-74 e atual líder da Central Autêntica Nacionalista (CAN).

Arana Osorio – que parece ser um dos "homens" dos bastidores do Departamento de Estado norte-americano – afirmara publicamente que se inclinava por um mandatário civil "porque as condições não são favoráveis a outro presidente militar: o exército é acusado por tudo o que acontece de ruim no país; é preciso dar-lhe uma trégua." E para dar o exemplo, o ex-governante apontou como candidato do CAN um civil, Gustavo Anzueto Vielman. Dessa maneira, Arana Osorio, sua organização e seu representante nas eleições se apresentaram desde o início como os favoritos do governo Reagan.

Por sua vez, a linha do Departamento de Estado é de apoio a

um candidato civil, eleições com garantias e participação real, e um programa de modernização definido, num esforço para evitar uma maior deterioração da situação política, econômica e militar.

A que se deve o interesse dos EUA pela realização de eleições "limpas"? O comentarista Natalio Pinzón, numa análise publicada pelo boletim da Alai (*Agence Latino-Américaine d'Information* nº 1, 2ª época, Montreal, 11 de setembro de 1981), dá uma resposta possível: "Mesmo a política visceralmente anticomunista de Reagan e seu gabinete reconhecem que esse regime e as forças políticas e econômicas que ele representa não têm apoio. Elas próprias se encarregaram de eliminar toda oposição moderada possível, a nível local e nacional, sobre a qual se poderia basear uma política 'terceirista'. Mas ao mesmo tempo sabem que sua perpetuação no poder, mesmo por trás da fachada de caras novas, decorrente de elei-



Nos últimos meses aumentou a radicalização política na Guatemala

ções, só contribuirá para abreviar ainda mais a vida do atual sistema, embora não diminua a quota de sangue que será necessário pagar".

Mais adiante, o referido trabalho assim concluía: "O que é certo é que, qualquer que seja a pessoa que assuma o poder, receberá um país polarizado ao extremo e em pleno processo de uma guerra que está sendo perdida e da qual a maioria do povo é o principal protagonista. O avanço dessa luta, na medida em que é irreversível, definirá o grau de poder real do novo governo, que só poderá sustentar-se com a ajuda imperialista. Por outro lado, se para a classe dominante a preocupação maior são essas eleições, o povo guatemalteco tem a sua perspectiva já definida com o combate que trava pela implantação de um governo revolucionário, popular e democrático." □

O "TRIÂNGULO DO NORTE", CONTRA-INSURREIÇÃO E ANTICOMUNISMO

Enquanto o chefe do estado-maior do exército guatemalteco, general Benedicto Lucas García — irmão do presidente — solicitava no começo de outubro a união das Forças Armadas da Guatemala, El Salvador e Honduras "para evitar que o comunismo domine a América Central", quatro candidatos à presidência expunham publicamente as linhas gerais de seus respectivos programas de governo e explicavam de que forma combateriam a guerrilha.

Ao informar sobre a possível unidade dos exércitos dos três países mencionados, Benedicto Lucas García acusou o México e Belize de servirem como "fronteiras abertas para a guerrilha", e disse que Nicarágua enviava armas aos guatemaltecos sublevados. A declaração repercutiu em El Salvador, onde o coronel Rafael Flores Lima — também chefe do estado-maior — afirmou que a possibilidade de uma fusão militar estava sendo "seriamente considerada" e aproveitou a oportunidade para acusar as autoridades sandinistas de

realizarem "preparativos bélicos com o objetivo de desestabilizar a região".

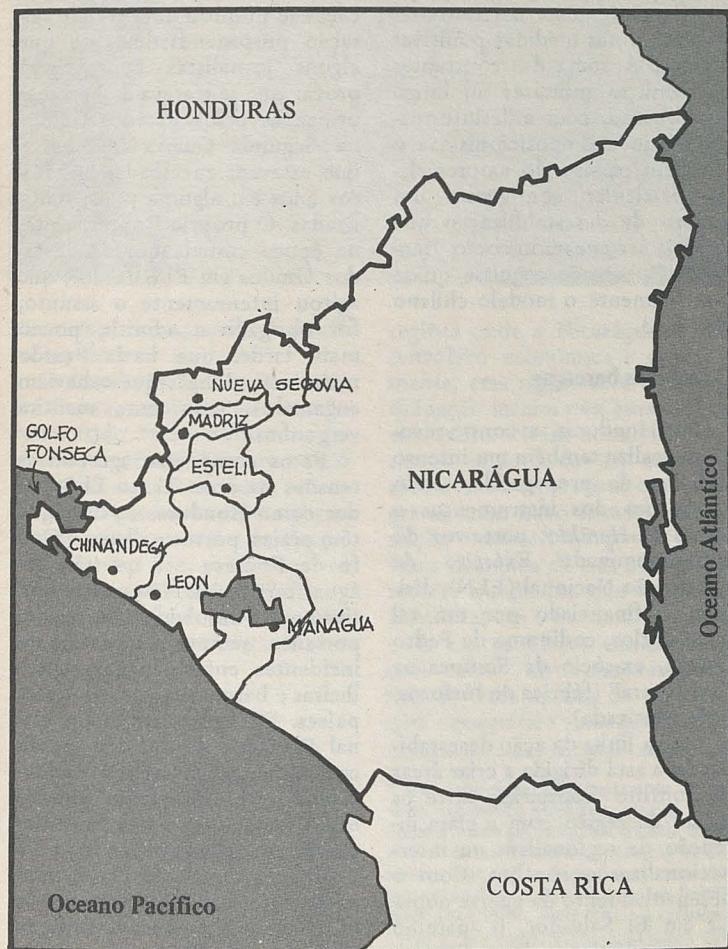
Entretanto, através de um debate transmitido pelo rádio e televisão sob os auspícios da Asociación de Gerentes, um organismo da iniciativa privada, o general Aníbal Guevara Rodríguez, candidato da aliança oficialista, Mario Sandoval Alarcón, do Movimento de Libertação Nacional (MLN), Alejandro Maldonado, do Partido Nacional Renovador (PNR), e Gustavo Anzueto Vielman, da Central Autêntica Nacionalista (CAN), coincidiam em identificar a guerrilha como o inimigo principal.

Guevara Rodríguez — apoiado pela aliança dos partidos Institucional Democrático (PID), Revolucionário (PR) e a Frente de Unidade Nacional (FUN) — declarou que dará prosseguimento à atividade repressiva do governo do general Lucas García e prometeu intensificar a luta armada contra os rebeldes. Sandoval Alarcón, de reconhecida tendência direitista, garantiu uma "luta tenaz contra o comunismo" e disse que "o sistema capitalista é o melhor que existe". Por seu lado, Alejandro Maldonado afirmou que "não se pode tolerar a violência, mas os meios repressivos para combatê-la (a guerrilha) também não são eficazes". Finalmente, Anzueto Vielman prometeu "leis mais enérgicas que as atuais".

A desestabilização em marcha acelerada

As pressões externas, militares ou não, aliadas ao boicote interno começam a atingir um ponto crítico na Nicarágua. Da sobrevivência do regime sandinista passa a depender todo o futuro dos outros países da América Central, principalmente El Salvador

Paulo Cannabrava Filho



Nos primeiros seis meses desse ano foram comprovados cerca de 40 ataques contra o território nicaraguense promovidos por grupos armados procedentes de Honduras. No segundo semestre, embora os dados não sejam tão precisos, existem informações de que a frequência das invasões territoriais está crescendo continuamente.

Os grupos armados contra-revolucionários atacam notadamente nas regiões de Chimandega, Madriz, Nueva Segóvia e Jinotega destruindo indiscriminadamente fazendas, agrupamentos de casas, pequenas propriedades de camponeses, escolas e torres de energia elétrica. Os alvos humanos também são indiscriminados, variando desde funcionários públicos civis, professores, enfermeiros, até camponeses. Os invasores retornam imediatamente ao território hondurenho, onde contam com a ostensiva proteção das autoridades locais.

Este é o sintoma mais evidente para a população nicaraguense do plano de desestabilização do país posto em marcha pelo governo dos Estados Unidos desde a posse do presidente Ronald Reagan. O plano inclui, além disso, a sabotagem econômica tanto interna como externa e a

DOSSIÉ NICARÁGUA

desinformação política a respeito da situação na Nicarágua.

O projeto de desestabilização do governo nicaraguense começou a ser esboçado antes mesmo da posse de Reagan, quando os autores do famoso "Documento de Santa Fé" (ver *cadernos do terceiro mundo* nº 38) preconizaram uma "ofensiva estratégica para derrotar o governo sandinista", partindo do princípio de que "as forças democráticas dentro da Nicarágua existem e são viáveis". Logo depois, o Departamento de Estado, já sob a direção de Alexander Haig, tentou vincular o regime sandinista com o fornecimento de armas aos guerrilheiros da Frente Democrática Revolucionária de El Salvador (FDR).

O "Livro Branco", distribuído pelo Departamento de Estado, se constituiu num fiasco, porque não conseguiu reunir provas suficientes para sequer convencer governos tradicionalmente aliados dos Estados Unidos de que os sandinistas estavam interferindo nos assuntos internos de El Salvador. A manobra da administração norte-americana tentava repetir o expediente usado na década de 60, quando Washington conseguiu na OEA o bloqueio de Cuba, alegando que o governo de Fidel Castro fornecia armas para grupos guerrilheiros latino-americanos.

O revés na tentativa de agir diretamente foi substituído, no entanto, por ações indiretas, tomando como base principalmente setores econômicos e políticos dentro da Nicarágua, bem como grupos ligados ao ex-ditador Anastácio Somoza localizados em território hondurenho. No plano interno, o jornal *La Prensa*, dirigido por herdeiros da família Chamorro, desencadeou uma campanha de denúncias contra o governo, ao mesmo tempo

em que dá ampla publicidade a tudo que pode ser relacionado com o descontentamento da classe média contra as autoridades. O *La Prensa* cumpre na Nicarágua exatamente o mesmo papel que o *Mercúrio* desempenhou no Chile, antes do golpe contra Allende.

No nível econômico, o Conselho da Empresa Privada (Conep), que reúne os empresários privados, adota um bloqueio passivo destinado a criar o maior número possível de dificuldades à ação governamental, tendo o cuidado de evitar a sabotagem aberta para não serem enquadrados flagrantemente na contra-revolução e nas medidas punitivas oficiais. A soma das constantes escaramuças militares ao longo da fronteira, com a desinformação dos jornais opositores e o bloqueio passivo do empresariado particular configuram um quadro de desestabilização que poderia ser encarado como "fantástico", se não seguisse quase que fielmente o modelo chileno de 72/73.

O caso das barcaças

Em Honduras, a contra-revolução realiza também um intenso trabalho de propaganda, tendo como um dos instrumentos o jornal *El Heraldo*, porta-voz do autodenominado Exército de Libertação Nacional (ELN), dirigido e financiado por um tal Juan Carlos, codinome de Pedro Ortega, ex-sócio de Somoza na "Fosforera" (fábrica de fósforos, hoje estatizada).

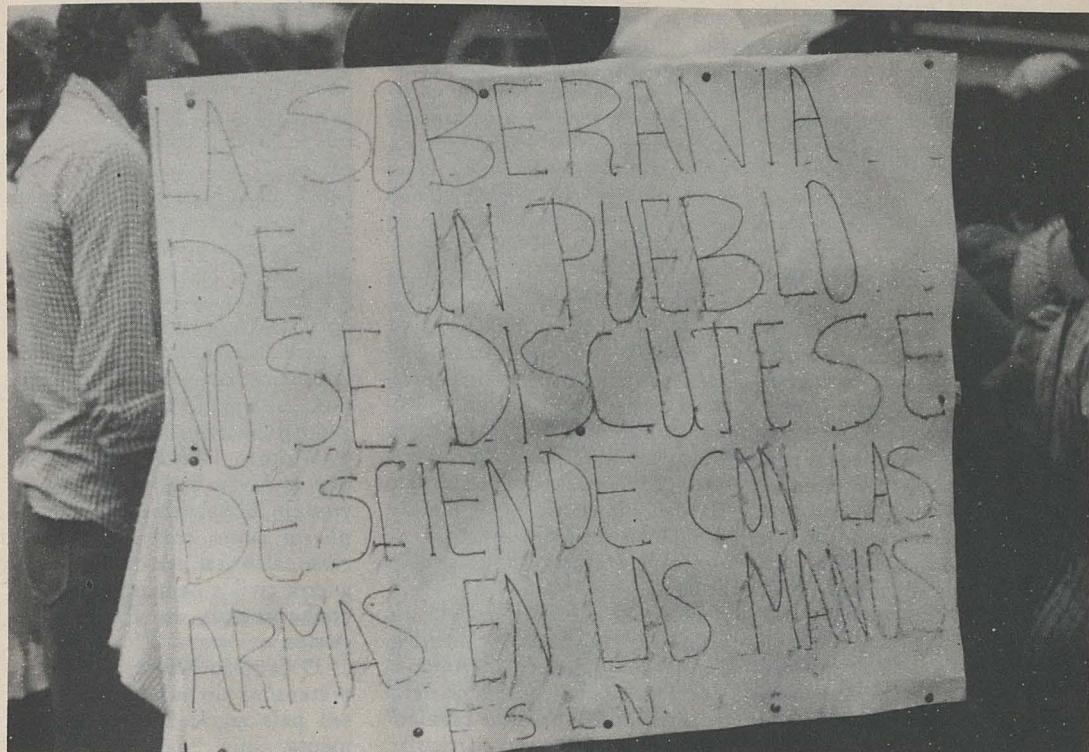
Outra linha da ação desestabilizadora está dirigida a criar áreas de conflito fronteiriço entre os países da região com a clara intenção de regionalizar ou internacionalizar o conflito. Com o desenvolvimento da guerra popular em El Salvador, o aparelho propagandístico dos Estados

Unidos trata não só de convencer a opinião pública de que a Nicarágua ajuda os revolucionários com armas e pessoal, como de gerar situações de enfrentamento entre um ou mais países fronteiriços.

Há cerca de um ano, por exemplo, inventaram ter descoberto umas barcaças que faziam "transporte de armas da Nicarágua aos revolucionários salvadorenhos pelo Golfo de Fonseca", de águas compartilhadas por El Salvador, Nicarágua e Honduras, no Pacífico.

Em torno da história das barcaças se montou uma grande agitação propagandística, até que alguns jornalistas conseguiram provar que se tratava de barcaças utilizadas pelos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial e que estavam encalhadas há muitos anos em alguma praia, inutilizadas. O próprio Robert White, na época embaixador dos Estados Unidos em El Salvador, que agitou intensamente o assunto, foi obrigado a admitir, pouco mais tarde, que havia "caído numa armadilha", que o haviam enganado "com uma mentira vergonhosa".

Fatos como esse agravam as tensões na área. Tanto El Salvador como Honduras e Nicarágua têm praias, portos e ilhas no Golfo de Fonseca e a questão das águas territoriais não está definitivamente resolvida. A região, portanto, sempre foi cenário de incidentes entre lanchas patrulheiras e barcos pesqueiros desses países. Em agosto último, o jornal *Excelsior*, do México, publicou extensa reportagem denunciando que os Estados Unidos estão instalando bases militares navais em algumas das ilhas do Golfo e nas costas de El Salvador e Honduras, sob o pretexto de bloquear por essa via o fornecimento de armas, procedentes da



Nicarágua, aos guerrilheiros salvadorenhos.

O Estado-Maior do Exército Sandinista, embora não tenha desmentido formalmente as denúncias do *Excelsior*, tampouco as confirmou. Confessam, no entanto, sua profunda preocupação com o reforço maciço das forças militares dos dois países com os quais compartilham o Golfo, e com a frequência com que se tem verificado conflitos armados nessas águas.

A utopia do reino miskito

Outra frente da ação contrarrevolucionária está na Costa Atlântica, uma região que começa a ser integrada ao processo econômico, social, político e cultural da nação somente a partir do triunfo sandinista. Ou seja, separada por selvas virgens das

regiões onde a Nicarágua se desenvolveu econômica e politicamente, essa região teve uma participação mínima na guerra anti-somozista. Nessa zona, há lideranças empenhadas em criar um movimento separatista que integraria, num novo Estado, toda a nação *miskita** ocupando uma faixa litorânea de uns 600 quilômetros quadrados que vai desde Honduras até o Panamá.

É um problema complexo e com raízes históricas remotas. Não se trata apenas de uma região geográfica marginalizada,

sem meios de comunicação, pouco conhecida do resto do país. É uma zona com uma realidade sócio-econômica distinta, habitada por uma minoria étnica diferenciada que foi colonizada não pelos espanhóis e sim por outras potências que criaram, inclusive, um modo de produção diferenciado do resto do país.

Os povos da região que se expressam no idioma *miskito* ou no dialeto *chombo* têm sofrido forte influência dos missionários norte-americanos e canadenses, que continuaram a catequese protestante iniciada pela Inglaterra. Zona mineira e madeireira por excelência, dedicada também à pesca, todo o comércio da Costa Atlântica se fazia, antes do triunfo sandinista, diretamente com os Estados Unidos.

Um processo assim diferenciado gera reivindicações específicas

* Os primeiros habitantes da zona eram os índios *miskitos*, que se mesclaram, num primeiro momento, com negros sobreviventes de naufrágios de navios negreiros e logo depois com escravos fugitivos das possessões britânicas do Caribe. Mais tarde, a influência e a presença norte-americana superariam a inglesa.

DOSSIÉ NICARÁGUA

cas, que os sandinistas tratam de compreender no contexto de sua evolução histórica. E gerou também lideranças, ou falsas lideranças, que tratam de aproveitar a situação em benefício da contrarrevolução. É o caso de Estevam Fagot, que sonha em ser um rei *miskito*, com domínio sobre um território que abarca partes de Honduras, Nicarágua, Costa Rica e Panamá.

Fagot, um ex-agente da repressão somozista, filho de pai francês e mãe alemã, com grande capacidade persuasiva, movia-se por toda parte, com amplo conhecimento da região e das pessoas. Sua atividade conspirativa, no entanto, foi denunciada pela comunidade *miskita* hondurenha, que não está de acordo com seus esforços por envolvê-los numa ação armada. Perseguido, Fagot se asilou em Honduras, onde se integrou às hostes de ex-guardas somozistas e frequentemente anuncia que vai liderar uma invasão à Nicarágua.

É extraordinário o esforço que o governo de Reconstrução Nacional tem feito nesses dois últimos anos para integrar a região ao contexto nacional. Está abrindo estradas através da selva; está dotando os rios e o litoral de portos e criando uma rede moderna de navegação fluvial. Tudo isso com um esforço paralelo de levar educação e saúde a essas populações.

No começo deste ano, o comandante William Ramírez percorreu toda a Costa Atlântica e regressou à capital com um informe otimista, garantindo que houve grande receptividade ao programa de desenvolvimento e integração que está sendo executado para a região.

A Cruzada de Alfabetização e o programa de educação estão sendo realizados em espanhol mas respeitando os idiomas nativos. Na reorganização da econo-

mia se respeita também a tradição comunitária da população.

Segundo William Ramirez, o problema real que persiste na região é o de uma invasão armada de mercenários e ex-guardas somozistas. Porém, os comandantes militares da Nicarágua não crêem que este perigo esteja tão próximo.

Burrice crônica

Pudemos entrevistar em Manágua o ex-embaixador norte-americano em El Salvador, Robert White, que foi demitido por Reagan por ser considerado demasiadamente comprometido com a "linha mole" de Carter. White, em seu "desemprego", se dedica a atacar a administração Reagan.

Ele não admite que haja um complô orquestrado por Washington para dominar a América Central e atribui tudo o que está acontecendo à "burrice crônica" dos republicanos, em particular, e "à ingenuidade" do norte-americano médio, em geral.

O proselitismo de White é contraditório, principalmente porque admite ser "imbecil" a política de Reagan. A partir do seu ponto de vista, contudo, ele aclara que essa imbecilidade prejudica os interesses norte-americanos no hemisfério e pode favorecer os que ele qualifica de inimigos, ou seja, o povo "ao não lhes deixar, com essa política equivocada, nenhuma outra alternativa que a luta armada". "Se os guerrilheiros saem vitoriosos dessa luta — afirma White — farão uma política contrária aos nossos interesses e confiarão mais naqueles que os ajudaram na sua luta contra a miséria e a exploração e não nos Estados Unidos, que tradicionalmente deram armas e todo tipo de ajuda às oligarquias e às ditaduras militares repressivas".

White admite que é uma fantasia exagerada as acusações contidas no Livro Branco editado pelo Departamento de Estado para "provar" a ingerência da Nicarágua e do "comunismo internacional" no conflito centro-americano. Mas não nega suas acusações anteriores de que a Nicarágua envia armas para as guerrilhas de El Salvador. Seu sucessor na embaixada em San Salvador, Deane Hinton, continua insistindo na mesma tecla, admitindo, inclusive, que a guerrilha está ganhando no plano propagandístico.

White e Hinton insistem em que se devem realizar eleições livres em El Salvador, mas não explicam como conduzir um processo eleitoral em meio a uma guerra civil, e nem admitem o reconhecimento das forças insurretivas.

O próprio White resumiu as pretensões do *establishment* de seu país ao reafirmar, enfaticamente, que "para os Estados Unidos, a Nicarágua é o mais importante, mas que El Salvador, neste momento, é o mais urgente".

O direito à defesa

Segundo o comandante Bayardo Arce, um dos três comandantes que integram a comissão política da Nicarágua, o país, diante dessa situação, se move baseado em duas linhas fundamentais: primeiro, o direito à defesa, ou seja, criar as estruturas necessárias para defender o território, a revolução e a soberania nacional com a ajuda de quem estiver disposto a ajudar; segundo, o de não ter de prestar contas a ninguém sobre quem está disposto a ajudá-los, que tipo de ajuda necessitam, nem de que maneira ou como estão preparando sua defesa.

DOSSIÊ NICARÁGUA



Sergio Ramírez Mercado (acima) não crê numa invasão, mas acha que a Nicarágua deve estar preparada para o pior



Bayardo Arce agrega ainda uma terceira questão: "Não preparamos nosso povo para agredir ninguém e sim para defender-se. Mas podem estar seguros todos os vizinhos, toda a América Central, que se uma força militar entrar na Nicarágua em um plano agressivo vai ter grandes dificuldades".

O dr. Sérgio Ramírez Mercado, um dos três membros da Junta de Reconstrução Nacional, em entrevista concedida aos **cadernos do terceiro mundo** assinalou que os nicaraguenses seriam irresponsáveis se descartassem a possibilidade de uma agressão externa. "Nossa obrigação – disse Ramírez – é não só nos preparamos para rechaçar uma eventual agressão, mas fazer um grande esforço político para que haja distensão". Ele acha que esses esforços vão bem, pois nele estão empenhados setores consi-

deráveis da opinião pública estadunidense, os governos democráticos da América Latina e do mundo. Nesse sentido, considera um passo positivo dos Estados Unidos à visita do sub-secretário Thomas Enders a Manágua no fim de agosto.

Ramírez admite que os Estados Unidos estão diante de uma situação bastante crucial na América Central, mas que estão buscando um modo de não intervir, conscientes de que o preço dessa atitude seria demasiado alto nestes tempos. Adverte, no entanto, que os nicaraguenses devem ficar atentos e preparados.

Para ele, as peças soltas de uma conspiração são muito evidentes: os Estados Unidos dizem que a Nicarágua não está perdida totalmente; há uma luta ideológica generalizada na área; os treinamentos em Miami e Honduras

e na Zona do Canal do Panamá são visíveis; é óbvio o envolvimento do Chile e da Argentina, já que não foram desmentidas as acusações sobre o fornecimento de armas por parte de Israel. Acrescenta que além das acusações de que a Nicarágua fornece armas para os guerrilheiros, usam esse argumento para cortar os créditos e a ajuda econômica para os programas sandinistas de desenvolvimento. Finalmente, menciona o fornecimento maciço de armamento, assessoria militar e equipamentos de guerra sofisticados aos exércitos de El Salvador, Honduras e Guatemala.

Um erro perigoso

A hipótese de que os Estados Unidos estariam interessados em montar bases militares no Golfo de Fonseca foi considerada por Sérgio Ramírez como "um erro

perigoso". "Um erro maior ainda — agrega — seria envolver Honduras no conflito". Os nicaraguenses têm denunciado que a contra-revolução, apoiada pelo imperialismo, está tratando de criar uma retaguarda em Honduras. Para Ramírez isso transformaria grande parte do território hondurenho em teatro de guerra, o que ajudaria a desestabilizar o já precário clima político nesse país e contribuiria para generali-

zar a guerra por toda a região.

Ramírez afirmou ainda que o governo nicaraguense não está envolvido no tráfico de armas para os guerrilheiros salvadorenhos. E lembrou que "quando um exército está deteriorado, seus soldados e oficiais se transformam nos principais vendedores de armas para as forças revolucionárias. Foi assim na Nicarágua e é assim em El Salvador".

Com certa dose de humor,

Sérgio Ramírez também recordou que enquanto os Estados Unidos procuravam cortar as rotas de fornecimento de armas, durante a insurreição sandinista, se esqueciam de vigiar seu próprio território, onde os "mercadões da morte" nunca perguntam a ninguém sobre o destino das armas que vendem no mercado negro. Acrescentou que durante a insurreição os sandinistas cruzavam, às vezes, cinco estados

O boicote econômico

No terreno econômico, os objetivos da desestabilização já não oferecem muitas dúvidas. Trata-se de favorecer ao máximo o setor privado, com créditos externos e apoio político, ao mesmo tempo em que os Estados Unidos cortam a nível estatal todos tipos de facilidades fiscais e bancárias.

Dentro desta estratégia, aproximadamente 3/4 de uma verba de US\$ 33 milhões serão entregues pelo sistema bancário norte-americano aos empresários privados da Nicarágua, quando antes o dinheiro já havia sido concedido ao governo. Com isto, o setor privado ganha força, enquanto o governo sandinista tem que arcar sozinho com o custo social do programa de reformas e com o desequilíbrio na balança comercial com o exterior.

Os limites de ação econômica do governo estão ficando cada vez mais reduzidos. Os preços dos produtos importados subiram em média de 15 a 20% nos últimos meses. No caso do petróleo, o aumento foi de 100%. Enquanto isto, as exportações nicaraguenses, como o café, baixaram de preço no mercado internacional, ou simplesmente permaneceram estacionárias, agravando o déficit nas trocas comerciais com o exterior.

A dívida externa da Nicarágua passou de US\$ 1.300 milhões para US\$ 1.670 milhões desde a queda de Somoza. Com isto 28% das exportações do país ficam retidas no exterior para pagamento dos juros de uma dívida que o ex-ditador deixou. Assim, o governo sandinista passou a ficar criticamente dependente de um aumento das exportações para poder financiar campanhas como a de criação de novos empregos, que são

vitais para um país que luta desesperadamente para reduzir ainda mais uma taxa de 17,5% na mão-de-obra sem trabalho.

Recentemente, o governo sandinista assumiu o controle de 22 empresas cujos donos se afastaram do país por mais de seis meses sem motivo aparente. A medida oficial foi explicada como necessária à continuidade das operações destas firmas, entre as quais se encontram a maior usina de pasteurização de leite do país, um centro comercial, uma fábrica de sabão e uma construtora de casas populares.

Apesar das autoridades terem dito que a intervenção era necessária diante do aparente desinteresse dos proprietários em manter as empresas em atividade, o jornal La Prensa e o Conselho Superior da Empresa Privada (Cosep) deflagraram uma intensa campanha contra o governo, acusando-o de prepotência contra os interesses privados.

Na verdade, a grande maioria dos empresários privados nicaraguenses apoiou direta e indiretamente a derrubada do regime Somoza, não só porque ele estava politicamente corroído, como também porque o ditador havia prejudicado muitos interesses para beneficiar apenas os de sua família. Mas estes empresários não acreditavam que a solução dos problemas da Nicarágua fosse implicar uma larga quota de sacrifício também da iniciativa privada.

É natural que surgissem opiniões divergentes. Só que estas começaram a ser influenciadas por pressões externas, oriundas dos Estados Unidos, país do qual a economia nicaraguense era dependente em 80%. Muitos empresários privados começaram a ver então que teriam maiores vantagens individuais se "apostasse" numa aliança com os norte-americanos, em vez de dividirem o custo da reconstrução nacional.

dos Estados Unidos com grandes carregamentos de armas.

Agora, a grande imprensa dos Estados Unidos insiste em que a Nicarágua está fornecendo armas a El Salvador e que 90% desse tráfico passa por território hondurenho. Quando perguntamos a White e a alguns jornalistas norte-americanos porque não se produzia nenhuma crítica ou represália ao governo hondurenho por permitir esse tráfico, cínicamente responderam que o governo de Honduras não possui os métodos sofisticados de detecção que os Estados Unidos possuem. Mas é evidente que tampouco a Nicarágua poderia detectar uma prática desse tipo, mesmo que tivesse vontade política para tentar. "A Nicarágua ganhou a guerra contra as melhores tropas treinadas pelos Estados Unidos sem que um só de seus guerrilheiros ou comandantes tivesse passado por uma academia militar", lembra o comandante Tomás Borge.

Sérgio Ramírez está convencido de que essa situação vai se repetir em El Salvador. Há um grande fortalecimento da guerrilha naquele país e o governo perde posições todos os dias. Por isso os Estados Unidos não parecem muito ansiosos de que se dê uma solução política que favoreça à guerrilha. Numa negociação com a Frente Farabundo Martí e a Frente Democrática Revolucionária, participando a partir de uma posição de força, é claro que teriam que levar vantagem.

Há consenso na Nicarágua de que a solução para El Salvador tem que ser política, e tem que ser buscada com urgência para frear o extermínio da população, cujo saldo este ano já é superior a 30 mil mortos. Mas uma solução política só pode dar-se na base do reconhecimento da FMLN e da FDR. □

A lei de emergência contra a sabotagem

Para conter a especulação financeira e a delinquência política, o governo sandinista trocou o liberalismo por leis especiais. O ministro da Justiça, Ernesto Castillo, explica o alcance desta legislação de emergência nacional*

J. Monserrat Filho

— Como era a justiça nos tempos de Somoza?

— Na verdade, não podemos falar de justiça na era somozista, pois desde o primeiro Somoza, nos anos 30, a dinastia dominou inteiramente o poder judiciário e colocou-o a serviço de seus interesses. Dos magistrados da Corte Suprema aos juízes menores, todos eram escolhidos por sua fidelidade incondicional ao regime. Nos tempos de Somoza, havia delinquentes nos mais importantes cargos da justiça, como em geral na administração pública. A corrupção alcançou um ponto tal, que, por exemplo, os postos de magistrados e escrivãos eram distribuídos pela amante de Somoza, Dinora Sampson, que recebia uma boa parte dos ingressos destes funcionários do poder

*Esta entrevista com o ministro da Justiça da Nicarágua, Ernesto Castillo, foi realizada em Manágua, pouco depois do governo revolucionário haver decretado o estado de emergência econômica e social em todo o país pelo período de um ano. Ernesto Castillo pertenceu ao "Grupo dos 12", cuja participação na luta para ampliar as bases sociais na campanha sandinista contra a ditadura de Anastácio Somoza é considerada muito importante. Recentemente, na V Conferência Internacional da Associação Americana de Juristas, reunida na capital nicaraguense, Ernesto Castillo foi eleito presidente desta entidade que congrega advogados, promotores, juízes, professores de direito e juristas das três Américas.

judiciário. Por outro lado, ainda que parte da legislação instituída na era somozista, como por exemplo o Código do Trabalho, dos anos 40, e as leis da previdência social, bem como alguns regulamentos, contivessem disposições mais ou menos progressistas, estes dispositivos nunca saíram do papel. As próprias leis fiscais do somozismo, aparentemente lógicas e progressistas, jamais foram respeitadas. A máquina judiciária do regime somozista não podia ser utilizada pelos cidadãos para defender seus legítimos interesses. Os juízes e funcionários da justiça obedeciam cegamente à vontade dos donos do país.

— Qual era o papel dos advogados?

— Os advogados, em geral, estavam a serviço do regime somozista ou da oligarquia financeira. Poucos, muito poucos, se dedicaram a defender os explorados, os trabalhadores, os militantes da Frente Sandinista. Nos tempos de Somoza, o próprio presidente da Corte Suprema comparecia aos órgãos de segurança do regime para interrogar os presos. Ele sabia perfeitamente das torturas que ali se realizavam. Pode-se dizer que só a partir de 1968 foram alcançadas algumas vitórias na justiça. Conseguimos libertar a companheira Doris Tijerino, hoje comandante, que ti-

DOSSIÊ NICARÁGUA

nha sido cruelmente torturada e ainda teve a coragem de denunciar estas torturas no seu julgamento. Depois de 1968, aumentaram muito os protestos e manifestações em favor dos presos políticos. Em setembro de 1977, houve uma insurreição popular em Masaya (20 quilômetros de Manágua). Os companheiros que haviam assaltado o comando da Guarda Nacional para libertar presos políticos foram aprisionados, indo a julgamento. A pressão popular foi tamanha que os juízes somozistas, atemorizados, resolveram colocá-los em liberdade. Mas isto já aconteceu na fase da deterioração da ditadura somozista. E a concessão deveu-se mais à pressão pública do que ao trabalho dos advogados.

— *O que mudou na justiça do país após o triunfo sandinista?*

— Praticamente só a 19 de julho de 1979 começamos a nos preocupar com as novas estruturas jurídicas. Parece que foi uma experiência positiva, pois distanciou os juristas do planejamento da nova legislação. Nossa trabalho foi apenas o de dar conformidade jurídica à vontade popular que se expressou a 19 de julho. Isto fez com que começássemos a criar uma legislação baseada no que já eram conquistas populares.

E ocorreu uma mudança profunda. Em primeiro lugar, criamos um Estatuto Fundamental e um Estatuto de Direitos e Garantias dos Nicaraguenses, onde estão fixados os princípios jurídicos da revolução. Eliminamos todas as leis repressivas do regime somozista. E fomos criando novas leis, destinadas fundamentalmente a defender e consolidar nossa revolução, como as leis de confisco das propriedades usurpadas pelos Somozas e seus familiares e sequazes, além dos funcionários públicos e militares ligados ao somozismo. Criamos tri-

bunais especiais para punir estes delinquentes. E por outro lado, também elaboramos leis destinadas a apoiar os esforços do nosso povo para a reconstrução nacional, leis que nos permitiram um desenvolvimento econômico para superar a crise que herdamos, agravada pelo terremoto de 1972 e depois pela guerra contra Somoza.

A revolução popular sandinista é um processo muito particular na América Latina. Ela está se autodefinindo. Consideramos que ainda não definimos nosso modelo econômico. Tivemos apenas dois planos econômicos, de 80 e 81. E nós, os advogados que trabalhamos nisto, pensamos que o melhor é esperar a definição e a consolidação do nosso modelo econômico. Assim, eu diria que estamos numa etapa de transição jurídica para um marco que será definido pela economia do país e esta ainda está se configurando.

Uma revolução apegada ao direito

— *Mas há um estado de direito hoje na Nicarágua?*

... “Estamos numa etapa de transição jurídica para um marco que será definido pela economia do país”...

— Sem dúvida. Este é um dos fenômenos particulares da nossa revolução. Uma revolução que a 19 de julho de 1979 acabou com todo o aparelho judiciário somozista e já no dia seguinte estava criando uma nova Corte Suprema, e que manteve os tribunais de justiça. Uma revolução que não permitiu um único fuzilamento. Uma revolução que quatro meses depois da vitória promulgou uma lei de amparo para tornar possível recorrer contra a atuação dos funcionários da revolução. Uma revolução que criou, antes de completar um ano, um Conselho de Estado como órgão legislativo. É um fenômeno bastante raro entre os processos revolucionários. Uma revolução que está renegociando suas dívidas com os bancos norte-americanos e com as instituições fiscais dos Estados Unidos. É uma revolução talvez demasiadamente apegada ao direito.

Realmente, nossa liderança sempre se preocupou em fazer com que se mantenha no mundo o respeito que conquistamos por sermos uma revolução generosa, uma revolução apegada ao princípio do mais rigoroso respeito aos direitos humanos. Toda a nova legislação se dirige no sentido de fortalecer a tarefa da reconstrução nacional e defender a revolução, sempre na base de princípios legais.

— *Justiça revolucionária não quer dizer arbitrariedade e desmandos...*

— Precisamente. Nós achamos que um dos exemplos que nossa revolução poderia dar era este: justiça revolucionária exercida nos tribunais e obedecendo aos princípios gerais do direito, do respeito aos direitos humanos, garantia de defesa etc. Não recorremos a nenhum fuzilamento. Não recorremos a medidas que limitassem a jurisdição do

DOSSIÊ NICARÁGUA

poder judiciário. Temos sido firmes e ao mesmo tempo generosos, como se viu no caso dos companheiros que conspiraram para criar uma cisão na direção da Frente Sandinista, que confessaram publicamente ter cometido um delito contra a revolução. E nossa revolução deu a eles uma nova oportunidade de se integrarem no processo. Foram libertados sem passarem por julgamento, porque a revolução considerou desnecessário abrir inquérito contra eles.

Os desaparecidos

— Emissoras de rádio da oposição denunciam pessoas desaparecidas e reclamam informações sobre elas. Qual é o problema?

— É certo que há pessoas desaparecidas. Na última etapa da luta, morreram entre 70 e 90 mil nicaraguenses. De muitos deles não se sabe o nome. Quase todos são cidadãos pacíficos que morreram em consequência dos bombardeios somozistas. Muitos casos de mortes entre a população civil e de militares não foram registrados oficialmente. Estes são realmente os desaparecidos de que falam as emissoras mencionadas. São pessoas que morreram na última fase da guerra e agora são manipuladas para dar a impressão de que desapareceram após o 19 de Julho. É certo que durante a insurreição popular houve execuções de assassinos somozistas. Estábamos numa guerra. Mas, depois do triunfo e com o controle do país pelo exército guerrilheiro, não se deu um único caso. E se você examina as denúncias em questão vai ver que não há nenhuma que diga respeito à nova etapa. Pelos tribunais de justiça passaram cerca de 3.300 militares que foram julgados, na presença de jornalistas nacionais e estrangeiros, e nenhum deles denunciou torturas,

maus tratos, execuções ou alguma violação dos direitos humanos.

— Que significa para a revolução sandinista o "estado de emergência econômica e social" decretado para vigorar por um ano?

— Nossa revolução cometeu o erro de tratar de criar uma situação de normalidade logo após a guerra. Quase imediatamente depois do triunfo, levantamos o estado de emergência. Isto criou um ambiente fictício de normalidade. Ao mesmo tempo em que herdamos uma situação econômica caótica, com os problemas sociais de 45 anos de ditadura somozista, começaram as pressões do imperialismo norte-americano sobre nossa revolução, que encontraram eco em alguns elementos da reação interna. Assim, se nós nos sacrificamos durante tantos anos para derrotar a ditadura, agora vamos ter que nos sacrificar mais alguns anos para podermos levantar nossa economia. Esta é a razão pela qual decretamos o estado de emergência econômica: para impedir a desestabilização econômica.

... "A prioridade é sobreviver. Não se pode falar em aumentos salariais... Os operários entenderam e sabem que não podem fazer greve"...

— Por que o estado de emergência faz cessar o recurso de amparo em alguns casos?

— O recurso de amparo sómente cessa para medidas administrativas que tenham por finalidade dar cumprimento à lei de emergência. Em todo o resto, continua vigente. Em questões de liberdade individual, relaxamento de detenção etc, em todos estes casos segue vigente o recurso de amparo.

— Não há, então, um estado de arbitrariedade?

— Absolutamente. Apenas suspendemos duas garantias: o recurso contra aquelas medidas administrativas e a garantia de greve. Todas as demais garantias individuais que constam do nosso Estatuto Fundamental seguem vigentes — liberdade de reunião, de expressão, de mobilização etc.

— Por que, de repente, um país com um projeto progressista se vê na contingência de proibir as greves dos trabalhadores?

— Para nós, a prioridade neste momento é sobreviver. Estamos numa etapa de subsistência. Nem sequer nos ocorre falar em aumentos de salário, novas conquistas etc pois nosso objetivo maior é simplesmente a subsistência. A classe trabalhadora foi consultada a respeito. E ela está consciente de que temos que fazer um esforço conjunto para superar esta etapa. Ela sabe que não podemos dar prioridade neste momento às reivindicações justas que a classe trabalhadora sempre terá a fazer. Que não poderá utilizar o recurso da greve, da interrupção do trabalho, pois isto causaria um prejuízo ainda maior para a nossa economia.

Mas ao mesmo tempo que limitamos o direito de greve, estabelecemos fortes sanções contra os empresários que, de uma forma ou de outra, não

DOSSIÊ NICARÁGUA

cumpram as normas do governo que regulam as relações da empresa com os trabalhadores. Além disto, os trabalhadores continuam podendo encaminhar suas reivindicações através de inúmeros canais, sem precisar recorrer à greve, como os sindicatos, as organizações sociais, os Comitês de Defesa Sandinista e inclusive o Conselho de Estado e até a própria Junta de Governo. Semanalmente, a Junta se encontra diretamente com o povo das mais diversas localidades para ouvir, sem intermediários, os seus problemas.

— Por que o governo resolveu intervir no mercado paralelo de divisas?

— Em consequência da situação econômica, temos um grande problema de divisas. Nossa economia é dependente. As máquinas, as peças de reposição, os insumos — tudo compramos a dólar. E sofremos uma forte escassez de dólares. Nós decidimos então regular o mercado de divisas, permitindo um mercado paralelo, mas legalizado e controlado pelo Banco Central. Neste mercado paralelo, os nicaraguenses podem comprar dólares à cotação não oficial, para utilizar nas suas importações de bens sumtuários, viagens ao exterior, despesas com saúde etc. Mas o controle do Banco Central impede a fuga de capitais, já que muitas indústrias estavam sendo convertidas em dólares que saíam ao exterior.

— Você acredita que esta lei sobre o controle do mercado paralelo será efetiva para combater tais fraudes?

— Penso que não vamos conseguir erradicar totalmente a fuga de capitais. Mas vamos conseguir, sem dúvida, controlar e impedir uma grande parte desta fuga.

— Como se define o delito de descapitalização?

... “O imperialismo desestabilizou o governo Allende pela traição dos militares. Aqui, o povo armado garante o regime”...

próprio Banco Central lhes dava dólares para a importação de matérias-primas; eles não importavam nada e depositavam os dólares no exterior. Já conseguimos frear bastante esta descapitalização, que se deu de um modo acelerado no ano passado e muito mal causou ao país.

Um novo Chile?

— Pode-se repetir na Nicarágua a desestabilização econômica utilizada no Chile para derrubar o governo Allende?

— Neste momento, estamos vivendo precisamente um clima desestabilizador, sobretudo em consequência da especulação. Mas tomamos medidas firmes para impedir estas irregularidades. A partir da lei de emergência econômica, a especulação é punida com prisão. E não apenas a especulação, como também a divulgação de notícias que provocam a especulação. Isto já estava ocorrendo em algumas emissoras reacionárias e no jornal *La Prensa*, que vinham fomentando a especulação com alguns produtos.

Conhecemos a experiência chilena. Mas pensamos que nossa situação é diferente. No Chile, o imperialismo pôde desestabilizar o governo de Allende por traição dos militares. Aqui, ao contrário, nosso principal apoio para defender o país é o povo armado. Teriam de acabar com todo o povo da Nicarágua. Por isto, achamos que nossa situação é diferente da chilena.

— Na Nicarágua de hoje há uma economia mista com pluralismo político. A área da iniciativa privada está garantida pelo Estado. Mas a antiga classe dominante, a burguesia, está realmente disposta a respeitar a legalidade revolucionária?

— Esta revolução é um fenômeno muito especial. Antes de

DOSSIÊ NICARÁGUA

promulgar estas leis, a direção nacional e os dirigentes sandinistas se reuniram com todos os setores da população — os empresários, os trabalhadores, o pessoal da administração pública — para dialogar sobre as medidas de emergência. Todos entenderam que as medidas eram necessárias. Há uma vontade geral do povo e uma consciência de que para a reconstrução nacional é indispensável a unidade e o esforço de todos os nicaraguenses. Não há dúvida de que a burguesia como classe perdeu seus privilégios. Mas nós estabelecemos o que eles chamam de "as regras do jogo". Dentro destas regras, quem estiver disposto a produzir vai ter plena garantia em seu trabalho e em seus lucros. Nós cremos que existam empresários patriotas que, de boa fé, estão participando neste projeto de economia mista e pluralismo. Na Nicarágua, a classe empresarial não chegou aos níveis de poder como em El Salvador, por exemplo. Na Nicarágua os poucos empresários qualificados que sustentam a ideologia capitalista, empresarial, a todo transe, estão fora do país. Os que ficaram compõem uma classe muito debilitada, econômica e politicamente, sem definição ideológica. Então, é muito difícil, para não dizer impossível, que eles possam influir nas decisões políticas do país.

— Que setores empresariais colaboram mais com a revolução?

— São positivos, sobretudo, os empresários do setor agropecuário. É gente que convive com os trabalhadores, com os camponeiros. Gente ligada à terra, que conhece os problemas do país e não tem a voracidade do empresário financeiro, imitador dos empresários transnacionais. Este setor é muito positivo. Ele já se agrupou em cooperativas. Há uma união de pequenos e mé-

... “A nova lei sobre o capital estrangeiro será flexível... ela vai estimular investimentos externos”...

dios empresários. Os grandes empresários da agricultura também têm uma atitude positiva. Os empresários mais reacionários, que se opõem a participar do esforço produtivo, são aqueles que estavam acostumados, nos tempos de Somoza, a ter lucros não por sua qualificação técnica ou por sua capacidade gerencial, mas graças às suas vinculações com o regime somozista.

O capital estrangeiro

— Como será a lei que se prepara a respeito do capital estrangeiro?

— Há vários meses trabalhamos num projeto de lei sobre investimentos estrangeiros. Ele vai ser submetido à Junta de Governo. Neste projeto levamos em conta a experiência de muitos países. Estudamos profundamente a experiência do Pacto Andino, do Vietnã, da China Popular, do México. Tivemos contatos com diretores de transnacionais dos Estados Unidos e outras potências capitalistas, com o Conselho das Américas. É um primeiro projeto, uma lei-marco,

muito flexível, que garante os lucros dos investimentos estrangeiros dentro do respeito à soberania e autodeterminação do nosso povo naquelas áreas em que nós, por falta de meios, não podemos atuar. Nós redigimos este projeto tendo em vista um contrato seguro entre o investidor estrangeiro e nosso governo: é uma lei que estimula os investimentos estrangeiros, em conformidade com nossos interesses nacionais.

— As dificuldades econômicas do país são sérias. Como, neste quadro, se coloca a questão da delinquência comum?

— Houve grandes conquistas neste campo. Em primeiro lugar, ao eliminar o somozismo, eliminamos grande parte da delinquência, não só política mas também comum. Aqui, os coronéis da Guarda Nacional tinham seus próprios bandos de ladrões. Com a fuga ou a prisão destes somozistas, diminuiu o problema. Claro que herdamos do somozismo outros tipos de delinquência, sobretudo em matéria de drogas, corrupção, lenocínio, roubo organizado etc.

Nós sancionamos principalmente os crimes de atentado contra a economia do país com penas relativamente fortes e isto também serviu para frear os índices de delinquência. Dentro das limitações do nosso sistema penitenciário, a revolução sandinista tem uma idéia muito diferente da do somozismo sobre o que seja um preso comum. Tratamos de reeducar aqueles delinquentes recolhidos ao sistema penitenciário. É gente que trabalha. Tivemos uma experiência muito bonita, quando o país inteiro se mobilizou para a colheita voluntária do algodão, pois faltava mão-de-obra suficiente. Quase 70% dos presos comuns pediram para ir colher algodão e o fizemos com muito entusiasmo. □

O alvo também é El Salvador

Através da campanha de desestabilização na Nicarágua, os EUA pretendem neutralizar os atrativos da revolução sandinista para outros países centro-americanos. É o que explica Bayardo Arce, um dos membros da Comissão Nacional da Frente Sandinista*

É necessário compreender que as tensões vividas na Nicarágua e na América Central têm como explicação fundamental as pressões que o imperialismo norte-americano está exercendo sobre nosso país e sobre a marcha de nosso processo.

Os Estados Unidos nunca foram indiferentes ao fato da região ser um centro abastecedor de matérias-primas e alimentos (açúcar, café, banana, carne etc) baratos e quase gratuitos. A isto se agrega: a importância estratégica do Canal de Panamá; a possibilidade de um novo Canal pela Nicarágua; as reservas de petróleo da bacia do Caribe; o fato da região ficar próxima da área onde possivelmente passarão os petroleiros vindos do Alasca para Nova Orleães; e o fato de que os EUA refinam no Caribe 25% do petróleo que importam. Além disso, pelo mar do Caribe circulam navios que transportam 65% da bauxita norte-americana, e por ali devem ser deslocar boa parte das forças navais dos EUA a serem mobilizadas no caso de um conflito bélico na Europa ou nas costas do Pacífico.

Porém, mais importante e mais decisivo, talvez seja o desafio político-ideológico, psicológico e moral que representa para os Estados Unidos a vontade de luta dos povos da América Central e do Caribe. Os setores retrógrados do imperialismo norte-americano vêem isso como gol-



Bayardo Arce

pes políticos e morais graves ao império, que "abalariam o prestígio, a credibilidade e a autoridade dos EUA em outras partes do mundo", segundo a maneira de dizer da nova elite no poder.

Bastaria referir-me rapidamente às 180 intervenções dos fuzileiros navais dos Estados Unidos entre 1800 e 1934, descritas pelo capitão Harry Allanson Ellsworth para ratificar com seus próprios testemunhos esta vontade agressiva e guerreira que tem impregnado a história do imperialismo norte-americano e que parece estar ressurgindo.

Após o triunfo de nossa Revolução Sandinista se verifica um

* Este texto é o resumo de uma conferência pronunciada na Universidade Centro-Americana, a universidade católica de Manágua, em março deste ano.

incremento significativo tanto no fornecimento de ajuda militar e assessoramento especializado às forças armadas dos países com regimes de direita, como um contínuo movimento de visitas de altos funcionários e militares pelos países da área centro-americana.

O governo norte-americano tem proporcionado uma significativa ajuda em armamentos e técnicas a Honduras, como a entrega de 10 helicópteros do tipo HII-Huey, cerca de 10 aviões do tipo T-28, aviões T-2 e outros, supostamente para treinamento. Neste sentido, *Newsweek* de 16 de março passado assinala que este governo concedeu a Honduras a quantidade de 8 milhões e 700 mil dólares para a compra de helicópteros do tipo Huey e a reparação e aquisição de lanchas patrulheiras. Também temos conhecimento do melhoramento da defesa antiaérea com novas técnicas e assessoria.

Também sabemos das frequentes aterrissagens de aviões do tipo C-130 Hércules no Aeroporto Internacional de Toncontín, ao que tudo indica desembocando técnicos e armamento. Igualmente estamos informados das denúncias públicas de desembarque de armamento pelo Puerto Cortés.

É muito significativo que, conjuntamente com esse incremento da ajuda militar ao governo hondurenho, tenham sido aprovadas nesse país leis que expressamente permitem a incorporação de cidadãos de qualquer nacionalidade ao exército de Honduras, o livre trânsito de tropas estrangeiras pelo território hondurenho e que, por outra parte, permitem a saída de tropas do exército hondurenho para cumprir missões fora de suas fronteiras.

Além disso, é de destacar-se a publicação no *Foreign Assistance*

DOSSIÉ NICARÁGUA

de um comentário que assinala que os Estados Unidos duplicaram os recursos destinados ao treinamento militar em Honduras.

Uma notícia dada por Christopher Dickey, publicada a 9 de outubro no *Washington Post*, indica que, segundo um informe do Congresso dos EUA, 300 oficiais salvadorenhos estavam sendo treinados nas escolas militares dos Estados Unidos situadas no Canal do Panamá.

Outras publicações, como a *Special Report*, do Birô de Assuntos Públicos do Departamento de Estado, a revista *Newsweek* e o jornal *New York Times* assinalam que durante o ano de 1980 os Estados Unidos outorgaram a El Salvador 56 milhões de dólares em assistência; que à ajuda militar de 10 milhões de dólares liberada por Carter em janeiro de 1981, se havia somado outros 25 milhões; que o governo de Duarte solicitou outros 300 milhões de dólares para 1981, dos quais haviam sido aprovados entre 200 e 225 milhões, informação esta publicada pelo *New York Times* e que o porta-voz do Departamento de Estado se recusou a negar ou confirmar.

Por outro lado, um documento da própria Chancelaria informa que os Estados Unidos aprovaram para 1980 um empréstimo de 5 milhões e 700 mil dólares para a compra de material militar e foi restabelecido em 1979 um programa de adestramento para pessoal militar nos Estados Unidos e no Canal de Panamá que, segundo dizem, estava suspenso desde 1977. Este programa foi aumentado durante 1980 em um quarto de milhão de dóla-

Os EUA já deram US\$ 300 milhões a El Salvador para aumentar o poder repressivo da polícia e do Exército



DOSSIÊ NICARÁGUA

lares. Para 1981, se destinou para compra de material militar outros 5 milhões de dólares. Como se pode ver, está ocorrendo um incremento na ajuda militar com um grande fluxo de pessoal militar especializado para trabalhos de assessoramento.

Segundo o governo estadunidense, o número de assessores militares em El Salvador não ultrapassa a cifra de 40; não obstante, outras fontes denunciam a presença de até 200 assessores militares norte-americanos.

Outras informações destacam que além dos 10 milhões de dólares fornecidos ou aprovados

por Carter em janeiro de 1981, no curso deste ano foram destinados cerca de 30 milhões de dólares adicionais para a compra de armamentos e técnica militar.

No que diz respeito à Guatemala, é conhecido por muitas publicações que desde 1977 havia ocorrido uma diminuição da ajuda, porém, já no período 80-81, aparecem 3 milhões de dólares programados. Não obstante, no suposto período de decréscimo da ajuda militar, Guatemala pôde adquirir, através de aliados inevitáveis dos Estados Unidos, como Israel, armamentos que incluem 25 mil fuzis

Galil para fortalecer a capacidade militar de seu exército.

Uma estratégia de "paz" através da força

A plataforma do Partido Republicano, agora no poder nos Estados Unidos, diz: "Os republicanos apóiam uma política de paz mediante a força; a debilidade provoca a agressão... A ameaça aos Estados Unidos e seus aliados não só é de natureza militar; temos também a terrível ameaça do terrorismo internacional..."

"... A política dos norte-americanos desde a Segunda

O controvertido bispo de Manágua

Nenhum mesmo a Igreja escapou ao processo de desestabilização a que está sendo submetido o governo sandinista. Depois de apoiar decididamente a rebelião contra o regime de Somoza, religiosos como o arcebispo de Manágua, Monsenhor Obando y Bravo, começaram lentamente a se afastar da Frente Sandinista de Libertação (FSL), passando a exercer pressões abertas sobre padres e freiras que continuaram mantendo vínculos estreitos com o movimento revolucionário.

Isto provocou alguma confusão entre os católicos, notadamente entre os moradores de bairros pobres e os camponeses. Um dos últimos boletins do Instituto Histórico Centro-Americano, uma organização ligada aos setores progressistas da Igreja nicaraguense, publicou um depoimento de uma empregada doméstica no qual ela manifesta a sua perplexidade diante da atitude da alta hierarquia católica do país: "Não sei o que está aconte-

cendo com os senhores bispos. Primeiro pediram aos sacerdotes que trabalham para o governo que deixassem seus postos. Agora, querem afastar a irmã Pilar, que ganhou o carinho dos pobres depois de ter feito tantas coisas boas para eles. Estão impedindo o regresso dela ao país e não dão qualquer explicação. Gostaria de saber o que está atrás destas decisões, porque no tempo de Somoza isto nunca aconteceu. Agora que muitos religiosos querem se identificar com o povo, a Igreja os impede de fazer isto." (depoimento de Ninfa Castillo).

Fato semelhante ao mencionado ocorreu com a freira norte-americana Maria Hartman. Ela trabalhava nos bairros pobres de Manágua até que o arcebispo da capital pediu o afastamento da religiosa à superiora da Congregação de Santa Inês. A superiora pediu os motivos por escrito, sem ter resposta.

Noutras ocasiões, a cúria transfere ou afasta sacerdotes

com simples chamadas telefônicas. Foi o que aconteceu com os padres jesuítas Luis Medrano e Otilio Miranda, que trabalhavam no povoado de San Rafael del Sur, uma área rural extremamente pobre. Houve pelo menos dois casos em que religiosos viajaram ao exterior e não puderam regressar. O padre espanhol Pedro Balzunegui foi visitar a família e na volta encontrou outro religioso ocupando o seu posto na paróquia de Tipitapa. A freira franciscana da Ordem do Sagrado Coração, Pilar Castelanos, foi durante muitos anos diretora do colégio Roberto Clemente em Ciudad Sandino. Ela viajou e não pode voltar, porque o arcebispo de Manágua disse que ela não era mais necessária no país.

O jogo das pressões

O padre Manuel Batalla está lutando para continuar na paróquia do Sagrado Coração em Manágua, depois que o arcebispo

DOSSIÉ NICARÁGUA

Guerra Mundial descansa sobre os pilares da segurança coletiva, a superioridade militar e tecnológica, bem como a força econômica e a percepção por parte de nossos adversários de que os Estados Unidos possuem a vontade de usar seu poder quando for necessário para proteger a liberdade..."

"Uma administração republicana procurará melhorar a capacidade dos serviços de inteligência na coleta de informações, na preparação de análises convincentes, no estímulo à contra-inteligência coordenada e à ação encoberta".

"... Deploramos a conquista do poder marxista-sandinista na Nicarágua e as tentativas marxistas para desestabilizar El Salvador, Guatemala e Honduras...". "... Apoiaremos os esforços do povo nicaraguense para estabelecer um governo livre e independente...". "... Voltaremos ao princípio fundamental de tratar a um amigo como amigo e aos inimigos autoproclamados como inimigos sem desculpas..."

A política de agressão se materializa

A 9 de março, William Dyess, porta-voz do Departamento de

Estado, disse que "as razões que motivaram o surgimento da Doutrina Monroe, há mais de 150 anos, são as mesmas que agora motivam a política dos Estados Unidos para com El Salvador". Quer dizer, as idéias se materializam.

A Fundação Heritage diz que "é preciso restabelecer a ordem na vida dos povos nos países da América Latina e trazer mais segurança a essa região; esse deve ser o objetivo da política exterior norte-americana..."

"Os líderes criativos dos setores públicos e privados da Nicarágua, El Salvador e Guatemala



Os católicos da Nicarágua querem uma definição do bispo de Manágua

Obando y Bravo pediu que fosse transferido para outro lugar. O prelado não revelou os motivos para seu pedido, apesar dos superiores hierárquicos do padre Battalha terem afirmado publicamente que nada têm contra a atuação do religioso.

A situação chegou a um tal ponto que inúmeras organizações começaram a distribuir comunicados com críticas à ação do monsenhor Obando y Bravo. As Comunidades Eclesiais de Base distribuíram um manifesto

no qual afirmam que "é extremamente entristecedor para os católicos verificar o contraste entre a desestabilização de projetos pastorais, baseados no Evangelho e coerentes com a situação nacional, e as atitudes de alguns setores da alta hierarquia".

O jornal *El Nuevo Diario* publicou no final de agosto um editorial no qual afirma: "A grande manipulação política da Igreja inclui o apoio aos bispos, principalmente monsenhor Obando, desvinculando-os da prática do

povo cristão no processo da Nicarágua... Inclui mostrar o arcebispo de Manágua como uma vítima da revolução, e usar a autoridade dos bispos frente ao povo cristão contra o governo".

Para o Instituto Histórico Centro-Americano "é uma questão de fato que a burguesia ao perder o poder político deseja continuar se apoiando na força e no prestígio moral da Igreja. Por isto, manipula a figura do arcebispo, fazendo-a sua. Paralelamente, retoma as críticas ao processo revolucionário, tachando-o de comunista. Completando sua necessidade de fundamentação ideológica, faz seu o projeto espiritualista da Igreja. Estes dois aspectos, crítica do processo e aceitação do espiritualismo, se sintetizam na figura do arcebispo, proclamado como líder da oposição, talvez sem o seu consentimento. Isto causa um grande espanto ao povo, que apesar de respeitar o arcebispo, vê com surpresa que ele se afasta cada dia mais de uma revolução feita em favor deste mesmo povo, e que num primeiro momento era apoiada pela hierarquia".

DOSSIÉ NICARÁGUA



Os guerrilheiros de El Salvador, mesmo lutando com armas improvisadas já conseguiram por fora de combate quase 10% do efetivo do Exército regular. Para os EUA a estratégia para derrotar a guerrilha salvadorenha passa pelo bloqueio militar contra os países vizinhos, principalmente a Nicarágua, Cuba e Panamá

analisaram os problemas econômicos e de segurança das suas nações, e o que todos eles pedem é uma liderança enérgica dos Estados Unidos, a política dura dos EUA". E imediatamente vêm as recomendações:

"O melhor sinal que o governo dos EUA poderia enviar ao exército salvadorenho seria fornecer-lhe o equipamento militar necessário para uma guerra ofensiva, sem direitos humanos e sem outras limitações".

O assessor do Departamento de Estado, Di Giovanni, diz que se pode resolver os problemas da Guatemala fora do contexto marxista ou socialista. "Pode ser uma força estabilizadora na América Central e pode continuar sendo um bom aliado dos Estados Unidos". Diz ainda que é preciso apoiar os setores públicos e privados de centro e direita nas suas soluções aos problemas sociais, econômicos, políticos e de segurança da área. Esse apoio deve-se dar através de uma política que não se preocupe

tanto com o respeito aos direitos humanos, como a dirigida pelo governo Carter. É preciso dar apoio financeiro quando necessário e estabelecer políticas de intercâmbio comercial favorável. E não podia faltar o apoio militar à Guatemala.

As ameaças contra Nicarágua

Di Giovanni diz ainda que "não é importante analisar as particularidades das sociedades e governos da área, mas sim enfrentar a crescente penetração marxista através da Nicarágua e do movimento revolucionário salvadorenho. Isto é, delinear uma ofensiva estratégica para derrotar o governo sandinista e destruir as forças insurgentes em El Salvador... Apesar da sua exibição de armas, o governo sandinista é ainda débil e pode ser desalojado através de um esforço determinado, coordenado e localizado". "... Num programa bem orquestrado e dirigido especificamente contra o governo sandinista-marxista nós de-

veríamos usar nossos recursos para apoiar os sindicatos livres, a Igreja, o setor privado, os partidos políticos independentes, a imprensa livre e aqueles que verdadeiramente defendem os direitos humanos."

"... Não será possível desalojar o atual governo comunista da Nicarágua, independente do grau de mal-estar popular, a não ser através da ação militar. Não há dúvida de que existem nicaraguenses descontentes que poderiam ser apoiados para a luta armada contra os sandinistas pelos antigos membros da Guarda Nacional, agora no exílio, mas esses militares estão associados no conceito popular com o antigo chefe de Estado, Somoza, que era impopular para um amplo espectro do povo nicaraguense."

Estão brincando com a paz

Numa recente publicação, o *Washington Post* confirma que os elementos somozistas nos Estados Unidos se sentem hoje mais apoiados que antes e, de acordo com o que eles mesmo dizem, confiam em que terão da administração Reagan o apoio necessário para lançar-se à sua aventura criminosa contra nosso povo.

Vamos ajudar a CIA. Nós conhecemos os seguintes acampamentos em Miami: uma pequena chácara no sudeste do condado de Dade, onde o instrutor é o ex-tenente José Aguirre. Em Homestead, ao sul de Miami, são treinados por *gusanos* do grupo Omega-7; existem mais dois campos de treinamento, um em Everglades, onde treinam membros da "Legião 15 de Setembro" e da "Liga Anticomunista", sob as ordens do ex-tenente Noel Gutierrez; o outro está em Kendall, ao sul de Miami, onde treinam a "Elite", cujo instrutor é o ex-major Rafael Ascencio. □

**relações internacionais
comércio externo
investimento de capitais
cooperação técnica
operações bancárias**



GARANTIA DE DESENVOLVIMENTO

Av. 25 de Setembro 1695 - Telef. 28151/8 - C.P. 423 - Telegr. MOBANCO - Telex 6-355
Maputo - República Popular de Moçambique

Deter a agressão

Neiva Moreira

Não é possível adivinhar o que poderá acontecer na América Central e no Caribe nos próximos dias, semanas ou meses. Nem mesmo ter certeza se, quando esta edição estiver nas bancas, aqui no Brasil e no mundo emergente onde ela circula, os *marines* norte-americanos não estarão reproduzindo as invasões e as tropelias que caracterizaram, historicamente, a presença dos Estados Unidos naquela área.

Não se sabe ao certo se os "ventos de insanidade sopram da Casa Branca", a que aludimos na edição passada, se transformarão em um furacão incontrolável, rompendo a precária paz da região. Também não se deve desdenhar a possibilidade de que a parte sensata da opinião norte-americana e as pressões internacionais, inclusive dos aliados dos Estados Unidos, forcem o sr. Reagan a recuar em seus propósitos, contendo o grupo de fanáticos que, sob a liderança do secretário Haig, não pensa em outra coisa senão na guerra.

O âmago do problema não está, no entanto, no que o partido da guerra esteja fazendo ou projetando, e sim no que se deve fazer para evitar que o façam.

Não há dúvidas de que o Pentágono e a Secretaria de Estado dos Estados Unidos planejam a invasão de Cuba e da Nicarágua, sob o pretexto de evitar a intervenção desses dois países na guerra de El Salvador. As declarações de Haig e do sub-secretário para assuntos interamericanos do Departamento de Estado são claras, não deixando dúvidas quanto às intenções de Washington: ocupar militarmente aqueles dois países. Muitos pretextos são fabricados, como o "incidente" do golfo de Tonquim, que deu a Johnson o motivo aparente de intervenção no Vietnã. Mas a meta é uma só: destruir os dois processos revolucionários e impedir que outras nações da área sigam o seu exemplo.

As revelações sobre o plano intervencionista provocaram um impacto, não somente no México e outros países latino-americanos, como na Europa Ocidental. Não faz muito tempo que a França, México e Holanda reconheceram a Frente Democrática de El Salvador como a força representativa das aspirações nacionais e, desde então, muitos países europeus adotam posições mais próximas às dos revolucionários salvadorenhos.

As manifestações antiintervencionistas crescem por todo o mundo. Na Espanha, o Partido Socialista "reiterou seu pleno apoio à solidariedade com os povos de El Salvador, Nicarágua e Cuba, reconhecendo o seu legítimo direito à autodeterminação e defesa de sua soberania e independência nacional". O presidente José Eduardo dos Santos, no ato de massas comemorativo do sexto aniversário da revolução angolana, denunciou as provocações dos Estados Unidos e disse que "os povos da América Latina, como Nicarágua, El Salvador e Cuba são alvos dos ataques do imperialismo norte-americano". A Câmara dos Deputados do México, em que o Partido Revolucionário Institucional, que detém o governo, é maioria, aprovou por unanimidade uma moção de apoio a Cuba "ante a possibilidade de uma intervenção do exterior". Toda a imprensa mexicana — e não esquecer a importância geoestratégica do México frente aos Estados Unidos e ao Caribe — repele a ameaça de Haig. *El Dia*, próximo ao governo, exorta o povo mexicano a "sair às ruas e defender a revolução cubana junto a Fidel Castro, como em 1962, na crise dos foguetes".

A lista dos protestos é longa e expressiva. Também o chanceler brasileiro manifestou a posição do seu governo, contrária às intervenções estrangeiras, e só os setores políticos mais reacionários e os meios de comunicações ligados às transnacionais mantiveram seu apoio a Reagan.

Os sentimentos do povo brasileiro são radicalmente contrários a esses métodos predatórios dos Estados Unidos.

Eles foram adequadamente expressos nas manifestações de hostilidade com que a juventude da Universidade de Brasília, atuando como verdadeira porta-voz do povo brasileiro — recebeu e virtualmente expulsou de sua casa de ensino, um dos mentores dessa política belicista, que é o Sr. Henry Kissinger.

Mas a Casa Branca não opera apenas no campo das pressões econômicas (bloqueio a Cuba) ou militares. Está acentuando a nível latino-americano os seus esforços no sentido de aumentar o isolamento de Cuba e Nicarágua e de estruturar uma “santa aliança” de governos reacionários que possam dar apoio político e também logístico às aventuras belicistas dos falcões de Washington. O principal objetivo dessa política, no momento, é envolver o governo centro-direitista democrata-cristão da Venezuela nessa aventura.

O presidente venezuelano Herrera Campins tem se destacado pelo seu apoio à Junta Militar salvadorenha, com a ilusão de que o seu líder, Napoléon Duarte, convenientemente armado e “lubrificado” com os petrodólares que faltam ao povo pobre da Venezuela, estabilize um poder político-militar capaz de derrotar a rebelião popular em El Salvador. Como contra-partida desse apoio à Junta, o Pentágono já decidiu vender à Venezuela 16 aviões F-16 (os mesmos empregados por Israel para bombardear o reator atômico do Iraque) uma presença militar que desequilibria a correlação de forças na área e obrigaría outros países, principalmente a Colômbia, a um esforço altamente custoso de reequipamento militar.

As aventuras da Casa Branca na América Central e no Caribe encontram, no entanto, na Venezuela uma oposição interna, que envolve inclusive o governo democrata-cristão. Não só na Ação Democrática, liderada pelo ex-presidente Carlos Andrés Pérez e nos partidos de esquerda, mas também no governo, há opiniões contrárias à intervenção norte-americana. O ex-presidente Rafael Caldera, principal líder do Copei, o partido no governo, disse que “seria insensato tentar uma aventura bélica na América Central e no Caribe, cujos resultados seriam imprevisíveis”.

O ambiente é, assim, diferente do contexto internacional ao tempo da invasão da Baía dos Por-

cos, em 1961. Não apenas o Movimento dos Países Não-Alinhados, empenhado na luta pela soberania e autodeterminação dos povos, é um fator diplomático e político importante, como também não é a mesma a realidade no quadro dos aliados históricos dos Estados Unidos. Em países como a França, a Holanda, a Espanha, a Áustria, o bloco escandinavo e a Itália não há clima para respaldo a essa agressão. Mesmo na Alemanha, onde o governo social-democrata do sr. Helmut Schmidt tem sido tão conciliatório com o belicismo norte-americano, há uma opinião pública contrária a tudo aquilo que possa comprometer a paz. Amplos setores do SPD — Partido Social Democrata alemão, no poder —, principalmente operários e jovens, se opõem à política de Reagan.

Mas há um aspecto que não pode deixar de ser considerado nessa crise, que é a posição do campo socialista. Esperar que a União Soviética cruze os braços diante da invasão de Cuba e da Nicarágua seria uma falsa avaliação da realidade internacional. E o que poderia vir depois? Uma nota de protesto diplomático? Não estaria na lógica dos acontecimentos. O que poderia haver seria uma corrida às armas, com riscos reais de uma terceira guerra mundial.

Nicarágua e Cuba receberam as ameaças norte-americanas não com lamentos nem apelos de compreensão, mas com uma mobilização civil e militar para a resistência, numa escala que, no caso cubano, deixa longe a que se verificou em 1961.

“Tudo faz crer — escreve Manuel Buendia, um comentarista independente da imprensa e da TV do México — que se efetivamente os Estados Unidos cometem a loucura de invadir Cuba, aí morrerão, por cada metro quadrado de terra ou areia ‘conquistado’, mais americanos do que em qualquer das guerras que tenham participado nos últimos 200 anos”.

E assim será. Haverá milhares de Praias Girón, não apenas em Cuba, mas em toda a incandescente área da América Central e do Caribe, que se poderá transformar em um imenso Vietnã, apoiado e armado por todos os povos livres do mundo.

O resultado da confrontação será inevitável: a vitória dos oprimidos contra os opressores, dos povos dominados ou explorados contra o imperialismo. Mas o custo humano, econômico e social será irreparável. Para todos, inclusive para os agressores, o melhor será deter a maré belicista alimentada pelo governo Reagan. □

Hegemonia pela força

Uma visão global dos focos de tensão no mundo, todos originados na política belicista de Washington, revela que há uma real ameaça à paz

Luis Rodrigues dos Santos

Uma análise isolada de qualquer um dos focos de tensão no mundo, pelo seu caráter parcial, não permitiria ir ao fundo do problema, nem definir com mais precisão as origens e os alcances da atual crise internacional. Os acontecimentos estão interligados e têm origem comum. De uma maneira ou outra, todos estão relacionados com a estratégia do governo Reagan e sua obsessão de restabelecer, pela força se necessário, a hegemonia dos Estados Unidos no mundo.

Pela primeira vez em décennios, se registra, em latitudes mu-

to distantes, a presença de uma estratégia agressiva global, ditada de Washington. Os governos norte-americanos, mesmo os mais conservadores, como os de Truman e Eisenhower, tiveram o cuidado de colocar na Secretaria de Estado, no Pentágono e na assessoria de Segurança da Casa Branca, funcionários afinados com o pensamento do poder, mas com pontos de vista próprios sobre a linha estratégica. Estabelecia-se, assim, sutilmente, um tipo de vigilância interna, que não deixava o presidente aprisionado a políticas homogêneas for-

muladas naqueles setores vitais e sem alternativas a escolher.

Com Reagan, essa situação se alterou. O general Haig é um belicista fanático, que vive brincando de guerra e está convertendo o centro mais importante das decisões diplomáticas dos Estados Unidos em um laboratório de provocações e planos agressivos. O sr. Weinberger, secretário da Defesa, embora frequentemente em desacordo com os métodos irresponsáveis de Haig, está longe de ser um pacifista e a ele se deve, em grande parte, as pressões exercidas pelos Estados Unidos junto aos governos europeus, que vacilam em se juntar à aventura guerreira de Washington. Richard Allen, assessor de segurança, é conhecido por suas posições duras, que em pouco diferem da linha de ação de um Kissinger ou de um Brzezinski. Exerce, além do mais, uma influência ampliada, através do seu genro Roger Fontaine, ambos metidos na formulação da estratégia de dominação e da qual o chamado Documento de Santa Fé é um resumo apropriado. (Ver edição anterior de *cadernos*).

Ele próprio um radical de direita, não foi por acaso que o sr. Reagan reuniu essa equipe, que deveria ser como o é, o cérebro sem contrastes de uma estratégia agressiva que se faz sentir nos quatro cantos do mundo.

O panorama geoestratégico

O quadro diplomático e militar é, assim, hoje, de uma gravidade indiscutível e não fossem certos freios, principalmente entre os temerosos aliados europeus, é possível que já estivéssemos metidos em conflitos graves, precursores de uma guerra atômica total. Vejamos os pontos "quentes" desse projeto geoestratégico norte-americano:

Europa — Certas revelações, baseadas em frases pouco claras do presidente Reagan, de que os



Os países comprometidos com a resistência palestina não apóiam o plano Fahd

Estados Unidos consideravam possível uma guerra nuclear limitada à Europa, deixaram de sobreaviso os seus governos e estimularam a mobilização antiguerra que, em todos os países europeus, se transformou num gigantesco plebiscito pacifista. Reagan respondeu a isso propondo aos soviéticos o que se chamou a "opção zero", inicialmente proposta pelo chanceler austríaco, Kreisker, ou seja, que seriam retirados da Europa Oriental os 270 mísseis nucleares soviéticos de alcance médio, os SS-20 — capazes de atingir qualquer país europeu — e os Estados Unidos renunciariam à decisão de instalar ali os 572 mísseis tipo *Pershing* e *Cruiser*. Essa proposta só poderia ser um passo à frente, no bojo de uma negociação global, pois de nada adiantaria retirar os mísseis da Europa, se os mesmos continuassem farejando as costas norte-americanas e russas, instalados nos navios, aviões e submarinos das duas superpotências.

A importância da proposta de Reagan é, no entanto, de caráter político. É o reconhecimento público das pressões européias e internacionais contrárias à corrida armamentista nos seus países, estimulada pela Casa Branca. Sem dúvida alguma é uma vitória dos milhões de homens e mulheres que na Europa estão nas ruas, exigindo o fim da corrida armamentista.

A possibilidade de que, a partir da proposta, se abram perspectivas de negociações nucleares globais, é positiva e seguramente será muito estimulada pelos governos europeus. No fundo, desde a sra. Thatcher ao sr. Mitterrand, todos os governantes europeus desejariam ver os seus territórios livres dos foguetes norte-americanos e garantidos, através de tratados diplomáticos, de eventuais represálias soviéticas.



No fundo, também a primeira-ministra Thatcher desejará ver a Europa livre dos foguetes norte-americanos



O plano do príncipe Fahd contém pontos positivos

Oriente Médio — O fato novo na área é o Plano de Paz do príncipe saudita Fahd (ver quadro). O plano contém pontos positivos. "Isoladamente, qualquer ponto que fosse aplicado seria positivo", nos disse um líder palestino no Kuait. "O problema é o que está por trás, pois conhecemos bem as relações da dinastia saudita com os Estados Unidos".



Com Reagan voltou o belicismo

Os países mais comprometidos com a resistência palestina — Argélia, Líbia, Iêmen do Sul, Iraque, Síria — não apoiam o plano. O fato de que nos Estados Unidos e Israel a iniciativa de Fahd tenha sido rechaçada, pode ser um pequeno saldo positivo para os árabes, ou seja, criar contradições, embora secundárias, entre Telavive e Washington, além de acentuar as diferenças entre Israel e a Europa Ocidental, quase toda partidária do plano.

O que está por trás do plano parece claro: tentar encaminhar pelo lado conservador uma saída para o problema palestino, procurando evitar a solução revolucionária que está sendo alimentada e consolidada pela guerra prolongada.

Os israelitas não modificaram sua linha de ação. Continuam

pressionando no Líbano e ocupando as terras árabes. O super-falcão ministro da Defesa, general Ariel Sharon, reagiu com a sua costumeira prepotência ao plano: "Os sauditas propuseram oito pontos, de modo que construiremos oito novos assentamentos (colônias judias em terras árabes) na Judeia e Samaria" (Cisjordânia ocupada).

Norte da África — A pressão nessa área é dirigida, prioritariamente, contra a Líbia. Além das manobras da VI Frota nas costas líbias (Operação "Estrela Brilhante"), o exército egípcio continua em alerta na fronteira líbia e as provocações sudanesas não cessam. Surgem novas revelações sobre os planos norte-americanos (um deles teria contado com a colaboração dos serviços secretos franceses, ao tempo do governo de Giscard d'Estaing) para assassinar o coronel Khadafi, que se converteu num alvo prioritário da agressão norte-americana.

"Operação Estrela Brilhante"

— Na prática, é um ensaio geral de desembarques. Grandes operações aeronavais e terrestres no Egito, Sudão, Omã e Somália. Em caso de uma "guerra nuclear" limitada à Europa ou de uma conflagração global, as forças armadas norte-americanas teriam ganho experiência para o projeto de ocupação do canal de Suez, dos poços de petróleo árabes e de transformação do Mediterrâneo numa base anti-soviética.

A recente vitória socialista na Grécia foi um novo obstáculo a esse projeto. "A presença norte-americana na zona do Mediterrâneo constitui uma fonte de tensão na área", declarou o novo primeiro-ministro grego, Andreas Papandreu.

Sáara — Outro ponto de tensão na área é o Sáara. Há sérias ameaças norte-americanas de desembarque na República Árabe Saarauí, para ajudar o rei do Marrocos e dominar militarmente a Frente Polisario. Um mem-

bro do governo dessa jovem República, embaixador no México, Bujari Ahmed, advertiu a respeito: "Isso seria afundar essa região em uma escalada de sangue e destruição".

Africa Austral — As agressões a Angola continuam. Os sistemáticos bombardeios aéreos sul-africanos estão destruindo a infra-estrutura econômica do sul do país. O governo racista de Botha tem sido estimulado pela "compreensão" ou o expresso apoio norte-americano.

América Central e Caribe — Todos os indícios diplomáticos e militares levam a crer que algo grave pode acontecer. Ocupação militar de El Salvador, incluindo áreas de Honduras e Guatemala, com a conivência dos governos antipopulares que dirigem esses países, bloqueio de Cuba e da Nicarágua, ou também agressão aberta a esses dois países (o assunto é tratado extensamente nesta edição). Depois de uma reunião de consultas e análises, da qual participaram os editores de *cuadernos del tercer mundo* no México e correspondentes em toda a região, foi transmitida à direção central da revista uma opinião final sobre o quadro político-estratégico da área: "A oposição do México e de países europeus, sobretudo França e Holanda, à aventura está complicando os planos de Reagan, que também não encontrou apoio expresso na América Latina, a não ser das ditaduras do Cone Sul. Há, no entanto, um perigo real de operações em ampla escala".

Oceano Índico — Enorme atividade da esquadra norte-americana na região. Aumentado o número de navios de guerra e aviões na base de Diego Garcia. As operações estão coordenadas com manobras navais no sudeste da Ásia, para pressionar o Vietnã.

A Índia formulou sérias advertências a propósito desse aceleramento de planos bélicos

na área e, particularmente, do rearmamento do Paquistão, um fator que dificulta qualquer acordo político no Afeganistão, visando à evacuação das tropas soviéticas.

Esse quadro é suficiente para demonstrar que há um projeto militarista impulsorado pelos Estados Unidos e que constitui uma grave ameaça à paz mundial. O pretexto é o mesmo: a contenção do "perigo soviético". A realidade é outra: a decisão do governo Reagan de restaurar o prestígio dos Estados Unidos e a sua decrescente hegemonia no mundo — incluindo a área econômica — através de demonstrações de força, de agressões, ameaças militares e até de complôs e assassinatos, como é o caso da conspiração para matar o coronel Khadafi.

O "Plano Fahd"

1. Retirada de Israel de todos os territórios árabes ocupados em 1967, inclusive da cidade de Jerusalém.

2. Desmantelamento de todas as colônias criadas por Israel nos territórios ocupados depois de 1967.

3. Garantia a todas as religiões de poder, em todos os lugares santos, oficiar seus próprios ritos em plena liberdade.

4. Reconhecimento do direito do povo palestino de retornar à sua pátria e indenização para aqueles que não quiserem retornar.

5. Tutela das Nações Unidas sobre a Cisjordânia por vários meses.

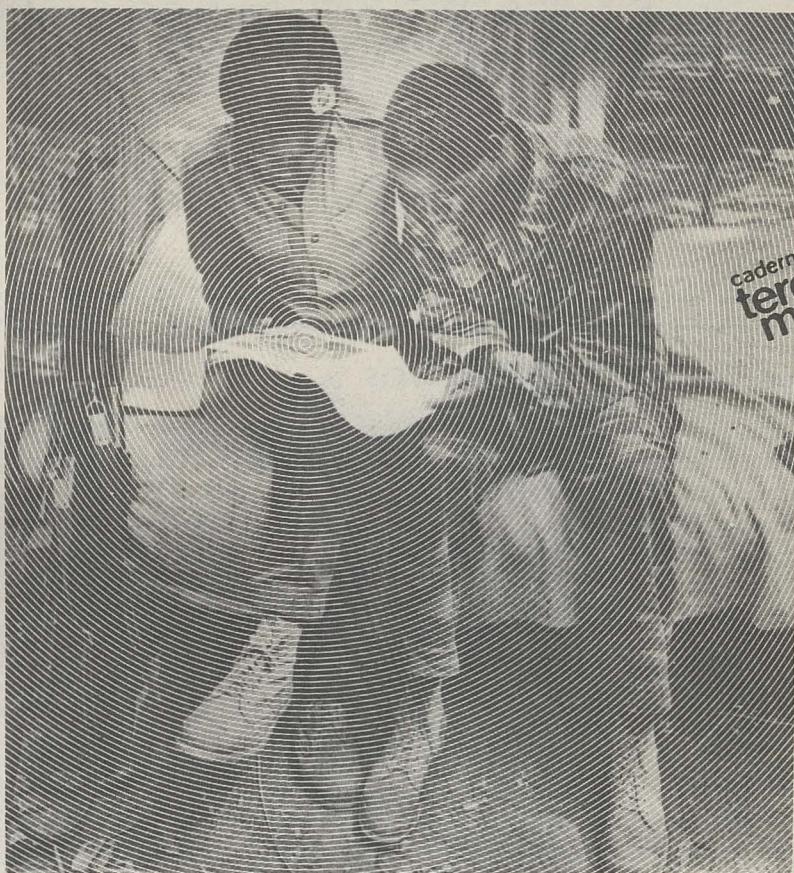
6. Criação de um Estado Palestino tendo Jerusalém como capital.

7. Reconhecimento de que todos os Estados da região têm direito a viver em paz e com suas fronteiras asseguradas.

8. Garantia das Nações Unidas, ou dos seus Estados membros, de que estes princípios serão aplicados.

GRANDE PROMOÇÃO

editora terceiro mundo Itda.



cadernos do
terceiro
mundo

Adquira a coleção encadernada da edição brasileira dos cadernos, do nº 24 ao 29, o guia do terceiro mundo edição 1981 e faça uma assinatura da nossa revista.

Envie-nos diretamente o seu pedido, preenchendo o cupom no verso, acompanhado de cheque ou vale postal e endereçando-o à:

editora terceiro mundo Itda

*Rua da Glória, 122 – Gr. 105
20241 – Rio de Janeiro – RJ*

Remeto o: cheque no valor de Cr\$ referente a:
 vale postal

- Uma assinatura anual da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 1700,00
 Uma assinatura semestral da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 900,00
 Um exemplar do **guião do terceiro mundo** versão 1981 no valor de Cr\$ 800,00
 Um volume encadernado em *percaline* linho verde das edições brasileiras dos **cadernos**, do nº 24 ao 29, no valor de Cr\$ 1.400,00 + porte postal

Nome:

Endereço:

Cidade: Estado:

CEP:

Remeto o: cheque no valor de Cr\$ referente a:
 vale postal

- Uma assinatura anual da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 1.700,00
 Uma assinatura semestral da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 900,00
 Um exemplar do **guião do terceiro mundo** versão 1981 no valor de Cr\$ 800,00
 Um volume encadernado em *percaline* linho verde das edições brasileiras dos **cadernos**, do nº 24 ao 29, no valor de Cr\$ 1.400,00 + porte postal

Nome:

Endereço:

Cidade: Estado:

CEP:

Remeto o: cheque no valor de Cr\$ referente a:
 vale postal

- Uma assinatura anual da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 1.700,00
 Uma assinatura semestral da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 900,00
 Um exemplar do **guião do terceiro mundo** versão 1981 no valor de Cr\$ 800,00
 Um volume encadernado em *percaline* linho verde das edições brasileiras dos **cadernos**, do nº 24 ao 29, no valor de Cr\$ 1.400,00 + porte postal

Nome:

Endereço:

Cidade: Estado:

CEP:

Os moros anunciam um governo provisório

Após uma guerra quase desconhecida, mas que já dura 400 anos, os bangsa-moros se preparam para proclamar a República, organizando as bases populares e redigindo uma Constituição

Beatriz Bissio



Os comandos guerrilheiros controlam boa parte do território em que vivem. Este comando foi fotografado logo após destruir um tanque filipino. O chefe do grupo se chama Khadafi e integra o Estado-Maior da guerrilha, cujo presidente é Nur Misuari, na foto embaixo

"Todos os dias há combates. Nossa luta não aparece nos meios de comunicação internacionais, mas existe e avança. Temos áreas libertadas na maior parte do nosso território e a população está organizada em células políticas e militares, orientadas pela FMLN".

Nur Misuari, presidente da Frente Mora de Libertação Nacional, iniciou sua entrevista a *cadernos do terceiro mundo* com essa declaração sobre a luta do povo moro (islâmico) contra a dominação filipina.

Esta talvez seja uma das causas mais ignoradas no mundo. A imprensa identifica muitas vezes a Frente Mora como mais uma organização armada da oposição ao regime de Ferdinand Marcos nas Filipinas. No entanto, Nur Misuari explica que a FMLN diferencia-se nitidamente dos opositores internos de Marcos, mesmo os armados, porque o seu objetivo é a independência de sua pátria.

A FMLN foi fundada em 1968, e desde então luta pela autodeterminação e independência do arquipélago que eles chamam de "Pátria Bangsa-Mora".

"Nossa pátria — afirma Misuari — foi incorporada ao território das Filipinas graças a um acordo assinado pelos EUA, um ano de-

pois do fim da Segunda Guerra Mundial, através do qual os colonialistas norte-americanos outorgaram a independência aos filipinos."

Nasce a Frente de Libertação

"Como somos uma nação diferente e independente das outras da área, organizamo-nos como Frente de Libertação Nacional. A existência de um movimento revolucionário não é senão uma reação à opressão e ao poder colonial". Para Nur Misuari, a fundação da Frente Mora de Libertação Nacional é consequência direta de um massacre onde perderam a vida centenas de jovens moros, em Corregidor, em março de 1968. Depois dos incidentes, todos os territórios reivindicados pelos moros entraram em convulsão. A inquietação chegou mesmo à comunidade muçulmana de Manila.

"Alguns desses jovens patriotas foram sumariamente executados. Outros foram transportados para Legaspe e daí foram levados em helicópteros para aquilo que as autoridades filipinas chamaram de 'enterro no mar': com ferros amarrados aos pés, foram jogados vivos em pleno oceano".

"Houve felizmente alguns sobreviventes que denunciaram o massacre. O próprio Benigno Aquino, do Partido para o Poder Popular (Laban), a oposição legal nas Filipinas, denunciou o caso a tempo de evitar que outros jovens moros fossem assassinados. Quando esse assunto chegou ao Congresso filipino, organizamos manifestações de protesto. Ficamos acampados durante quatro dias e quatro noites no Parque da Liberdade (assim chamado por ironia da ditadura filipina), diante do Palácio Malakal, onde funciona o Congresso. Os protestos continuaram, mas Marcos negou-se a nos ouvir".

"Ao contrário — prossegue o dirigente moro — para nos insul-



Nas áreas libertadas existem até hospitais para a população

tar, premiou com promoções os oficiais que participaram do ato". "Nessa época, eu dava aulas de Política Internacional na Universidade das Filipinas", prossegue Misuari. "As promoções dos assassinos de nossa gente nos convenceram de que, com manifestações pacíficas, nunca veríamos a justiça chegar. Abandonei a Universidade, e o mesmo fizeram centenas de estudantes secundários e universitários bangsa-moros. Uniram-se a nós às centenas, aos milhares. Chegara o momento de lutar pelos nossos direitos nacionais por outros métodos".

Dessa maneira, a 18 de março de 1968, foi fundada a Frente

Mora de Libertação Nacional, e Nur Misuari foi designado para exercer a Presidência.

Áreas libertadas

A FMLN reivindica ser a herdeira das lutas seculares do povo bangsa-moro por sua autodeterminação. "Todos os dias há combates importantes. O regime filipino impõe um forte bloqueio informativo sobre a nossa luta, mas não pode impedir que cresçamos a cada dia que passa", afirma Misuari.

Segundo suas declarações, a FMLN já controla a maior parte do território bangsa-moro: "As

UM ARQUIPÉLAGO RICO EM PETRÓLEO

O arquipélago bangsa-moro compõe-se de centenas de ilhas de diversos tamanhos, mas que formam uma unidade, no sul da atual Filipinas. A maioria dessas ilhas são habitadas e economicamente viáveis, por suas terras férteis e riquezas minerais (ferro, cobre, prata, ouro). As principais ilhas do arquipélago são: Mindanao, Basilan, Sulu (Lupah Sug e Tawi-Tawi) e Palawan. O mar Sulu, cercado pelas ilhas, é um inesgotável potencial de recursos marítimos. A área do arquipélago é de 115 mil quilômetros quadrados, com quase 90% de terras férteis. Todo petróleo extraído atualmente nas Filipinas está localizado na ilha de Palawan, reivindicada pelo povo bangsa-moro. São extraídos atualmente entre 40 e 60 mil barris diários.

O arquipélago está separado da República do Vietnã, a oeste, pelo mar da China. A leste está o oceano Pacífico e ao sul, o mar de Celebes separa o arquipélago da Indonésia e Malásia (a ilha de Bornéu). Somente uma pequena faixa de água separa Bornéu da terra bangsa-mora, e é nessa ilha que, historicamente, os exilados e refugiados políticos moros procuram asilo.

Ao norte do arquipélago está a cadeia de ilhas conhecida como Visayas, que fizeram parte do império indonésio Sri-Visayo. Mais ao norte está Luzón. As Visayas e Luzón foram as primei-

ras regiões a fazer parte das Filipinas, colonizadas pelos espanhóis durante mais de três séculos e pelos norte-americanos por quase cinco décadas.

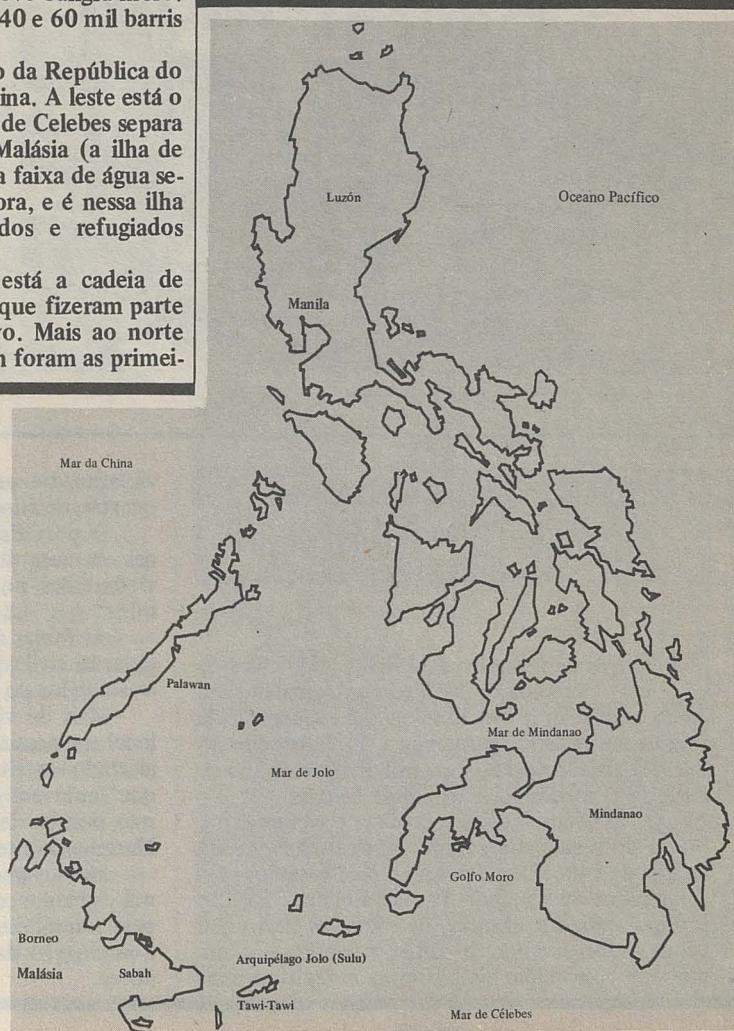
Quanto à população, uma estimativa da Frente Mora de Libertação Nacional assinala que há na pátria bangsa-mora 10 milhões de habitantes. Desses, dois milhões e meio seriam colonos filipinos; seis milhões seriam moros muçulmanos, e um milhão e meio de moros cristãos ou não muçulmanos. Há, além disso, alguns milhares de estrangeiros que residem nas ilhas, vinculados a atividades econômicas e às transnacionais.

O Produto Nacional Bruto da pátria bangsa-mora é avaliado em 2,5 milhões de dólares norte-americanos, sem contar o comércio invisível entre o povo moro e o estado de Saba, da Federação da Malásia.



As Filipinas estão compostas de três regiões: ao norte, Luzón; ao centro as ilhas Visayas (que faziam parte do antigo Império Indonésio) e ao sul a terra dos moros: Mindanao, Palawan e Sulu (Tawi-Tawi).

Estas últimas são as ilhas reivindicadas pela Frente Mora de Libertação Nacional



sim o comprovaram jornalistas que vieram da Bélgica, França, Grã-Bretanha, Japão e outros países ocidentais". Se os moros não difundiram melhor sua luta, isso se deve, na opinião de Misuari, ao fato de que durante longos períodos de cada ano as zonas libertadas são de difícil acesso. Por outro lado, as contí-

nuas ofensivas das forças armadas filipinas — que usam produtos químicos como o *napalm* e o fósforo branco nos bombardeios que executam — também tornam altamente perigosas as visitas de jornalistas em missões.

O presidente da FMLN afirma que "as dificuldades inerentes à guerra, aos massacres, às destrui-

ções, fizeram com que até agora a principal atividade da Frente estivesse voltada para a própria luta". No entanto, já se atingiu uma etapa de desenvolvimento e organização popular que permite passar a uma ofensiva diplomática e política no exterior.

Como organizam a população civil?, perguntamos.

Misuari nos explica que a Frente Mora de Libertação Nacional tem uma estrutura piramidal, com um comitê central no vértice, e a seguir os comitês provinciais, municipais e de bairro.

Cada comitê tem sua estrutura militar. Existe assim um exército provincial, um municipal e outro local. Também há grupos de milicianos, com atividades paramilitares e um destacamento feminino no exército.

Pela República

A FMLN começou a organizar estruturas institucionais que, uma vez todo o território libertado, "servirão de base para a organização da República Bangsa-Mora". Em 1977, os comitês elegeram o Parlamento Nacional,



A Força Aérea das Filipinas usa *napalm* contra povoados moros

O MASSACRE DA ILHA DE PATA

□ No mês de fevereiro de 1981, pouco antes da visita do Papa, o bloqueio informativo imposto pelo regime das Filipinas foi superado pela magnitude de um massacre, e o mundo pôde intuir-se da morte de cinco mil pessoas na ilha de Pata, assassinadas pelas tropas de Marcos.

O "incidente" começou quando as forças militares do regime apoderaram-se de uma mesquita na ilha de Pata e converteram-na em casa dos cães amestrados do batalhão. Para completar o insulto à população muçulmana, os soldados detiveram o imã e obrigaram-no a comer a comida dos animais, o que, além da afronta, constituía uma

violação dos preceitos religiosos muçulmanos em questão de alimentação.

Depois disso, os soldados urinaram nas paredes da mesquita e raptaram mulheres, que foram violentadas no local sagrado da população islâmica.

As forças da FMLN foram chamadas pela população civil, que juntou-se a elas para enfrentar os soldados do regime filipino.

Mais de vinte navios foram enviados para o local na ocasião da rebelião, quando Marcos foi alertado da situação existente. Centenas de civis que tentavam fugir do massacre em barcaças foram bombardeados pelos canhões dos navios da Marinha de guerra filipina.

Marcos anunciou oficialmente o envio de 15 mil soldados como reforços das tropas sitiadas pela população. Estes 15 mil homens superavam a população da pequena ilha habitada por pescadores.

instância superior dos congressos provinciais, que existiam até então. "Todas essas instituições são controladas diretamente pelas bases", afirma Misuari. O Parlamento Nacional bangsa-moro já redigiu a lei fundamental do novo Estado. "Quando essa Constituição for aprovada — explica Misuari — instalaremos um governo provisório".

Perguntado sobre suas posições ideológicas, o presidente da FMLN respondeu: "Somos no momento uma Frente de Liber-

tação Nacional. Não temos definição sobre a organização futura do Estado, nem sobre ideologias. Mas a experiência histórica permite-nos predizer algumas coisas: as massas não têm lugar no capitalismo".

Apoio internacional

A Frente Mora de Libertação Nacional é membro observador da Conferência Islâmica. O direito do povo bangsa-moro à independência já foi reconhecido ofi-

cialmente pelo Irã, Síria, Somália e pela OLP, e espera-se que haja pronunciamentos similares de outras nações muçulmanas. "Para isso estamos aumentando nossa atividade diplomática e política no exterior".

A Conferência Islâmica interveio "para evitar o genocídio do povo moro", intercedendo pela autodeterminação das províncias muçulmanas junto ao regime filipino. "Por enquanto, a Conferência Islâmica reivindica nossa autonomia, mas não a nossa in-



"O coronel Fabián, do 31º Batalhão de Infantaria, e o general Batista foram assassinados pela população. Somente três soldados conseguiram escapar. Batista era o general mais brilhante do exército filipino e pertencia à IV Divisão", afirma Misuari. Os próprios enviados por Fernando Marcos dão a cifra de cinco mil civis mortos no massacre. E a ilha foi pulverizada pelas bombas, segundo testemunhos dos próprios soldados.

Perto de 10 mil civis, praticamente toda a população da ilha que conseguiu sobreviver, procuraram refúgio nas colinas selváticas de Pata, preferindo a fome a morrer nas mãos do exército.

Em fins de março, o regime de Marcos ainda mantinha a ilha cercada pela Marinha e controlada pela Força Aérea. Teme-se que a população civil tenha morrido de fome nas colinas. Desde então, há um completo bloqueio informativo sobre a situação da ilha de Pata.





Este sexagenário, Maas Jimlan, luta desde a invasão japonesa na II Guerra Mundial

dependência. Nós aceitamos isso como um primeiro passo", disse Nur Misuari.

Na prática, essa medida revelou-se insuficiente. Em dezembro de 1968 foi assinado o Acordo de Trípoli entre o governo filipino e a FMLN, estipulando a autonomia para a maior parte do território reivindicado pela Frente. Mas o presidente Ferdinando Marcos negou-se a cumprir o combinado e, em março de 1980, o ministro filipino de Relações Exteriores, Manuel Collantes, anunciou publicamente que não reconhecia mais a validade do acordado na capital líbia.

"Participamos, então, na reunião da Conferência Islâmica do início de 1981 para anunciar nossa determinação de retomar a bandeira da independência, já que os fatos demonstraram que a proposta de autonomia não é viável", afirma Misuari.

Em junho de 1981, a Conferência Islâmica voltou a se reunir em Bagdá. A declaração final pediu à Comissão Ministerial Quadruplicada (o "Comitê dos Quatro") que redigisse uma nova resolução sobre o caso do povo bangsa-moro, sobre as bases do Acordo de Trípoli.

TRÊS SÉCULOS DE LUTA PELA AUTONOMIA

□ A guerra dos bangsa-moros pela sua independência tem mais de 300 anos. Eles começaram a lutar no século XVI quando o colonizador espanhol Legaspe invadiu e ocupou duas das três partes que formam o atual arquipélago filipino. Legaspe tentou dominar também a parte sul, habitada pelos bangsa-moros, que eram fiéis ao islamismo, ao contrário do centro e do norte que tinham sido convertidos à força ao cristianismo pelos colonizadores espanhóis.

Antes de Legaspe, o navegador português Fernão de Magalhães, a serviço da Espanha, ten-

tara se instalar no arquipélago filipino, em 1531, sem conseguir êxito. Magalhães foi morto, seus soldados eliminados e apenas um grupo de sobreviventes conseguiu regressar à Espanha. Na época, os moros dominavam os mares ao redor das ilhas de Mindanao, Palawan e Sulu, área onde os navios ocidentais não podiam navegar sem autorização.

As tentativas da Espanha de ocupar a parte habitada pelos bangsa-moros deflagraram uma guerra que durou até 1898. Os espanhóis tinham o controle do norte e do centro, mas nunca conseguiram submeter os rebeldes bangsa-moros. Esta situação prevaleceu até o final do século passado, quando a Espanha, esgotada militar e economicamente, resolveu vender o arquipélago filipino aos Estados Unidos por vinte milhões de dólares. E os moros foram incluídos arbitraria-



Embora jovens, estes guerrilheiros já são veteranos numa guerra de libertação que começou no século XVIII

mente na transação, mesmo não sendo dominados pela Espanha.

Os norte-americanos, bem mais fortes militarmente, conseguiram aquilo que os espanhóis nunca haviam alcançado: a dominação total dos moros. Mas estes continuaram lutando até o final da década de 30, quando as forças dos EUA foram obrigadas a abandonar Mindanao. Antes de ir embora, o general Douglas MacArthur, na época comandante das tropas norte-americanas, prometeu solenemente: "Hei de voltar".

Mas antes que ele pudesse cumprir a sua promessa chegaram os japoneses. A trégua dos moros durou muito pouco, porque meses depois da saída de MacArthur, eles já estavam lutando outra vez contra invasores estrangeiros. Na resistência contra os japoneses, os moros receberam ajuda

militar dos EUA, que na época procuravam usá-los contra um inimigo comum.

Mas em 1945, quando o Império Nipônico foi derrotado e MacArthur conseguiu voltar finalmente a Mindanao, ele não veio reconhecer o direito dos moros à independência — conquistado na dura luta contra os japoneses — mas sim dizer que as ilhas voltariam ao domínio norte-americano. A boa fé dos bangsa-moros fora traída mais uma vez. E não seria a última. Em 1946, os EUA outorgaram a independência às Filipinas, transferindo para o novo país a tutela sobre Mindanao, Palawan e Sulu.

Foi o começo da fase atual da luta de libertação, que teve seu ponto mais dramático em 1968, durante o massacre de Corregidor, que deu origem à fundação da Frente Mórta de Libertação Nacional.



A guerra contra o regime filipino já custou aos bangsa-moros 100 mil mortos e 300 mil feridos

"Como o Comitê Central da FMLN já havia decidido lutar por nossa independência — explica o líder moro — deram-nos um prazo de três meses para consultarmos as bases sobre a sua disposição de voltar a negociar com o regime filipino a autonomia reconhecida no Acordo de Trípoli. Encontrei-me recentemente com o secretário-geral da Conferência, Habib Chatti, e concordamos em aumentar o prazo para terminar esse debate popular. Enquanto isso, continuamos a

reivindicar a independência total".

Todos contra Marcos

— Qual é o custo social dessa guerra?

— Calculamos, extra-oficialmente, que existam uns 300 mil refugiados bangsa-moros na província de Sabah, na Malásia. Temos 100 mil mortos e mais de 300 mil feridos; milhares de al-

deias completamente destruídas, centenas de mesquitas incendiadas e bombardeadas; escolas, hospitais, mercados e casas arrasados; sistemas de água contaminados com produtos químicos venenosos; animais dizimados e a vegetação e as terras das ilhas seriamente afetadas pelo napalm e pelo fósforo branco.

Para o regime filipino, o custo da guerra fez aumentar a dívida externa (9,4 milhões de dólares em 1979) e a economia do arquipélago entrou em recessão. A de-

cisão dos países islâmicos (particularmente o Irã, que era um dos seus principais abastecedores) de boicotar a venda de petróleo às Filipinas piora a situação de Marcos e, indiretamente, favorece a luta dos grupos opositores: "Nas ilhas Visayas e em Luzón foram libertadas extensas áreas pelos grupos armados da oposição, e em outras regiões as tropas de Marcos têm crescentes dificuldades para dominar a situação. Manila é um verdadeiro paio de pólvora. A desintegração do regime é somente uma questão de tempo".

Para Misuari, o fim do regime de Marcos marcará o início de uma etapa decisiva para a pátria bangsa-mora: "Entre os opositores há movimentos revolucionários, e, como tais, deverão cumprir sua palavra de respeitar nossa independência nacional. Com um regime progressista nas Filipinas, que analise a situação em bases realistas, o povo moro alcançará rapidamente seus objetivos", declarou.

A Frente Democrática Nacional, integrada pelo Partido Comunista Filipino e pelo Novo Exército Popular, tem um programa de 10 pontos que incluem o reconhecimento do direito dos bangsa-moros à autodeterminação. "Isso significa — comenta Misuari, — que poderemos estabelecer relações amistosas entre nossas duas nações (Filipinas e a República Bangsa-Mora) quando estivermos no poder, em vez de debilitarmo-nos mutuamente em confrontos". No seu entender, essa unidade revolucionária é muito importante, já que "não somente enfrentamos o regime de Marcos, mas também o imperialismo norte-americano, as transnacionais e o Japão, que fornecem a Manila todos os tipos de armamento e assistência. Esta guerra atual é a continuação da luta de 400 anos contra o colonialismo. É uma guerra antiimperialista, de libertação nacional". □



Os moros acham que só terão a liberdade após a queda de Marcos



*A guerra de libertação dos moros é uma das menos conhecidas em todo o mundo. Mas nem por isto deixa de ser uma guerra trágica. Ela já mudou violentamente a vida de quase um milhão de pessoas.
O silêncio sobre a luta dos moros é uma consequência do bloqueio informativo imposto pelas Filipinas*



E agora a “bomba C”

Durante 40 anos, as transnacionais da alimentação formaram um núcleo mais fechado e poderoso do que as “sete irmãs” do petróleo. Elas conseguiram moldar toda a agricultura não socialista do mundo de acordo com seus planos. Mas agora o esquema começa a entrar em crise porque gerou um número tão grande de famintos que a situação ameaça se tornar incontrolável. Até a CIA já entrou na questão, que a nível diplomático já está sendo tratada como a Bomba C, a bomba da comida

Carlos Castilho

A Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA) intensificou nos últimos meses seu envolvimento com um tema que aparentemente não tem nada a ver com as tarefas “normais” da organização, e que lhe deram uma triste fama internacional. O novo objetivo da CIA é a alimentação, conforme denúncia publicada pelo jornal mexicano *Excelsior* e confirmada pela revista norte-americana *Counter Spy*, especializada em atividades de espionagem.

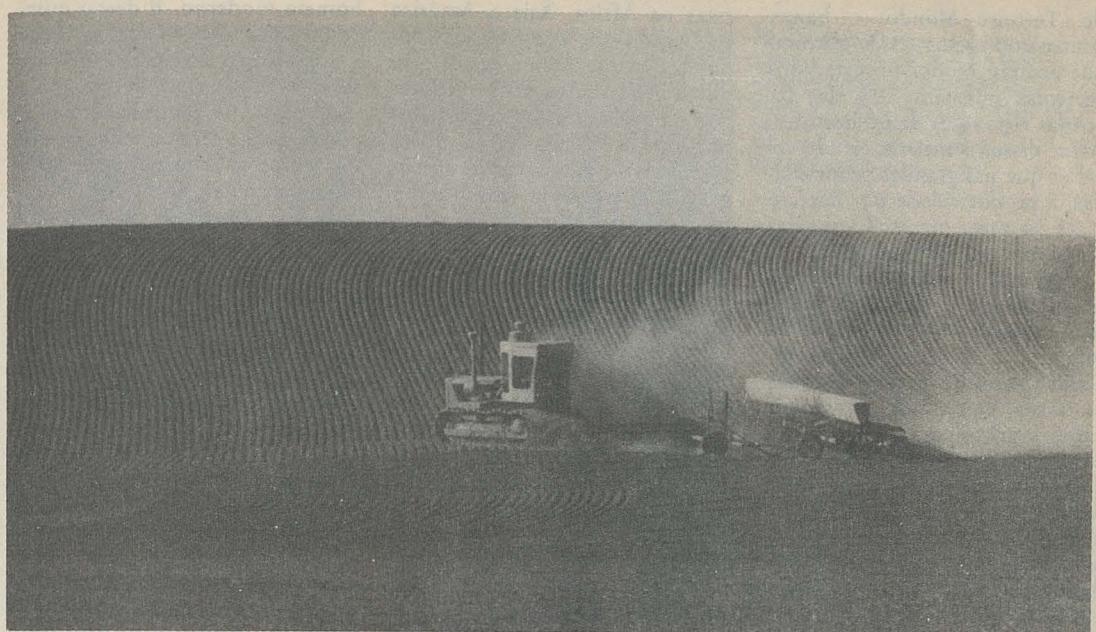
De acordo com as denúncias, o serviço secreto norte-americano estaria preocupado em conhecer detalhes da situação agrícola e alimentar em países como México, Brasil, Índia, Cuba, Coréia e Paquistão. Embora não existam referências concretas, o novo objetivo da CIA segue no entanto as linhas gerais do chamado Documento de Santa Fé, onde, entre outras coisas, um grupo de assessores do presidente Ronald Reagan defende a intensificação da “comida como arma” para reforçar a hegemonia norte-americana no mundo.



O problema da alimentação mundial já ganhou até um apelido nos meios diplomáticos mundiais — a Bomba C (comida) — passando a figurar no mesmo nível de periculosidade de suas congêneres A (atômica), H (hidrogênio) e N (nêutrons). Só que ao contrário das três últimas, a Bomba “C” já está matando pelo

menos dois milhões de seres por ano, segundo cálculos da FAO (Organização Mundial para a Agricultura e Alimentação). E os efeitos destruidores da nova arma no arsenal norte-americano não param aí.

Segundo a mesma FAO, 450 milhões de seres humanos passam fome no mundo atualmente.



A mecanização irracional provocou um desemprego de 30 a 60% na mão-de-obra rural dos países do Terceiro Mundo

Oitenta e cinco por cento da população do Terceiro Mundo está desnutrida e carente de proteínas. No ano passado houve uma queda de 65 milhões de toneladas no total de alimentos produzidos em todo mundo, obrigando 25 países a importar quase 30 milhões de toneladas de comida para evitar a fome em massa. Em 1981, houve nova queda na produção mundial de alimentos e o número de países que foram obrigados a pedir socorro internacional subiu para 30.

Até agora a explicação oficial dada pelos países ricos para o surgimento da Bomba C era a combinação da falta de comida e escassez de terras, com o crescimento da população mundial. Não haveria assim nenhuma responsabilidade da Europa e dos Estados Unidos nesta situação catastrófica. Mas a realidade parece ser bastante diferente. Não só haveria comida suficiente para alimentar, e bem, toda a humanidade, mesmo no ritmo atual de crescimento populacional, como também os responsáveis pela

montagem da nova arma seriam justamente os europeus e norte-americanos.

Existe comida para todos

Segundo os autores do livro *Food First* ("A Comida Primeiro"), se todos os alimentos existentes no mundo fossem distribuídos racionalmente, cada ser humano teria a sua disposição um quilo de cereais por dia, o equivalente a quase três mil calorias. É mais ou menos isto que ingerem por dia os povos mais bem alimentados do mundo. A estimativa não inclui, no entanto, outros alimentos nutritivos consumidos por europeus e norte-americanos como leguminosas, frutas, vegetais e carne.

Frances Moore Lappé e Joseph Collins, os autores do livro, tomaram como base para seus cálculos o Anuário de Produção Agrícola editado pela FAO. Segundo eles, a escassez mundial de comida é um mito, porque na verdade o problema é de distribuição desigual de alimentos provocada pela implantação de

um sistema produtivo internacional, orientado por um reduzido número de conglomerados transnacionais, cujo principal objetivo é a rentabilidade.

No momento, cerca de meio bilhão de seres humanos consomem diariamente menos de 1.500 calorias, o índice mínimo para a sobrevivência. Em sua maior parte, estes famintos vivem na África, Extremo Oriente e América Latina, justamente as regiões do globo terrestre onde existe mais terra disponível para a agricultura.

Um estudo recente da Universidade de Iowa, nos Estados Unidos, mostrou que apenas 44% de todas as terras cultiváveis do mundo estão sendo usadas na produção de alimentos. No caso da África e América Latina, o relatório Rockefeller, apresentado em 1977, afirma que a área cultivada é menos do que 20% do total disponível. Os responsáveis por este desequilíbrio foram apontados pelo Banco Mundial, no estudo *The Assault on World Poverty* (1975). Após estudar a produção agrícola de 83 países

do Terceiro Mundo, o banco controlado pelos EUA afirmou que apenas 3% dos proprietários agrícolas possuem 79% das fazendas com mais de 60 hectares. Além disso, o mesmo estudo revelou que nas grandes propriedades, a produtividade por hectare é até 14 vezes menor do que nas pequenas unidades agrícolas.

Segundo a FAO o problema não é apenas o desuso da terra, mas também a má utilização da mesma. Na América Central e no Caribe, cerca de metade de todas as áreas cultiváveis produzem carne e grãos para a exportação em lugar do consumo local. O Departamento de Agricultura dos EUA revelou em 1975 que 36 dos 40 países mais pobres do mundo exportavam produtos agrícolas para o mercado norte-americano, ao mesmo tempo em que internamente enfrentavam situações críticas de fome e desnutrição.

Na África, as exportações agrícolas dos países situados no deserto de Sahel para a Europa aumentaram no final da década de 60 e começo da de 70, quando era mais intensa a seca na região. O Mali, um dos países africanos mais afetados pela falta de chuvas, aumentou as exportações de amendoim em 50% e a de algodão em 100% entre 1965 e 1972.

Na América Latina, a maior parte da colheita mexicana de grãos é usada para alimentar o gado em vez de ser consumida pela população pobre. E no Brasil, de acordo com o Departamento de Agricultura dos EUA dados de 1978, um terço da produção de milho foi transformada em ração animal.

Todas estas violentas distorções no sistema mundial de produção de alimentos foram provocadas pela ação das empresas transnacionais, que resolveram "especializar" determinados países na produção de determinados alimentos. Para elas, a terra e a mão-de-obra são muito mais ba-

ratas na África, Ásia e América Latina, do que nos Estados Unidos e Europa. Assim, certos produtos consumidos no hemisfério norte passaram a ser importados por preços entre 200 a 400% mais baixos, aumentando a margem de lucro na mesma proporção, porque não houve queda sensível nos preços ao consumidor europeu ou norte-americano.

A Fazenda Global

O grande objetivo das cinco empresas transnacionais que controlam 85% da alimentação mundial é criar o que eufemisticamente passou a ser conhecido entre os economistas como Fazenda Global. Isto é, os países pobres passaram a produzir para o mercado dos ricos, seguindo uma estratégia internacional, onde as decisões sobre o que um país africano ou asiático vai produzir são tomadas em Nova Iorque, Londres ou Amsterdam, sem levar em conta o que os habitantes da nação exportadora vão comer.

As elites governantes na América Latina, Ásia e África aceitaram de bom grado o esquema proposto pelas transnacionais há quase 30 anos, porque ele garantia bons lucros para os fazendeiros e exportadores locais. Os lucros eram infinitamente menores do que os das transnacionais, mas representavam a possibilidade de preservar o controle político. Assim a sugestão de especializar os cultivos, reduzindo a variedade de alimentos plantados, foi posta em prática rapidamente.

Em meados do século passado, cultivava-se no mundo cerca de três mil espécies vegetais, que em 90% dos países eram consumidas localmente, sem que houvessem registros de mortandade pela fome e desnutrição. Hoje, os técnicos da FAO afirmam que apenas 15 espécies vegetais garantem o fornecimento de 90% dos alimentos consumidos pelo

homem moderno. E destas quinze espécies, o trigo, milho, arroz e soja fornecem quase 68% do total da produção mundial.

O esquema centralizador proposto pelas transnacionais foi um golpe mortal na agricultura de subsistência. Com isto, a população pobre do interior foi obrigada a entrar no mercado de compra e venda de alimentos, onde os preços são controlados pelas bolsas de Londres e Chicago. Assim, países como El Salvador, Honduras, Costa Rica e Guatemala passaram a produzir pepinos e frutas para o mercado norte-americano. As exportações "não tradicionais" destes países passaram de US\$ 40 milhões em 1972 para US\$ 210 milhões em 1980, e hoje já ocupam quase 20% da área total cultivada. Só que, segundo o livro *World Agribusiness*, escrito por Ray Goldberg (1974), quase 65% destas exportações não tradicionais, oriundas da América Central, vão para o lixo ou servem para alimentar cães e gatos nos Estados Unidos, porque o mercado local fica periodicamente saturado destes produtos. Em El Salvador, Guatemala, Costa Rica e Honduras, o camponês pobre não tem o que comer.

No México, cinco firmas norte-americanas invadiram a agricultura local com créditos fáceis para produzir morangos, que os nova-iorquinos comem, em pleno inverno. Áreas enormes foram transformadas em canteiros, enquanto eram abandonados cultivos como milho e feijão. E os plantadores mexicanos sequer têm acesso às mudas. Elas vêm direto dos EUA, que controlam assim a economia de pelo menos 400 mil mexicanos cuja vida depende das plantações de morango.

No Senegal, um país submetido à fome e secas crônicas, um jato Jumbo parte três vezes por semana para a Europa carregado de morangos, melões, tomates, pálrica e vagem verde. De Ban-



Muitos países pobres abandonaram a agricultura diversificada e passaram à monocultura. O resultado foi a fome, porque os produtos exportados caíram de preço, enquanto os alimentos importados ficaram absurdamente mais caros

gladesh, os europeus importam largas quantidades de sorgo para alimentar as vacas do Mercado Comum, enquanto exportam trigo e arroz para matar a fome de milhares de bengalis.

Os pecuaristas da Costa Rica exportaram, em 1975, cerca de 120 mil toneladas de carne para os Estados Unidos, enquanto o consumo local caía em 40%. E na Colômbia, a empresa norte-americana *Ralston Purina* montou um vasto complexo para a criação de galinhas e produção de ovos. Em dez anos, a área cultivada com feijão e milho ficou seis vezes menor, sendo ocupada com plantios destinados à fabricação de rações avícolas. Hoje, a Colômbia é um dos maiores exportadores de ovos do hemisfério, mas, em compensação, um quarto da população paga pela dúzia de ovos, mais do que uma semana de salário, ou seja doze vezes mais do que antes da chegada da *Ralston Purina*.

Chicago decide quem come

Ao aceitarem o esquema da especialização agrícola, os países do Terceiro Mundo se tornaram ainda mais dependentes da Europa e Estados Unidos. Os preços dos principais produtos de ex-



portação oscilam em função das cotações das bolsas de Londres e Chicago. Aí, a especulação e o lucro são as leis máximas. Assim, um país que resolve plantar feijão, por exemplo, quando o preço está alto, descobre que este mesmo preço caiu na colheita devido à superprodução, porque muitos outros resolveram fazer a mesma coisa. O funcionamento do mercado passou também a ser monopólio de uns poucos especialistas que manipulam informações e tendências, enquanto a totalidade dos produtores são marginalizados e impotentes diante do jogo das cotações. Resultado, deixa-se de produzir alimentos para o consumo local,

“apostando” em lucros futuros no mercado internacional. Alguns têm êxito, mas segundo a FAO 2/3 dos países pobres exportadores de grãos perdem sempre, em Chicago.

Assim, os que já tinham pouca comida, ficam em situação pior ainda porque não têm dinheiro para importar o que deixaram de cultivar. O Mali é um caso típico na África. O rebanho local era de 600 mil cabeças em 1955, quando a carne entrou em alta no mercado mundial. Os criadores malianos, estimulados por créditos externos, investiram firme, e o rebanho passou a sete milhões de cabeças em oito anos. Nos anos 70 a carne entrou em

baixa e os prejuízos se acumularam. Mas o pior aconteceu no momento em que o Mali começou a enfrentar uma longa seca. Quando o rebanho era pequeno, os poços de água eram suficientes para o gado. A vegetação também sobrevivia à seca periódica. De repente, sete milhões de bois e vacas se aglomeraram em torno destes mesmos poços de água. Resultado: mortandade maciça e destruição total da cobertura vegetal. Os bois comeram até as raízes da grama e o que sobrou foi terra árida, perdida para sempre para a agricultura.

A especialização agrícola teve também duas outras trágicas consequências muito pouco mencionadas na imprensa mundial: o mito da mecanização agrícola e a dependência mundial das sementes. Os tratores e colheitadeiras são uma espécie de símbolo do progresso e desenvolvimento. No entanto, de 30 a 60% da mão-de-obra rural nos países pobres perdeu seus empregos com a chegada das máquinas nos últimos 40 anos. Desemprego significa ausência de salário, e sem salário não se pode comprar comida em países onde a agricultura de subsistência passou a ser estigmatizada como retrógrada. E pior, ficou provado que a mecanização é ineficiente em muitos lugares. Na Índia, por exemplo, os técnicos chegaram à conclusão de que um arado puxado a boi tem mais eficiência que um trator, que consome petróleo importado. Mas os fazendeiros indianos fazem questão de exibir vistosos tratores comprados ao crédito fácil fornecido pelos fabricantes norte-americanos e europeus.

No caso das sementes, duas transnacionais controlam 55% do fornecimento mundial de variedades hibridas que passaram a ser adotadas em larga escala depois do surgimento da chamada "revolução verde". Esta revolução baseia-se na alta produtividade

de sementes tratadas geneticamente para terem alta produtividade e grande resistência a pragas. Houve uma corrida mundial na procura destas sementes fornecidas com exclusividade pela *Pioneer Hy-Breed International Inc.* e pela *DeKalb Ag Research*, e seis outras firmas menores. A procura foi tão grande, que muitos países simplesmente abandonaram as variedades locais, como foi o caso do milho.

A uniformidade dos cultivos, bem como a preferência por uma única variedade dentro de espécies vegetais como o milho, tornaram a agricultura mundial vulnerável a grandes epidemias. Em 1974/75, 200 mil hectares de arroz foram destruídos na Indonésia por uma praga desconhecida. Em 1972, as Filipinas perderam pelo mesmo motivo 3/4 de suas plantações de arroz e sorgo, enquanto que em 1970, em Zâmbia, houve uma verdadeira tragédia, quando toda a colheita de milho foi perdida devido a um fungo misterioso. Além disso, os países pobres ficaram dependentes do fornecimento de pesticidas exportados por fabricantes europeus e norte-americanos.

A arma da comida

Todo o mecanismo de controle começou a ser montado na década de 50 nos EUA, e nos anos 60 na Europa. Os norte-americanos saíram na frente com o famoso "acordo do trigo". O esquema era simples. Como havia superprodução nos Estados Unidos e interessava aos fazendeiros norte-americanos manter os preços elevados no mercado internacional, o trigo começou a ser vendido a países do Terceiro Mundo sem necessidade de pagamento em dólares. Os países importadores de trigo norte-americano pagavam em moeda local, que ficava à disposição de organismos oficiais dos EUA. O "acordo do trigo" fazia parte da famosa Lei Pública 480, através

da qual os contribuintes norte-americanos foram convencidos de que estavam ajudando os países pobres, enquanto os importadores deixavam de produzir localmente aquilo que podiam comprar barato dos EUA.

Os mitos sobre a lei 480 foram muitos. Primeiro, boa parte das exportações ditas assistenciais nunca chegaram aos estômagos de quem realmente necessitava. A revista *Foreign Policy*, edição de verão de 1977, aponta casos incríveis de desvio de alimentos em Bangladesh entre 1975 e 1976. O mesmo foi denunciado por outras fontes em relação a países como Alto Volta, Índia, Haiti e Tailândia. Em segundo lugar, porque as reservas em moeda local acumuladas pelos exportadores norte-americanos serviram para financiar a implantação de novos projetos agrícolas e industriais dos EUA.

O mesmo aconteceu em escala menor com o Mercado Comum Europeu, que a partir de 1967 começou a exportar leite em pó e manteiga a preços subsidiados para países africanos. Atualmente o MCE fornece 30% dos cereais, 50% do leite em pó e 100% da manteiga vendida ao Terceiro Mundo. Exportando estes produtos mais baratos, os europeus e norte-americanos conseguem manter os preços elevados no hemisfério norte, destruir a auto-suficiência no hemisfério sul, que passa também a ficar dependente no terreno financeiro.

A venda de trigo barato mudou os hábitos alimentares de muitos países, notadamente na Ásia. Muitos indonésios trocaram o consumo tradicional de arroz pelo pão e massas. O mesmo ocorreu na Tailândia, Malásia, Filipinas e a maioria dos países da área. Resultado, as transnacionais norte-americanas ficaram com uma arma importantsíssima na mão, porque poderiam cortar os suprimentos de trigo a qualquer momento, jogando politicamente com este fator. O

mesmo acontece agora com o pepino de El Salvador, o morango mexicano, a carne da Costa Rica, a soja brasileira, o melão do Senegal, o sorgo de Bangladesh etc, etc. Os Estados Unidos e a Europa podem comprar de mais de um fornecedor. Mas México, Senegal, Bangladesh, Honduras e Guatemala têm um único comprador. Se este deixar de importar, surge o caos e a desorganização da economia agrícola. E mesmo que deliberadamente algum governo decida enfrentar estas consequências, a reorganização da economia rural será traumática, porque as bases da produção alimentar foram tão alteradas que em muitos casos, como por exemplo no rebanho de gado do Mali, já não há mais volta possível.

No momento, os especialistas norte-americanos acreditam que o esquema mundial da especialização está chegando a um ponto crítico. Ele rendeu bons lucros durante 40 anos, mas agora o acúmulo do número de famintos começa a se tornar politicamente perigoso. A multidão de desnu-

tridos na África começa a se tornar incontrolável por governos que até agora foram aliados dóceis e incondicionais da Fazenda Global. Na América Latina, a desorganização agrícola multiplica o fenômeno do êxodo rural, da migração para as cidades e o acúmulo de desempregados urbanos. O crescimento demográfico aumentou assustadoramente o número de pessoas vivendo nos limites mínimos da sobrevivência. O que atemoriza a Casa Branca não é a existência de famintos. Estes sempre existiram. O que começa a causar preocupações é o aumento do número dos que

não têm comida. Eles formam o estopim, a carga explosiva e também as vítimas da Bomba C. E o que a CIA aparentemente quer saber é até que ponto Reagan pode manipular esta bomba, sem que ela acabe explodindo nas suas mãos. □



Durante 40 anos os EUA tiveram ganhos altíssimos com a centralização da agricultura mundial. Mas hoje o fenômeno chegou a um ponto crítico. O lucro das transnacionais cresce menos do que o número de famintos no mundo



O tempo dos sinais

Os países do Terceiro Mundo começam a descobrir o que está por trás de símbolos aparentemente inocentes como jeans, rock and roll, T-Shirts e rádio-gravadores

Enrique González Manet*

O sinal dos tempos, é que este é um tempo de sinais. A multiplicidade incontrolada e a proliferação de sinais e símbolos induzidos pelos centros transnacionais de poder têm imposto, de uns anos para cá, novas formas de "leitura" que se pretende que tenham validade universal. Seu instrumento são as novas tecnologias e a recriação das estratégias publicitárias em escala mundial.

O novo idioma promovido pelos grandes monopólios através do sistema internacional de informação está baseado nos meios modernos de telecomunicação. De acordo com certos ideólogos (Bell, Brzezinski, Marcuse, Lerner, De Sola Pool, Galbraith, Mc Luhan, Servan-Schraiber) os *mass media* introduzem em ritmo acelerado um novo tipo de civilização. Desse ponto de vista, essa civilização eletrônica que se

aproxima generaliza um novo meio de comunicação que exige novas linguagens e novas formas de relacionamento.

A implantação dessas normas em países de economia de mercado destina-se a reforçar a vida privada, o "fluxo livre" da informação e o controle social indireto, dentro de uma estratégia global dirigida por um pequeno número de países e grupos monopolistas.

Os consórcios privados que dominam o campo da informática (satélites, computadores, cabos submarinos) se apóiam no aperfeiçoamento de técnicas sofisticadas: qualidade sempre renovada nas emissões de UHF (ultra-alta-freqüência), teledistribuição por cabo telefônico e de ondas dirigidas, comercialização maciça de artigos como conjuntos eletrônicos compactos de alta-fidelidade, magnetoscópios, vídeo-cassetes, minigravadores, relógios digitais e microcalculadoras programáveis com transistores líquidos.

* Especialista em comunicações e pesquisador do Centro de Estudos sobre Meios de Difusão de Massa, de Havana.

O desencadeamento desse fenômeno, que já é visível em algumas capitais de países subdesenvolvidos, faz parte de uma mudança qualitativa no campo da cultura e do uso do tempo livre e é um elemento básico do processo de alienação global.

Cultura do consumo e cultura de massa

A comunicação, numa definição clássica, é "a transferência da informação por meio de mensagens". Porém, a "comunicação social" pode ser conseguida mesmo com pouca ou nenhuma informação. Isto é, apesar da falta de conteúdo.

A estratégia das chamadas "indústrias culturais" se apóia nessa "comunicação social" como um meio transmissor de banalidades, como um canal de informação irrelevante. Segundo o especialista venezuelano Antônio Pasquali, esta é uma das vias pelas quais o centro dominante exporta para a periferia dominada seus "detritos ideológicos e culturais". Armand Mattelart assinalou que tais "indústrias culturais" estão cada dia mais concentradas na difusão de produtos para distração e entretenimento. E cada vez maior a importância dos *gadgets* e equipamentos eletrônicos como os rádio-gravadores portáteis, que estão se convertendo em símbolo de status e popularizam a "cultura do transistor".

Essa estratégia ideológico-cultural é a reafirmação do eixo "cultura de consumo"- "cultura de massa" cuja característica é a ausência de informação significativa ou relevante.

O desenvolvimento e a comercialização frenética dos *mass media* trouxe a "comunicação social" para um primeiro plano. Um exemplo disso é que a produção editorial - cada vez mais

em retrocesso ante a avalanche de meios audiovisuais — tem perdido importância nos países capitalistas industrializados, com exceção daquilo que se refere ao entretenimento, à pornografia e às revistas especializadas e superespecializadas. A circulação de jornais, em número de exemplares, caiu em mais de 20% nesses países, nos últimos dez anos.

O show do shopping center

A circulação universal dos sinais e símbolos é um dos mecanismos mais importantes da penetração ideológica capitalista. Esse fenômeno é pouco conhecido. Existem apenas alguns estudos que indicam as relações existentes entre as análises de mercados e as técnicas publicitárias, estratégias transnacionais dos monopólios e da política imperialista.

As novas linguagens incorporadas às modernas tecnologias de transmissão e aos meios audiovisuais se destinam a configurar e difundir, em escala global, a "cultura do consumo" como uma forma concreta da "cultura de massa".

Esse esquema de ação tem relação orgânica com a expansão dos mercados e a renovação das velhas estruturas de dependência. E é tanto mais perigoso porque passa inadvertido e é aparentemente neutro, como no caso da difusão da chamada "música internacional" cujo negócio — manejado por umas seis corporações gigantescas — se traduz em vendas anuais de mais de 12 bilhões de dólares.

Essa vasta disseminação mundial de discos e cassetes — com tudo o que significa em termos de erosão cultural — responde também às novas tecnologias eletrônicas e às estratégias publicitárias.

No Terceiro Mundo, os produtos manufaturados procedentes dos países capitalistas desenvolvidos não são apenas bens de consumo mas também mensagens e formas de comunicação. Os artigos industriais e a comercialização transnacional de "produtos culturais" adquirem o caráter de canais de circulação de mensagens indiretas.

Esse processo pode ser observado em diferentes áreas, como na moda, nos automóveis, na moradia e nos esportes. Nesse sentido, como assinala o pesquisador norte-americano Herbert Schiller, os "supermercados" e os "shopping centers" tornam-se espetáculos de tipo teatral, vitrines de consumo transformadas em centros de recreação e entretenimento.

A linguagem do "blue-jeans"

As mensagens propagandísticas e publicitárias instrumentalizam a conversão de sinais em símbolos, representados por artigos e produtos de consumo que se convertem em meios de difusão em si mesmos, ao mesmo tempo que são índice de "status social" como assinala o sociólogo alemão (RFA) A. Silbermann.

Um *blue-jeans*, por exemplo, não tem valor de status diferenciado quando não apresenta uma marca estrangeira visível, mas se converte em símbolo evidente quando ostenta uma etiqueta conhecida (Levy-Strauss, Lee-Copper, Jordach etc) ou é decorado por uma quase inadvertida bandeira norte-americana ou inglesa. Um índice dessa forma de penetração ideológico-cultural é a falsificação de "jeans" e marcas em certos países. Essa importância pode ser medida pelo mercado de cinco bilhões de dólares que essa moda representa, de acordo com revelações da revista *Newsweek*.

As últimas tendências da pesquisa aplicada, orientada ao desenvolvimento de uma linguagem visual homogênea, outorgam uma maior dimensão ao controle transnacional da circulação de sinais e símbolos. Esse novo "alfabeto" foi descrito, em 1977, pelo dr. D. A. Dondis, do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT). Ele se apóia em aspectos psicológicos da percepção visual para reduzir as complexidades da mensagem aos seus elementos mais simples.

A garrafa de "Pepsi" ou "Coca-Cola" é um sinal da cultura de consumo promovida pela publicidade norte-americana, mas se transforma num símbolo afiado com os valores da ideologia capitalista e da hegemonia dos Estados Unidos no momento em que passa a formar parte das convenções de classe em escala internacional ou substitui o leite na alimentação das crianças nos bairros marginais, como acontece em alguns países latino-americanos.

No esquema experimental proposto pelo dr. Dondis, além de fatores como a análise de conteúdo, forma, dimensão e movimento, figuram elementos-chaves dos mecanismos de persuasão como: técnicas de identidade por reflexo, reciprocidade de valores por proximidade e seleção especializada do campo visual. As primeiras experiências desse tipo foram dirigidas aos países africanos e mais recentemente ao Haiti, para comprovar sua eficiência em áreas de alto índice de analfabetismo.

Tais pesquisas estão sendo realizadas dentro do programa de comunicações do MIT dirigido pelo dr. Ithiel de Sola Pool, assessor extra-oficial do Pentágono no campo da transmissão por satélite. Estão relacionadas com a transmissão direta de programas de TV, que os Estados Unidos



Até mesmo a paisagem local foi alterada por símbolos que associam o que vem de fora com uma falsa noção de progresso

atmosfera cultural fabricada pelos sistemas transnacionais de publicidade. Provavelmente rechaçariam a noção de que objetos e produtos de uso corrente são um meio de comunicação em si mesmos e constituem a base de uma das mais utilizadas e inadvertidas "linguagens" contemporâneas.

Os elementos que unem entre si e reforçam aquilo que poderíamos denominar de circulação clandestina de mensagens são os sinais e os símbolos da sociedade de consumo. Esse fenômeno não se refere só a marcas. Inclui objetos como brinquedos, dentifrícios e automóveis e abrange sistemas de promoção e comercialização.

Assalto aos lares

Poucos percebem que esse ambiente "cultural" tem uma relação direta com os níveis extremos de saturação publicitária. Isso significa a transmissão por cada emissora de rádio ou televisão dos Estados Unidos de aproximadamente 650 anúncios diários, cifra irracional que chega a 1.315 na América Latina, como demonstrou Antonio Pasquali.

Os países dependentes vivem num ambiente intoxicante, que não percebem em virtude de seu estado de alienação macia. Os lares são assaltados todos os dias pelos anunciantes. Nessa guerra quase secreta da publicidade transnacional, a invasão de mensagens evidentes, latentes e potenciais — que "vendem" ao mesmo tempo um sistema social — se transforma num hábito e passa a formar parte dos reflexos e do contexto individual. Um objetivo básico da estratégia norte-americana de comunicação é fazer com que esses mecanismos integrem a paisagem real e psicológica de cada coletividade em escala universal.

pretendem transformar num novo e vasto mercado comercial.

O hamburger como estilo de vida

Não é preciso fazer uma análise rigorosa de conteúdo para saber, como afirmou Gillo Dorfles, que "a comunicação de massa se dá hoje, sobretudo, através de linguagens exclusivamente simbólicas". A experiência diária em numerosos países nos oferece um testemunho variado. Em certos setores da juventude esses sinais se reforçam entre si. Armand e Michelle Mattelart, determinaram que eles chegam a formar parte de um "estilo" que inclui o uso simultâneo de tênis "Adidas" e "camisetas" com mensagens eróticas ou marcas norte-americanas e o consumo de "rock" e "hamburgers McDonalds", o que

configura formas alienantes de ser e de ver o mundo.

Existem formas sub-reptícias de contaminação ideológica através do consumo de bens produzidos pelas sociedades "pós-industriais". Não se trata unicamente do conjunto de idéias e atitudes induzidas pelo prestígio de uma marca comercial reconhecida, mas da identificação com um modo de vida e, portanto, com formas de pensamento que correspondem a outro contexto sócio-econômico.

Em certas capitais europeias — por exemplo Madri, onde já quase não se ouve música espanhola — essa situação mostra a despersonalização e o aprisionamento de um grande número de jovens que se identificam entre si pela ausência de identidade.

Algumas pessoas se surpreenderiam se alguém lhes dissesse que vivem submersos numa

O desenvolvimento de determinadas formas de "marketing", tais como supermercados, empresas de auto-serviço ou discotecas, são meios de penetração cultural e mensagens alienantes nos países capitalistas periféricos. Isso é ainda mais evidente quando se trata de filiais de empresas norte-americanas, que exercem um controle direto ou expressam um mitemismo dependente copiando suas técnicas de comercialização.

O "rock" ou a "música country", aceitáveis como um esquema sonoro moderno, adquirem uma categoria significativa no plano simbólico quando o seu "consumo" exclui a música própria de cada país e cria formas complementares de conduta e hábitos na utilização do tempo livre. O fenômeno é grave, por exemplo, quando alguns grupos musicais da América Latina, Ásia, África e Europa Ocidental desprezam as tradições autóctones para compor "rocks" com letra em inglês. Corói-se a identidade nacional para obter destaque no âmbito local e inserir-se no mercado transnacional controlado por quatro ou seis empresas gigantescas.

Esse tipo de música é reforçado em escala mundial através de mecanismos internacionais de informação: o cinema "made in Hollywood", a Voz da América e o Serviço de Rádio e TV das Forças Armadas dos Estados Unidos.

Tais fenômenos configuraram uma homogeneização cultural de tipo global à qual se soma a padronização mundial da arquitetura urbana por empresas construtoras e corporações monopolistas dos Estados Unidos, cujos edifícios fazem parte da paisagem nas capitais de uma centena de países. Essas formas de "cultura" implicam um processo ideológico inadvertido que

enraízam de modo implícito os valores sociais do sistema capitalista desenvolvido.

"Nosso negócio é manipular"

Um dos fins perseguidos pela propaganda comercial e internacional é o de reduzir as noções de classe entre as camadas sociais marginalizadas, tendência que se trata de ativar pela "democratização" do consumo: existem artigos "que não são necessários, mas todos podem comprar". Esse mecanismo foi analisado pela dra. Evangelina Garcia Prince, da Universidade Central de Caracas: "A publicidade cria uma dependência psicológica e faz com que a estima própria se subordine àquilo que se é capaz de adquirir. Como a publicidade, em 80% dos casos, é de artigos ou marcas importadas, o resultado é que se reproduzem, em escala nacional, os valores sociais e de consumo estrangeiros, principalmente norte-americanos".

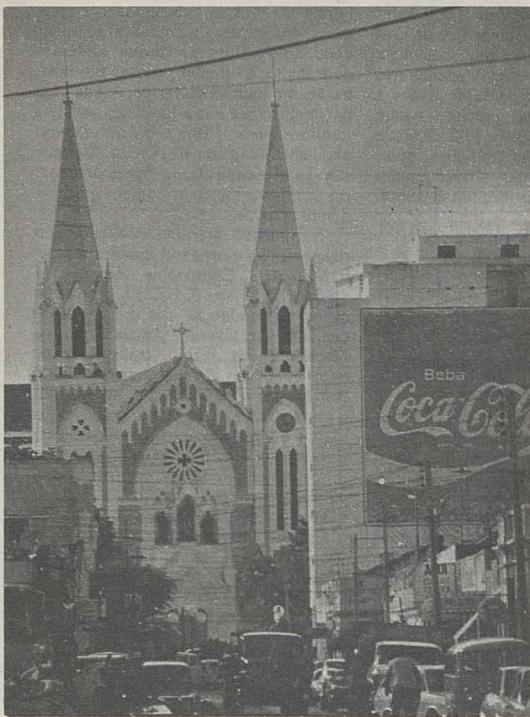
O sonho das agências de publicidade e dos ideólogos capitalistas é o de controlar os instrumentos de informação capazes de transmitir mensagens instantâneas que possam ser "comprendidas" e aceitas de imediato pelo maior público possível. Esse objetivo utópico — que representa uma ameaça real — tem um papel definido nos esquemas de dominação.

Esses propósitos das grandes transnacionais foram descritos por J. Berlo, um dos ideólogos do complexo informativo norte-americano, na revista *Journalism Quarterly*: "No momento em que pudermos converter nossas propostas em respostas específicas daqueles que recebem nossas mensagens, teremos dado o primeiro passo em direção a uma eficaz e efetiva comunicação". Leo Greenland, presidente da *Smith Greenland Co.*, uma agên-

cia de publicidade com um faturamento de 17 milhões de dólares por ano, concorda com esses critérios, o que manifestou num discurso reproduzido pela revista *Advertising Age*: "(...) Nosso negócio é manipular as pessoas, despertar seus desejos, utilizar as motivações para vender bens de consumo; e não é só o nosso negócio, mas o de todos". A articulação de interesses entre as corporações gigantescas norte-americanas é atualmente um fato confirmado pelas suas estruturas de poder e estratégia de expansão: o consórcio IBM, por exemplo, pertence aos grupos financeiros Morgan e Rockefeller. O professor B. Key resumiu assim esse fato: "Finalmente, a grande empresa norte-americana comprehendeu que todos têm que proteger os investimentos de todos".

Essa densa trama de relações pode ser percebida na crescente expansão e concentração das agências de publicidade, tanto nos processos de transnacionalização das finanças como dos mercados. Estratégias semelhantes estão diretamente vinculadas com o desenvolvimento de sinais e símbolos de bases universais e com semânticas globais, que possam ser reconhecidos e aceitos facilmente. Começa a surgir um "pensamento sem palavras" capaz de ultrapassar as barreiras lingüísticas locais e as identidades culturais.

Essa simbologia não se dá apenas no plano comercial. A criação de estereótipos de caráter político tem o mesmo objetivo: o de provocar um sistema de reações e reflexos que reafirmem o status-quo e rechacem os processos de transformação. A dosificação sistemática e a repetição reiterativa, por meios diversos, são algumas das técnicas utilizadas pela propaganda política e pela "guerra psicológica para chegar aos mesmos fins".



Que fazer diante da agressão cultural?

O primeiro passo é saber que ela existe. Muitos países que ainda têm viva a humilhante experiência colonialista e lutam contra os mecanismos neocoloniais do financiamento externo e do controle de mercados não sentem como uma ameaça esses procedimentos sutis de transferência tecnológica e condicionamento cultural e psicológico. Ainda ignoram que tais elementos são um componente importante do sistema transnacional.

Conferências e simpósios mundiais têm demonstrado que o Terceiro Mundo — para o qual está dirigida de modo especial essa agressão — conhece relativamente pouco dos processos contemporâneos no campo da comunicação e da informática industrial, sobretudo as perspecti-

vas de aplicação multifacetada da microeletrônica e da telecomunicação computorizada. Alguns centros, em países progressistas, já começam a se interessar pela relação entre esses fenômenos.

Não se trata de combater a avalanche de mensagens pelo isolamento ou pela autonomia. A nova estratégia das metrópoles e o caráter das tecnologias de telecomunicação tornam impossível o distanciamento além de certos níveis de restrição ditados pela defesa da soberania e pela identidade cultural.

Mas existe a possibilidade de reverter — ou pelo menos prevenir — esses processos nocivos. Um caminho é o da análise sistemática desses mecanismos. Outro, a utilização do conhecimento científico e empírico em função da identidade cultural e da mobilização social. A pesquisa, como patrimônio universal, pode ajudar na difusão da realidade e

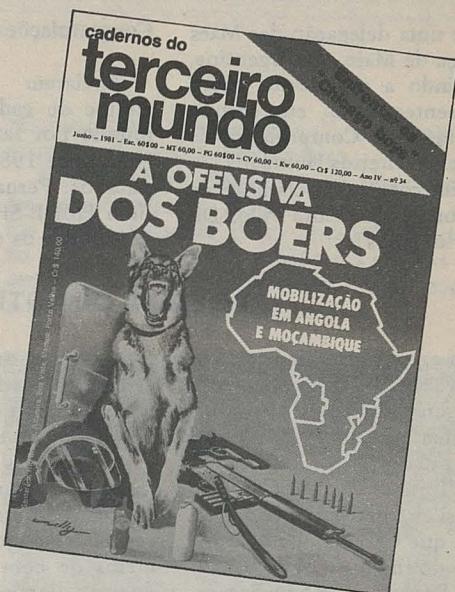
A introdução de novos estilos de vida procura abrir mercado para produtos fabricados pelas transnacionais

dos objetivos legítimos de cada povo. A transmissão e o reconhecimento coletivo de sinais e símbolos que correspondam a uma verdadeira identidade popular podem fortalecer a consciência social e de classe, favorecendo o desenvolvimento endógeno.

Se os esquemas de difusão global das corporações publicitárias e as novas técnicas eletrônicas (as vendas de aparelhos eletrônicos renderam 41 bilhões de dólares em 1977) parecem impressionantes, nem por isso são uma força totalizadora. A intensificação dos esforços norte-americanos para manter o controle no campo internacional coincide com a pior crise estrutural dos Estados Unidos desde a depressão de 1930, crise que foi prevista há muitos anos por Norbert Wiener, criador da cibernetica. Para deter essa crise econômica e de poder os Estados Unidos tratam, atualmente, de transferir os centros de decisão ao complexo militar-industrial, que assume assim, de modo cada vez mais direto, a orientação da política nacional.

Porém, apesar do quase monopólio dos canais de circulação de mensagens, essas técnicas sofisticadas da publicidade transnacional não são tão efetivas como os seus criadores proclamam. A inundação pelas mensagens diretas ou implícitas, latentes ou ocultas, está longe de ser um processo capaz de arrasar com todas as condutas sociais.

Existem fissuras na credibilidade do sistema. Assim o indica a história atual, caracterizada pelo desenvolvimento do socialismo e dos movimentos de libertação nacional e não pelos efeitos mais ou menos espetaculares da Revolução Científico-Técnica, que pode ser utilizada como instrumento de progresso ou destruição, de acordo com o sistema social que a aplique. □



"CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO" RECEBE PRÊMIO HERZOG DE ANISTIA E DIREITOS HUMANOS

A equipe de *Cadernos do Terceiro Mundo* recebeu a Menção Especial do Júri do III Prêmio Herzog de Anistia e Direitos Humanos, em reconhecimento pelo "esforço em defesa dos direitos humanos na perspectiva dos países subdesenvolvidos". O Prêmio, uma reprodução de um painel do artista gráfico Elifas Andreato — que retrata a prisão, tortura e morte de Herzog, em organismo da repressão em São Paulo — foi entregue em solenidade realizada na noite de 27 de outubro no auditório do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo.

O Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog foi instituído em 1979 pela Comissão Executiva Nacional de Movimentos de Anistia e pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, em lembrança do assassinato desse profissional nas

dependências do DOI-CODI, em São Paulo, a 25 de outubro de 1975.

O objetivo é premiar as melhores reportagens, fotografias e ilustrações jornalísticas de publicações periódicas e reportagens de rádio e TV divulgadas cada ano no Brasil no período de outubro a outubro. Este ano o prêmio foi outorgado a 31 trabalhos apresentados. *Cadernos do Terceiro Mundo* recebeu menção especial juntamente com a Obové Editorial, que publicou o jornal "O Metalúrgico", do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

A Comissão Julgadora do III Prêmio Herzog foi formada pela Federação Nacional dos Jornalistas; Comissão Executiva Nacional de Movimentos de Anistia; Comitê Brasileiro pela Anistia-SP; Associação Brasileira de Imprensa-secção SP; Comitê de Solidariedade aos Povos Latino-Americanos (CBS); Ordem dos Advoga-

dos do Brasil-secção SP; Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo.

Como membro nato da Comissão Julgadora, participou da entrega dos prêmios Clarice Herzog, viúva de Vlado que, juntamente com seus dois filhos, move uma ação contra o Governo Federal responsabilizando-o pelo assassinato brutal de seu marido.

Entre os trabalhos premiados este ano, figuram reportagens em defesa de camponeses expulsos de suas terras no interior brasileiro, denúncias de massacres de posseiros e de índios no Brasil Central, e denúncias de repressão por forças conjuntas dos países do Cone Sul.

A solenidade de entrega dos prêmios contou com a presença de representações de asilados políticos latino-americanos no Bra-

sil e de uma delegação das Mães da Praça de Maio, da Argentina. Concluindo a solenidade, todos os presentes leram em coro a "Declaração de Compromisso de Luta Pelos Direitos Humanos", leram em coro a "Declaração de Compromisso de Luta Pelos Direitos Humanos".

Congratulações

Enviaram congratulações à equipe de **cadernos do terceiro mundo** por fazer jus ao Prêmio Herzog de 1981, os seguintes deputados: Fernando Morais, vice-líder PMDB-SP; Audálio Dantas, PMDB-SP; os ex-deputados (cas-

sados) Evaldo de Almeida Pinto, Dorival de Abreu, David Lerer; o advogado de presos políticos Idibal Almeida Piveta; o ex-governador Leonel Brizola, da Executiva Nacional do PDT; o prof. Euzébio Rocha, da Executiva Nacional do PDT; o prof. Marcio Almeida, da Regional do PDT-SP.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS CIENTÍFICAS

Uma agência especializada em divulgação científica está oferecendo seus serviços, em caráter experimental, aos meios de comunicação de massa de todo o Brasil. Trata-se da ABDC (Agência Brasileira de Divulgação Científica), que o Centro de Pós-Graduação do Instituto Metodista de Ensino Superior (de São Bernardo do Campo, São Paulo), está instituindo com o apoio da Superintendência do Desenvolvimento Social do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

O objetivo principal da ABDC

é fazer com que o trabalho dos cientistas brasileiros chegue ao conhecimento da maior parte da população que, quase sempre, desconhece as pesquisas que se realizam nas universidades e institutos. Para isso, a ABDC fornecerá material jornalístico para os meios de comunicação, buscando uma linguagem e abordagens que provoquem o interesse do grande público e dos próprios jornais, rádios e estações de televisão.

Na sua fase experimental, a ABDC fornecerá material a uma amostra de 20 jornais de todas as

regiões do Brasil, escolhidos especialmente para uma avaliação inicial do trabalho. Depois disso, a partir de 1982, as matérias da ABDC serão oferecidas a todos os veículos que se interessarem por elas.

A experiência da ABDC inser-se num projeto maior do Centro de Pós-Graduação do Instituto Metodista de Ensino Superior que está implantando a partir de 1982 uma nova área de concentração no curso de Mestrado em Comunicação: a Comunicação Científica e Tecnológica.

COVERT ACTION CENSURADA

A revista norte-americana *Covert Action*, especializada em divulgar as atividades secretas da Agência Central de Inteligência dos EUA (CIA) publicou em outubro pela última vez a seção "Dando Nomes", na qual mantém uma constante atualização da atividade dos agentes de espionagem norte-americanos. A decisão da *Covert Action* foi tomada depois que o Congresso norte-americano aprovou uma lei protegendo a identidade dos funcionários em missão considerada secreta.

A revista promete uma série de medidas legais para tentar anular a decisão do Congresso

norte-americano, mas enquanto as ações judiciais não derem resultado, ela corre o risco de ser fechada se divulgar nomes e atividades de funcionários da CIA. Na prática, trata-se da imposição de uma censura oficial sobre a imprensa, que é apontada por Washington como a mais livre do mundo.

Na última edição de "Dando Nomes", à *Covert Action* mostra a localização mais recente de 69 agentes da CIA, espalhados por 45 países. Nela se encontram dados recentes sobre 23 chefes de escritórios no exterior. No caso do Brasil, a revista identifica Robert Spinelli Jr., como

sendo um veterano funcionário da CIA servindo na Embaixada norte-americana em Brasília desde junho de 1980. Spinelli Jr., serviu antes em Buenos Aires, em 1978.

Além disso, *Covert Action* denuncia que agentes ultra-secretos estão usando o disfarce de executivos comerciais a serviço do Departamento de Comércio Internacional dos EUA. O uso deste tipo de disfarce foi autorizado pelo próprio presidente Reagan, depois que o Departamento de Comércio Internacional foi entregue a Lionel Olm, que serviu como assessor especial de inteligência da Casa Branca entre 72 e 77.

PANORAMA TRICONTINENTAL

ARGENTINA: O POVO NA RUA OUTRA VEZ

□ A "marcha pela paz", pão e trabalho convocada pela Confederação Geral do Trabalho (CGT) reuniu mais de 50 mil pessoas e constituiu-se na mais importante manifestação pública contra a política do governo militar argentino desde o golpe de 1976.

A marcha foi um êxito nos meios políticos e sindicais, tanto para a CGT — que a cinco anos de sua desarticulação pelo regime mostrou que retoma sua capacidade mobilizadora — como para a Igreja, que volta a tornar-se um dos centros da ação política direta.

Para a União Cívica Radical, esta e outras manifestações demonstram que em breve poderá se dar uma explosão social se o governo militar não souber (ou quiser) reencaminhar o país para a democracia.

À frente da marcha estiveram dirigentes sindicais e jovens sacerdotes-operários do cinturão industrial da grande Buenos Aires — seriamente afetado pelo desemprego — e políticos peronistas e dos demais agrupamentos políticos nucleados na

"Convocatória Multipartidária", que pedem o retorno à normalidade democrática.

A manifestação demonstrou o repúdio das classes trabalhadoras ao programa econômico do regime militar, responsável por uma inflação de 140% ao ano, e mais de um milhão e trezentos mil desempregados e subempregados numa população ativa de 11 milhões de habitantes.



Os argentinos voltam às ruas

A DEFESA DA AMAZÔNIA

A luta em defesa e pelo desenvolvimento da Amazônia tem sido o principal trabalho desenvolvido desde sua fundação, em 1967, pela CNDDA. Essa instituição voltada à preservação das riquezas amazônicas promoveu o 1º Simpósio Internacional de Defesa e Pelo Desenvolvimento da Amazônia (1º SIDDA), objetivando fundamentalizar científica e politicamente um projeto para a Amazônia. O Projeto Amazônia servirá de instrumento para uma ampla campanha de conscientização, mobilização e organização dos povos dos países amazônicos, na defesa das populações locais e do meio-ambiente.

A iniciativa foi apoiada pelo Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Imprensa, os cadernos do terceiro mundo e

numerosas entidades profissionais, sindicais, culturais e das Igrejas, tanto do Brasil quanto do exterior.

O 1º SIDDA realizou-se exitosamente no Rio de Janeiro, no mês de outubro passado, tendo tido uma programação diversificada e enriquecida com stands de livros, exposições de pinturas e tardes de autógrafos.

Nas conclusões finais do simpósio, foi condenada a política de entrega da Amazônia às transnacionais, em particular o caso Jari ("um dos mais gritantes exemplos da adoção de uma política anti-brasileira"). Propõe-se, como alternativa, que a exploração dos recursos da região seja feita "em estritas bases nacionais, com projetos voltados para o suprimento do mercado interno, levando-se em conta a sua demanda futura, sobretudo no que concerne a recursos não renováveis considerados estratégicos".

O CONGRESSO DO PAIGC

Coincidindo com o primeiro aniversário da derrubada do presidente Luis Cabral, realizou-se de 10 a 14 de novembro, em Bissau, o Congresso Extraordinário do PAIGC. Entre as principais resoluções está a de nomear Nino Vieira para o cargo de Secretário-Geral do PAIGC. O Congresso, previamente, tinha decidido afastar Aristides Pereira (presidente de Cabo Verde) e Luis Cabral dos cargos de Secretário-Geral e Secretário-Geral Adjunto. Também decidiu abolir por consenso o lugar de Secretário-Geral Adjunto, após amplo debate, considerando o cargo "simplesmente formal".

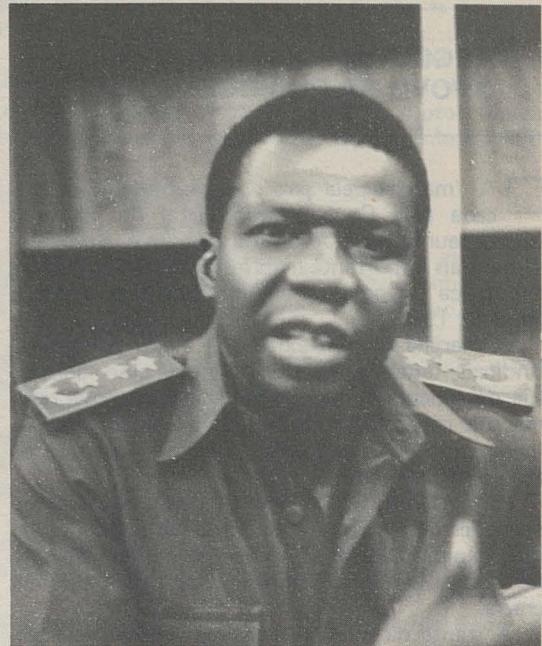
Nino Vieira deu início ao Congresso Extraordinário com a leitura de um extenso relatório (durou quase quatro horas) cujo conteúdo é uma síntese da história do PAIGC, desde sua fundação em 1956 até o golpe de Estado de novembro de 1980, que derrubou o ex-presidente Luis Cabral. O relatório foi aprovado e adotado como documento de trabalho por 294 votos a favor, 1 contra e 6 ausentes.

As antigas designações dos órgãos dirigentes do PAIGC, ou seja, o Comitê Executivo de Luta e o Comitê Permanente de Luta, serão substituídas respectivamente pelo Comitê Central e pelo Birô Político. Segundo Nino Vieira essas alterações justificam-se para tornar "esses órgãos operacionais e eficazes".

Em matéria de política externa, o Congresso defendeu a tese do não-alinhamento. "O nosso não-alinhamento deve significar o alinhamento com todas as causas que sirvam à dignidade, à emancipação e ao progresso dos povos", disse Vieira.

Também foi decidida a reorganização das estruturas partidárias nas regiões e a criação de escolas do partido, assim como o reforço do trabalho de informação e propaganda. Também serão regularizadas as instituições democráticas do Estado, previstas na Constituição, isto é, a Assembléia Nacional Popular e os Conselhos regionais.

Como conclusão dos trabalhos do Congresso Extraordinário, a agência Tanjug assinala que "foi reafirmada a fidelidade aos princípios defendidos por Amílcar Cabral, em meio de duras críticas ao ex-presidente Luis Cabral".



Nino Vieira

O presidente do Conselho da Revolução, Nino Vieira, defendeu a tese de manter o PAIGC como partido único da Guiné e Cabo Verde. Atualmente ele só existe na Guiné, já que os cabo-verdianos decidiram criar o PAICV. Vieira reconheceu que essa decisão dificultará a possibilidade de voltar a um partido unitário.

As reações de Cabo Verde não se fizeram esperar. No mesmo dia 14 de novembro, na cidade da Praia, foi distribuída uma nota que assinala: "A propalada intenção de expulsar do PAIGC o Secretário-Geral do PAICV, bem como todos os que fundaram o PAICV, não é senão a farsa de quem carece de argumentação sólida e não assume a responsabilidade histórica dos atos que pratica. Os autores do golpe de 14 de novembro, em Bissau, ao derrubarem pela força o regime que ali vigorava, sob a orientação do PAIGC, promoveram um ato pré-concebido que resultou na destruição de um projeto político assumido voluntariamente pelas vanguardas dos povos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde: a unidade dos dois povos".

Depois da primeira reunião do novo Comitê Central do PAIGC ficou decidido que o ex-presidente Luis Cabral será libertado no fim do ano. Se-

gundo o comunicado oficial divulgado na emissora local também serão deixados em liberdade outros 12 prisioneiros que foram detidos no 14 de Novembro de 1980.

OFICIALISMO TRIUNFA EM BANGLADESH

Os resultados fornecidos pelo governo deram a vitória ao candidato oficial nas eleições realizadas no mês de novembro em Bangladesh. O principal partido da oposição, a Liga Awami (ver cadernos nº 38) já manifestou sua desconfiança pela veracidade dos resultados e planeja a realização de manifestações de protesto em todo o país, para denunciar o que qualifica como fraude.

Com 5 milhões de votos dados ao seu candidato, Kamal Hosein, a Liga Awami consolidou-se como a principal força de oposição no país. Choques, inclusive armados, entre militantes da Liga Awami e do Partido Nacional de Bangladesh (BNP), no governo, caracterizaram a campanha eleitoral, que teve um elevado número de mortos e feridos.

As perspectivas de uma possível estabilização do panorama político não estão muito claras. Alguns observadores locais calculam que os 14 milhões de votos dados ao BNP e ao seu candidato — o já presidente interino Abdus Sattar — dão ao oficialismo uma boa base para o começo de sua gestão governamental. E lembram que os dois contam, além disso, com o apoio do exército que, de maneira velada, ameaçara retomar o poder, caso o resultado eleitoral fosse adverso ao Partido Nacional.

Mas se no plano político o governo conta com alguma base, as dificuldades econômicas podem levá-lo a um rápido desgaste. O FMI anunciou recentemente que não liberará a parcela seguinte do empréstimo de 200 milhões de dólares concedidos no ano passado ao país (um dos 23 mais pobres do planeta). Durante o biênio 1980-81 houve em Bangladesh um grande déficit orçamentário de aproximadamente 330 milhões de dólares, sem que fosse, paralelamente, limitada a expansão do crédito.

Segundo um estudo oficial, o desempenho econômico não sofreu melhorias no primeiro trimestre do ano financeiro (de julho a setembro) e a si-

tuação tende a se agravar. Dentro do esquema vigente, é bem difícil que haja alguma mudança a médio prazo. Somente reformas de base, como as que propunha a Liga Awami em seu programa (orientação de crédito, por exemplo), poderiam alterar a situação. Dessa maneira, é no plano econômico que o governo poderá sofrer seus primeiros tropeços, levando-o a um rápido desgaste.

NAMÍBIA: A POSIÇÃO DA "LINHA DA FRENTE"

A reunião de nível ministerial dos países da Linha da Frente realizada em Dar-es-Salaam, Tanzânia, nos dias 17 e 18 de novembro, reafirmou que "a resolução 435 das Nações Unidas é a única base para uma solução negociada na Namíbia".

A reunião insistiu na necessidade da Namíbia se tornar independente até o final de 1982, e considerou a África do Sul "como causadora do atraso no processo de independência e fator de desestabilização na zona".

Estiveram presentes no encontro os ministros das Relações Exteriores dos Países da Linha da Frente, o presidente da Swapo, Sam Nujoma, e delegados do Quênia e da Nigéria.

Depois de um rico e extenso debate sobre as propostas ocidentais para o caso da Namíbia, a reunião decidiu redigir um documento com as principais definições dos países da Linha da Frente, o qual já foi entregue aos representantes do "Grupo de Contato", isto é, os países ocidentais que estão atuando de mediadores junto ao regime de Pretória.

A reunião teve em conta os pontos de vista do presidente da Swapo, e assinalou que "o processo de independência deve ser supervisado pela ONU salvaguardando-se o direito do povo da Namíbia em escolher o seu governo e constituir-lo, sem qualquer espécie de discriminação".

A Linha da Frente também reiterou o seu apoio a Angola e voltou a exigir o respeito e a defesa da soberania e integridade territorial daquele país. É possível que, segundo o desenrolar da situação na África Austral, seja convocada em breve uma conferência de cúpula de chefes de Estado dos países da Linha da Frente.

NOVOS INVESTIMENTOS EM DIEGO GARCIA

Trezentos milhões de dólares serão gastos nos próximos três a cinco anos na construção de novas instalações militares na ilha de Diego Garcia, elevando para meio bilhão de dólares o total que será aplicado até 1985 pelo governo dos EUA na montagem de sua principal base naval e aérea do Oceano Índico.

O contrato assinado pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos prevê a construção na pequena ilha, legalmente sob domínio britânico, de um aeroporto capaz de receber os gigantescos aviões de transporte C-5 e os superbombardeiros nucleares B-52. Além disso, está sendo ampliado o porto de Diego Garcia para que ele possa receber os porta-aviões da frota naval norte-americana no Índico.

Tudo isto faz parte dos planos do Pentágono para aumentar a presença norte-americana na região e criar condições para que a controvertida Força de Deslocamento Rápido possa invadir qualquer país do Golfo Árabe e do oeste da África em questão de horas. A base de Diego Garcia é fundamental para a estratégia intervencionista do presidente Ronald Reagan e uma ameaça à autonomia de todos os países da região.



Os porta-aviões da frota naval norte-americana poderão chegar à base de Diego Garcia

O contrato, no valor de US\$ 300 milhões, assinado em Washington beneficia a empresa *Raymond-Brown & Root*, com base em Houston, no Texas. Além das pistas de decolagem e pouso, a empresa vai aumentar o porto de Diego Garcia e construir instalações que abrigarão cerca de 2.150 militares norte-americanos. A base militar norte-americana nesta pequena ilha do Oceano Índico servirá como ponto de apoio para a maior concentração de aviões e belonaves dos EUA em todo o Hemisfério Sul. Os Estados Unidos já conseguiram autorização dos governos de Omã, Quênia e Somália para construir bases militares, mas como a Casa Branca não confia muito nestes países, nenhuma destas instalações terá a importância e as dimensões da de Diego Garcia.

A ÁFRICA DO SUL E O CLUBE ATÔMICO

Desde 1977 circulam rumores de que a África do Sul possuiria armas termonucleares. Em 1979, o fato foi implicitamente reconhecido pelo ex-ministro do Interior e Informação, Cornelius Mulder, que ameaçou: "Se nos atacarem, não haverá regras. Utilizaremos todos os meios à nossa disposição, quaisquer que sejam eles. Acabamos de concluir nossa própria usina piloto e temos grandes reservas de urânio".

As conclusões de um estudo recente das Nações Unidas levam a pensar que se a África do Sul já não pertence ao Clube Atômico, poderia vir a integrá-lo em questão de semanas. Segundo o referido documento — publicado pelo Centro de Desarmamento da ONU — até o final de 1980, a África do Sul contava com 203 quilos de urânio enriquecido, quantidade esta que subirá para 403 quilos até o final de 1984.

O mesmo grupo de especialistas acredita que o ingresso da África do Sul no fechado círculo de países possuidores de armas nucleares não será feito ostensivamente. Eles acham que o regime de Pretória vai desenvolver uma estratégia definida como de "proliferação latente", passando a acumular armas atômicas de forma semelhante à que, segundo muitos observadores, está sendo seguida por Israel.

TELEX

● Vitória eleitoral

O Movimento Nacional Popular (MNP) de Trinidad-Tobago registrou sua sexta vitória eleitoral desde 1956 por uma maioria esmagadora.

O partido oficialista, de centro-direita, obteve 25 das 36 cadeiras disputadas nas eleições, qualificadas por alguns observadores como as mais decisivas da história recente do país. Esta foi a primeira vez que o MNP disputou um processo eleitoral sem a liderança do seu fundador, Eric Williams, falecido no ano passado.

A vitória tem particular importância para o atual primeiro-ministro George Michael Chambers, que foi o eleito após a morte de Williams entre três candidatos do MNP para assumir as rédeas do governo, mas que não tinha mandato popular expresso. Ficou claro, depois da eleição, que seu poder é amplamente respaldado pelas massas populares.

● Recursos árabes

Os bancos e consórcios árabes converte-se-ão na principal fonte de recursos a créditos comerciais para os países do Terceiro Mundo em 1986, se se mantiverem as atuais tendências, segundo informações difundidas pelo Serviço de Imprensa Árabe.

Os empréstimos concedidos por bancos e consórcios árabes a países do Terceiro Mundo totalizaram 2,2 bilhões de dólares em 1980, cifra que poderá ser elevada este ano a três bilhões.

O crescimento do capital comercial árabe em outros países

do Terceiro Mundo deu-se paralelamente à retirada de bancos europeus e norte-americanos dessas nações em desenvolvimento. Uma das áreas de crédito mais atrativas para os árabes é a América Latina. A mais importante instituição financeira é o Banco Árabe Latino-Americano (Arlabank), com sede em Lima, Peru, e cujo capital é de 1,6 bilhão de dólares.

● Mulheres

A nona Conferência da União Geral de Mulheres Árabes realizou-se no mês de novembro em Bagdá, Iraque, e terminou com a aprovação de várias recomendações em favor da causa feminina. Essas recomendações sublinham a necessidade de examinar a legislação e o Código sobre a condição feminina a fim de satisfazer as aspirações das mulheres árabes e melhorar sua posição social, econômica, cultural e educativa. Também ficou decidida a elaboração de uma estratégia para a mulher das regiões rurais.

● Submarinos

O semanário "Domingo" editado em Maputo revelou recentemente que submarinos estrangeiros têm sido detectados desde há um mês em águas territoriais moçambicanas. O jornal liga o fato aos recentes atos de sabotagem na Beira, em particular a destruição das bóias de sinalização do canal de acesso ao porto, reivindicada pelo auto-intitulado "MNR" (Movimento Nacional de Resistência). O jornal cita testemunhas que observaram várias vezes a presença de submarinos junto à costa de Sofala, permanecendo longos períodos na superfície, preferentemente durante a noite.

● Cooperação

As três maiores empresas petrolíferas da América Latina — Pemex, do México, PDVSA da Venezuela e Petrobrás do Brasil — darão assistência técnica ao resto da América Latina para a exploração, desenvolvimento e produção de petróleo. O compromisso foi assinado pelos três países em Caracas durante a última reunião da Olade.

Embora a América Latina, considerada em conjunto, seja uma clara exportadora de petróleo, 60% dos países da região são importadores. Dezesseis deles importam 90% do petróleo que consomem.

● Regulamentos

Está sendo estudada por técnicos da Direção Executiva para Assuntos do Tratado, do Ministério da Presidência do Panamá, uma regulamentação para o trânsito de navios movidos à energia atômica ou que transportem material radioativo pelo Canal do Panamá.

● Crescimento

O desempenho econômico dos países do Terceiro Mundo não produtores de petróleo em 1980 foi o pior dos últimos cinco anos, segundo a organização do Tratado Geral de Comércio e Impostos Alfandegários (GATT). As cifras divulgadas pelo organismo mostram que a queda foi ainda mais acentuada nos primeiros seis meses de 1981. Os motivos deste fenômeno estariam localizados, segundo o GATT, na elevada dívida acumulada pelos países que não são tradicionais exportadores de petróleo, e também nas condições desfavoráveis criadas pelas elevadas taxas de juros nos mercados financeiros mundiais.

A dura luta pela sobrevivência

Após cinco anos de existência quase subterrânea, os intelectuais argentinos começam a colher os resultados da luta contra a censura e a repressão policial. Há um renascer de atividades culturais, marcadas pelo esforço de vários artistas

Maria Gobelli

Para compreender estes esforços, que podem parecer isolados e numericamente escassos em comparação com a intensa produção cultural realizada até o golpe militar de 1976, é importante esquecer os valores usados anteriormente para analisar o problema e ter em conta que todo empreendimento cultural é hoje na Argentina uma façanha. Porque? Porque a dura situação político-econômica e a falta de liberdades democráticas geram uma total carência de estímulos externos.

As motivações para produzir intelectualmente estão praticamente reduzidas aos estímulos internos, que, dentro desse panorama, se retraem. Diante da péssima situação econômica, a montagem de uma obra de teatro, por exemplo, chega a ser um risco quase suicida devido aos elevados custos. A estes aspectos tem que se somar o medo de "dizer algo", pela possível represão.

Neste panorama crítico, as tentativas para manter a cultura não somente existem, como crescem ano a ano, mostrando uma tenacidade maior que a imaginável.

A desordem e o medo produzidos pelo golpe militar, com suas sequências de mortos, desaparecidos, exilados e feroz repressão, criaram um novo tipo

de anticorpo, que permitiu, tímida e depois mais audazmente, uma nova forma de contestação ao regime, no plano cultural.

Esta atitude converteu-se em desafio quando, no inverno de 1980, os intelectuais e artistas argentinos, retomando um hábito comum, aderiram com suas assinaturas a uma solicitação pública, a pedido das Mães da Plaza de Mayo: que se forneça a lista de desaparecidos e que estes apareçam com vida. Esta atitude motivou represálias: muitos viram seus nomes em novas listas negras que lhes impediam de trabalhar; outros sofreram ameaças ou agressões, como por exemplo, quando jogaram ácido em seus carros.

A defesa dos desaparecidos e a oposição à censura foram os primeiros pontos de unidade e luta.

O país do Jardim de Infância

Em 1979, a escritora Maria Elena Walsh, que estende suas atividades à composição musical e à pedagogia de vanguarda, publicou no matutino *Clarín* o artigo "O país do jardim de infância". Nele faz uma parábola onde diz que a atual Argentina é como um jardim de infância de velha e retrógrada educação: cheio de monitores que têm co-



O humorista Caloi e seu personagem Clemente filtram na imprensa, a ironia popular contra um regime que tentou sufocar a liberdade de crítica



Norma Aleandro
teve uma volta
triunfal após
enfrentar
perseguições e
o exílio

mo missão cuidar que as crianças não façam nada fora do lugar destinado, e que respeitem as normas estabelecidas.

Este artigo foi mobilizador. Demonstrou, numa conjunção de raiva e valor, que haviam coisas que deviam ser expressas publicamente e que, apesar do risco, era possível dizer-las.

Maria Elena Walsh publicou no mesmo jornal, há pouco tempo, "A educação para cortesãs", onde questiona o ensino que as meninas recebem e critica a ordem familiar tradicional; no contexto argentino, tal artigo tornase "subversivo" já que, para que subsista o regime autoritário, este necessita manter a ordem a partir da célula primária, a família.

Na Argentina não existe liberdade de imprensa; daí também o valor da escritora: seus livros e discos, de uso habitual nas escolas antigamente, estão proibidos e seu nome figura nas listas negras dos canais de televisão.

No *Clarín* aparece a historieta Clemente, do desenhista Caloi. Clemente é uma espécie de pássaro com consciência de homem, que filosofa à "maneira popular" e diariamente responde, sob este ponto de vista, aos temas do momento. A inflação tem sido seu tema predileto ultimamente.

Teatro aberto

Nos últimos cinco anos o teatro foi o lugar onde, apesar dos riscos, alguns atores proibidos no cinema ou na televisão puderam trabalhar.

O cinema depende, na Argentina, da supervisão da Secretaria de Imprensa e Difusão da Nação, e os canais de televisão são estatais. Estes meios têm uma lista de pessoas proibidas ou, como disse um funcionário, dos que "têm que passar por um período de penitência". Os teatros, quase todos privados, deram espaço aos "indesejáveis" e permitiram a estréia de obras de autores argentinos que questionavam os

comportamentos da classe média. "Convivência", de Oscar Viale, foi grande êxito durante mais de dois anos. Nela atuavam dois "proibidos": Federico Luppi e Luiz Brandoni, este presidente da Associação Argentina de Atores. "Convivência" sofreu várias ameaças e este ano foi alvo da "operação gamexane". Esta operação consistia em acender pastilhas que provocam asfixia no público, durante espetáculos com artistas "indesejáveis". Esta campanha de terror não conseguiu alterar a vontade dos atores e nem a dos espectadores.

Em maio deste ano, retornou à Argentina a atriz Norma Aleandro, considerada entre as melhores do país, afastada de sua pátria desde que explodiram suas bombas no teatro em que atuava. Voltou ao tablado com uma obra do peruano Mario Vargas Llosa, "A senhorita de Tacna". Ao abrir-se a cortina da primeira apresentação, o público que superlotava a platéia ovacionou-a por dez minutos. Expressão de apoio à atriz e também de repúdio à situação que provocou seu exílio.

O acontecimento cultural mais importante de 1981 foi o ciclo "Teatro Aberto". Nele se agruparam todos os representantes do teatro argentino: autores, diretores, técnicos, atores. A proposta foi representar obras de autores nacionais com um sistema de abono popular durante dois meses. O êxito foi total: acorreram 25.000 espectadores, que não perderam seu entusiasmo e alegria apesar das grandes filas.

As funções começaram dentro de um clima de temor no Teatro do Picadeiro. O mesmo foi incendiado uma noite e destruído totalmente. Os bombeiros, que chegaram tarde, afirmaram que não puderam fazer bem o seu trabalho pois "não havia



Quando Luis Brandoni (acima com o acordeão) subiu ao palco no início do ciclo Teatro Aberto havia um clima de terror na platéia. O teatro Picadéiro fora incendiado. Atores como Alfredo Alcón (no meio) se uniram na defesa da liberdade de expressão. Mas quando o ciclo terminou, dois meses depois, o público aplaudiu de pé (embaixo) numa demonstração de solidariedade inédita em Buenos Aires, nos últimos cinco anos



pressão nas saídas de água". Em ato de protesto, o "Teatro Aberto" teve à sua disposição várias salas de Buenos Aires que ofereceram seu espaço. Continuou o ciclo no Tabaris. Encerrando o mesmo, falou o dramaturgo Osvaldo Dragún, anunciando a constituição de uma comissão para reconstruir o Teatro do Picadéiro. O público respondeu soltando balões multicoloridos.

As revistas

Humor é uma revista que teve sua origem em *Satiricon*, proibida durante o governo de Isabel Perón. É uma publicação que ridiculariza personagens do governo, a censura e a mediocridade criativa que esta carrega. Num artigo sobre a atual economia do país afirma: "Ocorre que nos últimos cinco anos, 'Joe' Martínez de Hoz e sua equipe de jovens e aristocráticos colaboradores acenderam um lindo foguinho. Puseram uma madeirinha aqui, jogaram um pouco de gasolina acolá e sopraram até que apareceram vigorosas chamas. Se os bombeiros ficam olhando de longe, o incêndio destrói até as pedras". Ainda que a metáfora pareça algo carregada, não encontro uma figura melhor para descrever a crise econômica. Ninguém sabe se não chega água ao Doutor Sigaut, novo ministro de Economia, se a mangueira é curta ou se alguns dos seus homens são, na realidade, incendiários disfarçados. Mas não é difícil prever que, com as medidas adotadas, o cheiro de queimado torne-se insuportável. O desenho que ilustra este artigo é uma tartaruga, com a cara do ministro Sigaut, que leva no seu casco um pacote, obviamente o econômico.

Num país sem liberdade de imprensa, onde o jornalista é agredido, inclusive fisicamente,

esta revista mantém viva uma característica fundamental do humor argentino: a ironia quase irreverente. Conserva, readaptando-a, uma tradição que se origina no circo rio-platense: a gozação aos políticos e governos.

Medios y Comunicación é publicada há aproximadamente um ano e meio e analisa as produções culturais do país, apresenta artigos questionadores e denuncia injustiças da Junta Militar no campo da cultura. No número 16 lê-se: "A censura revanchista expressou-se com toda crueza no rompimento dos contratos — para citar dois casos — dos autores Carlos Somigliana e Aída Bortnik por parte do Canal 7. Os motivos? Tiveram o atrevimento de assinar a lista onde se reclamava pelos desaparecidos".

Tanto nos jornais como nas revistas, as seções de cartas dos leitores ficam repletas com temas censurados ou ácidos. Os leitores — o povo — também procuram formas de manifestar seu descontentamento. Para a publicação das cartas é solicitado o nome e o número de documento do remetente. Os problemas abordados são críticas à política econômica, à censura, às diferentes negociações do governo, como por exemplo, as surgidas na construção de auto-estradas pela prefeitura de Buenos Aires.

A literatura

O ano de 1980 marca a edição de dois importantes romances, ambos de autores que vivem em Buenos Aires: "Flores roubadas nos jardins de Quilmes", de Jorge Asís e "Respiração artificial" de Ricardo Piglia.

Asís é um dos escritores mais importantes dos anos 70. Sua novela "Os arrebatados", que narrava o massacre de 20 de junho de 1973, organizado por López Rega na volta de Perón à

Argentina, é um dos marcos da literatura argentina da década. "Flores roubadas" é uma análise de certos personagens da década anterior. A dedicatória do livro é um ato de valentia: "A Haroldo Conti, *in memoriam*". Conti é um jovem escritor desaparecido em 1976. O livro é um sucesso editorial que supera 50.000 exemplares.

Em "Respiração artificial" Ricardo Piglia constrói, através da correspondência entre um militante radical dos anos 30 e seu sobrinho, um jovem escritor, "uma grande metáfora de tempos sombrios, em que os homens parecem necessitar de ar artificial para poderem sobreviver". Incorpora o problema da emigração argentina e sua integração na vida quotidiana. Lê-se: "Meu querido filho: nós, tua mãe e eu, vamos bem, continuando na mesma. Espero que recebas esta carta com saúde. Tua mãe cada vez mais nervosa. De noite quase não prega os olhos. Tem medo que possa te acontecer algo. Continuas em Winnesburg, Ohio? Aqui de trabalho nem te conto e ganha-se cada vez menos... Há muita preocupação; espero que estejam bem em Winnesburg, Ohio. No mapa não figura: estivemos na casa de Don Crespo, vimos os Estados Unidos da América do Norte, vimos a província de Ohio, mas não encontramos esse lugar. Tua mãe preocupada dorme pouco. O mais velho dos Weber me pergunta por vocês cada vez que me vê: ele é o único que se anima e se aproxima de mim..."

Os protestos

Durante os dois últimos meses aconteceram as primeiras manifestações de rua, como há muito não acontecia; entre outras, a dos estudantes secundários e a dos jornalistas. O protesto tradi-

cional soma-se às novas formas inventadas nestes anos de repressão. Retomando um costume dos caudilhos políticos, os velórios de personalidades foram cenário de atos políticos camuflados. Em fins de 1980, por exemplo, morre uma atriz pioneira, Milagros de la Vega. Em seu enterro foram pronunciados discursos abertos contra a censura e a proibição a atores.

Em dezembro de 1980 realizou-se no teatro El Nacional um ato pela sobrevivência do cinema argentino, diante da quase paralisação do mesmo devido à crise econômica, censura e listas negras. Referindo-se a estas, o ator Alfredo Alcón disse: "Os perseguidos não têm dívidas com a justiça e são levados ao ostracismo em flagrante violação de um direito essencial: o do trabalho". Alcón é o mais importante ator argentino. Atualmente pode somente atuar em teatro; seu nome é sistematicamente recusado na formação de elencos de cinema e televisão, e aparece frequentemente em todas as lutas pelas liberdades democráticas.

Tanto estes atos como a produção cultural têm caráter de heróica resistência, porque produzir nas atuais condições é um desafio onde se joga a vida e, no mínimo, a fonte de trabalho. O clima existente no qual se tenta, e se consegue, preservar e criar novas formas culturais define-se neste parágrafo de uma carta recente-recebida da Argentina: "... Aqui o medo é natural, da polícia, da inflação, do desemprego, da falta de dinheiro, enfim de tudo. E ainda que uma pessoa não queira nada com esse medo, ele lhe penetra nos ossos..."

Mas apesar deste clima, a cultura insiste, através de produções concretas, em profetizar que a letargia não será eterna e empêna-se em seguir apostando na vida. □



**“Na CIMANGOLA
trabalhamos pela
nossa independência
económica e
pela da África”**



Desta empresa, uma das maiores do continente, 90% das exportações vão para a Nigéria, Congo, Madagáscar, Gabão e, em breve, para a Líbia.



CIMANGOLA - U.E.M.
ex-SECIL DO Ultramar

Avenida 4 de Fevereiro nº 42 - 2º andar •
Tel.: 71190 • Luanda
Fábrica: Estrada do Cacuaco • Tel.: 71100
Telex 3142 - CIMENTO AN • C.P. 2532



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
★
ANGOLA ★ AIRLINES

*Os diamantes
de Angola
são mais
brilhantes*

*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola